



UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
INSTITUTO DE ESTUDOS DA LINGUAGEM
LABORATÓRIO DE ESTUDOS AVANÇADOS EM JORNALISMO

MELISSA CRISTINA FORATO SOUZA

**OUVINDO SECRETÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE
SENTIDOS DE TRABALHO EM SUA RELAÇÃO COM O FAZER CIÊNCIA**

CAMPINAS

2021

MELISSA CRISTINA FORATO SOUZA

OUVINDO SECRETÁRIOS DE PÓS-GRADUAÇÃO: A CONSTRUÇÃO DE SENTIDOS DE TRABALHO EM SUA RELAÇÃO COM O FAZER CIÊNCIA

Dissertação apresentada ao Instituto de Estudos da Linguagem e ao Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo da Universidade Estadual de Campinas como parte dos requisitos exigidos para a obtenção do título de Mestra em Divulgação Científica e Cultural, na área de Divulgação Científica e Cultural.

Orientador: Marcos Aurelio Barbai

Este exemplar corresponde à versão final da Dissertação defendida pela aluna Melissa Cristina Forato Souza e orientada pelo Prof. Dr. Marcos Aurelio Barbai

CAMPINAS

2021

Ficha catalográfica
Universidade Estadual de Campinas
Biblioteca do Instituto de Estudos da Linguagem
Leandro dos Santos Nascimento - CRB 8/8343

F74o Forato Souza, Melissa Cristina, 1985-
Ouvindo secretários de pós-graduação : a construção de sentidos de trabalho em sua relação com o fazer ciência / Melissa Cristina Forato Souza. – Campinas, SP : [s.n.], 2021.

Orientador: Marcos Aurelio Barbai.
Dissertação (mestrado) – Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem.

1. Trabalho. 2. Pós-graduação. 3. Análise do discurso. 4. Indivíduo. I. Barbai, Marcos Aurelio, 1976-. II. Universidade Estadual de Campinas. Instituto de Estudos da Linguagem. III. Título.

Informações para Biblioteca Digital

Título em outro idioma: Listening to post-graduation´s secretaries : the construction of job meanings and how it is connected to the production of science

Palavras-chave em inglês:

Work

Postgraduate

Discourse analysis

Individual

Área de concentração: Divulgação Científica e Cultural

Titulação: Mestra em Divulgação Científica e Cultural

Banca examinadora:

Marcos Aurelio Barbai [Orientador]

Cristiane Pereira Costa Dias

Silmara Cristina Dela da Silva

Data de defesa: 10-12-2021

Programa de Pós-Graduação: Divulgação Científica e Cultural

Identificação e informações acadêmicas do(a) aluno(a)

- ORCID do autor: <https://orcid.org/0000-0001-7301-819>

- Currículo Lattes do autor: <http://lattes.cnpq.br/1339604707013873>

BANCA EXAMINADORA

Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurelio Barbai

Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural - UNICAMP

Prof^a Dr^a Cristiane Pereira Costa Dias

Programa de Pós-Graduação em Divulgação Científica e Cultural - UNICAMP

Prof^a Dr^a Silmara Cristina Dela da Silva

Universidade Federal Fluminense - UFF

IEL/UNICAMP

2021

A Ata da defesa, assinada pelos membros da Comissão Examinadora, consta no SIGA/Sistema de Fluxo de Dissertação/Tese e na Secretaria de Pós-graduação do IEL.

À minha mãe, Alaíde, e à memória do meu pai, Celso, com todo meu amor e admiração.

AGRADECIMENTOS

Agradeço antes de tudo a Deus, pelo dom da vida e por me permitir chegar até aqui. Agradeço ao meu esposo, Manoel, pelo apoio e por perdoar minhas ausências. Agradeço ao meu filho, Francisco, que, nascido durante este Mestrado, mudou toda a minha forma de enxergar a vida.

Agradeço à minha mãe, por sempre me ouvir e me lembrar do que sou capaz. Agradeço ao meu pai, Celso (*in memoriam*), com quem tanto sinto não poder compartilhar fisicamente essa vitória. Ao meu irmão Celso, por me apoiar e ouvir e a minha irmã, Renata, por ser exemplo constante.

Agradeço ao meu querido orientador, Prof. Dr. Marcos Barbai, que confiou em meu trabalho quando eu mesma duvidei. Grata pela oportunidade de estudar a Análise de Discurso pelos olhos de quem a conhece profundamente e ama tanto o que faz.

Agradeço a toda a equipe da Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Médicas - Amarildo, Anabel, Beto, Daniela, Gustavo, Juliana, Márcia, Marcinha, Mariana, Regina, Rosana, Walmir, - em especial as chefias envolvidas - Bruno Alves, Profa. Dra. Rosana Onocko e Profa. Dra. Claudia Morelli, que me permitiram pesquisar o tema do trabalho num ambiente que me é familiar e acolhedor. Agradeço também à Denise (*in memoriam*), que me ensinou com alegria genuína o trabalho de secretaria.

Agradeço ao Prof. Dr. Guilherme Cecatti, Profa. Dra. Fernanda Surita e Profa. Dra. Maria Laura Costa, coordenadores do programa de Pós-graduação em Tocoginecologia, pelo apoio, aprendizado e confiança em meu trabalho.

Agradeço à Profa. Dra. Cristiane Dias e à Profa. Dra. Greciely Costa, pelas contribuições valiosas durante o exame de qualificação. Agradeço também a Profa. Dra. Silmara Cristina Dela da Silva e ao Prof. Dr. Atilio Butturi Junior, pela honra e gentileza em aceitar ao nosso convite para compor a banca examinadora do mestrado, na qualidade de titular e suplente, respectivamente.

Agradeço aos professores do Labjor, pela partilha durante as disciplinas do curso de mestrado.

Agradeço ao Prof. Dr. Roberto Heloani e Prof. Dr. Evaldo Piolli, ambos da Faculdade de Educação da Unicamp, que me permitiram assistir às suas aulas

como aluna especial e instigaram em mim a vontade de entender melhor as relações de trabalho.

Agradeço a Angélica Cagnan, pela amizade que se iniciou nos tempos de faculdade, e que, mesmo estando do outro lado do mundo, me acompanhou e incentivou a concluir esse trabalho.

Agradeço ao grupo dos orientandos do Prof. Marcos, Adriana Roma, Alessandra Consorti, Bruna La Serra, Danielle Silva, Fabio Piantoni, Marília Boczar, Rosana Gimael - por toda ajuda, elogios e sugestões que me ofereceram durante as reuniões.

Agradeço às secretárias do Labjor, Alessandra Carnauskas e Andressa Alday, pelo profissionalismo e disponibilidade sempre oferecidas.

Agradeço, por fim, aos docentes e alunos do Programa de Pós-graduação em Tocoginecologia, por serem pacientes com minhas falhas e assim me permitirem melhorar a cada dia.

Dizer o trabalho, não é pois somente transgredir uma proibição de falar e de pensar, não é somente passar do implícito ao explícito, é também se autorizar uma palavra em primeira pessoa em um universo conflituoso.

O trabalho, com efeito, não é um “objeto do mundo”, é um ato humano, social e dizer seu trabalho, é sempre, ao mesmo tempo, dizer alguma coisa de si.

Christine Revuz (1997)

RESUMO

Este trabalho tem por finalidade pesquisar o processo de constituição dos sujeitos e dos sentidos, observando os processos linguageiros de construção dos sentidos de trabalho, na universidade, produzidos em sua relação com o processo de produção, gerenciamento e de administração do conhecimento científico. Para a elaboração desta pesquisa optamos por ouvir os secretários programas de pós-graduação. Entrevistamos cinco (05) secretários para, ancorados no dispositivo teórico da Análise de Discurso materialista, de Michel Pêcheux, cujo destaque no Brasil são os trabalhos de Eni Orlandi, construir o nosso arquivo. A construção do *corpus* e de seu Dispositivo Analítico se baseou na questão da influência dos valores neoliberais no processo de produção de ciência e em sua interface com as relações de poder no ambiente de trabalho. Para o trabalho de análise, selecionamos do nosso *corpus* alguns recortes nos quais os sujeitos falam sobre o trabalho e sobre seu impacto na forma-sujeito do indivíduo e procuramos identificar as formações discursivas envolvidas. Como resultados da pesquisa, notamos que os sentidos de trabalho para os secretários de pós-graduação estão construídos sob a lógica da relação de poder entre capital e trabalho, de forma que o trabalho se mostra como origem de autoavaliação positiva quando relacionado à produção de ciência e, contrariamente, como desvalorizado quando entendido como atividade estritamente técnica ou burocrática. Assim, a pesquisa colocou luz sobre a forma como o modo de produção capitalista neoliberal, consciente de sua dependência da força de trabalho do indivíduo, atua para manter-se do lado mais forte dessa relação, ocultando ou desvalorizando o trabalho do sujeito.

Palavras-Chave: Indivíduo; Trabalho; Pós-graduação; Análise de Discurso.

ABSTRACT

This work aims to research the process of constitution of subjects and meanings, observing the language processes of construction of meanings at work, in the university, produced in their relationship with the process of production, management and administration of scientific knowledge. For the elaboration of this research, we chose to hear the secretaries of graduate programs. We interviewed five (05) secretaries to build our archive, anchored in the theoretical device of materialist discourse analysis, by Michel Pêcheux, whose highlight in Brazil is the work of Eni Orlandi. The construction of the corpus and its Analytical Device was based on the question of the influence of neoliberal values on the process of science production and on its interface with power relations in the work environment. For the analysis work, we selected from our corpus some excerpts in which the subjects talk about the work and its impact on the individual's subject-form and we tried to identify the discursive formations involved. As a result of the research, we note that the meanings of work for graduate secretaries are built under the logic of the power relationship between capital and work, so that work is shown as an origin of positive self-assessment when related to the production of science. and, on the contrary, as devalued when understood as a strictly technical or bureaucratic activity. Thus, the research shed light on how the neoliberal capitalist mode of production, aware of its dependence on the individual's workforce, acts to keep itself on the stronger side of this relationship, hiding or devaluing the subject's work.

Key words: Individual; Work; Graduate; Discourse Analysis.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	12
Apresentação	12
Sobre as relações de trabalho.....	16
A gestão da subjetividade	17
O trabalho do secretário e do secretário de Pós-graduação	21
Sobre a Capes e a Pós-graduação	22
A pós-graduação no Brasil	22
A Pós-graduação na FCM-Unicamp.....	24
A Capes e a avaliação da Pós-graduação	26
PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA	33
Perspectiva teórica: a Análise de Discurso	33
Sobre o trabalho de construção dos dados	38
O método da Análise de Discurso	39
ANÁLISE E DISCUSSÃO	42
O <i>corpus</i> e seu recorte	42
Os sentidos de trabalho nas entrevistas	43
Primeira entrevista: secretário A	45
Segunda entrevista: secretário B	48
Terceira entrevista: secretário C	52
Quarta entrevista: secretário D.....	59
Última entrevista: secretário E.....	62
Buscando por sentidos em comum	65
A relação “dado/fato” nos discursos dos secretários.....	65
O trabalhador “invisível”	69
CONSIDERAÇÕES FINAIS	75
REFERÊNCIAS	81
APÊNDICES	87
ANEXOS	93

INTRODUÇÃO

Apresentação

Trabalho, Ciência e Educação são conceitos que se inter-relacionam o tempo todo na sociedade capitalista da conjuntura atual, marcada pela mundialização e pelo neoliberalismo. Essas redes de significados afetam em cheio os processos de individuação do sujeito dessa sociedade, por meio da Linguagem.

A questão do trabalho desde sempre foi para mim um tema de interesse: dentro do escopo das disciplinas do curso de mestrado, ainda antes da idealização desta pesquisa, tivemos contato¹ com textos de autores de grande importância para o entendimento do trabalho e das relações por ele propostas, tais como Christophe Dejours², Vincent Gaulejac³, Richard Sennet⁴ e Max Pagés⁵.

Essas leituras nos instigaram - enquanto aluna de pós-graduação do Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo e secretária de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Médicas⁶- a buscar entender os efeitos de sentido das relações de trabalho, sobretudo dentro deste contexto acadêmico. A posição concomitante de estudante e trabalhadora dentro da mesma Universidade me possibilita uma leitura muito peculiar dela: vemos “dois mundos” distintos - às vezes até antagônicos - que se materializam num único “corpo” chamado Unicamp.

Trabalhando como secretária de pós-graduação na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp desde 2015⁷, chama-me a atenção o papel do sujeito secretário dentro do contexto complexo que é uma Universidade e, sobretudo o seu

¹ Disciplinas ministradas na FE/Unicamp, pelos Prof. Dr. Evaldo Piolli e Prof. Dr. Roberto Heloani.

² DEJOURS, Christophe. A banalização da injustiça social. Trad. Luiz Alberto Monjardim. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 2001

³ GAULEJAC, V. Gestão como doença social: ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Aparecida: Idéias & Letras, 2007.

⁴ SENNETT, R. A corrosão do caráter: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Rio de Janeiro: Record, 1999.

⁵ PAGÈS, M. et al. O poder nas organizações. São Paulo: Atlas, 1987.

⁶ Atuo desde 2015 como secretária de pós-graduação na Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp, Programa de Pós-graduação em Tocoginecologia.

⁷ Desde 2015, atuo como secretária no programa de pós-graduação em Tocoginecologia, nota máxima na Capes nas duas últimas avaliações. <https://www.fcm.unicamp.br/fcm/pos-graduacao-em-tocoginecologia>

caráter específico em relação aos demais profissionais de secretariado, nos mais diversos contextos.

Essa reflexão me colocou diante de algumas questões e me fez pensar sobre o que diferenciaria o trabalho de um secretário - no sentido mais amplo possível do termo - do trabalho de um secretário de pós-graduação? Com a experiência do dia a dia no meu ambiente de trabalho, a resposta foi, aos poucos, se evidenciando: percebo que o secretário de pós-graduação tem uma proximidade com o ofício da pesquisa, do trabalho com Ciência e com sua divulgação e disseminação que, embora não seja nem pesquisador nem cientista, lhe garantem um sentido diferente ao próprio ofício de secretariar, ou seja, o secretário de pós-graduação permeia o fazer ciência de forma anônima, lidando no seu dia a dia com alguns conceitos e práticas habituais de quem trabalha com produção de ciência sem, contudo, fazê-la. Deste modo, enquanto pesquisadora, me questionei também sobre como isso se daria, mediante as estruturas de funcionamento da Linguagem.

Participando das disciplinas do Labjor⁸ e mediante a orientação do Prof. Marcos Barbai, pude encontrar na Análise de Discurso materialista, entre outros conceitos, o de Formação Discursiva. Esse conceito remete à Arqueologia Foucaultiana, para a qual

No caso em que se puder descrever, entre um certo número de enunciados, semelhante sistema de dispersão, e no caso em que entre os objetos, os tipos de enunciação, os conceitos, as escolhas temáticas, se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva - evitando, assim, palavras demasiado carregadas de condições e consequências, inadequadas, aliás, para designar semelhante dispersão, tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade". (FOUCAULT, 2008, p.43)

Contudo, conforme nos explica Maldidier (2020, p.50), mais importante que saber se o conceito de Formação Discursiva no âmbito da Análise de Discurso foi ou não emprestado de Michel Foucault, é observar o seu deslocamento: aqui, a Formação Discursiva foi concebida como uma componente da Formação Ideológica, ou seja, ao trazer o conceito para a Análise de Discurso, Pêcheux o ressignifica. Segundo Indursky (2020, p.305) percebe-se que o autor concebe a Formação Discursiva “de forma entrelaçada com a noção de ideologia”, ou seja, “um domínio

⁸ Disciplinas JC020 - Texto e Linguagem e JC101 - Tópicos de Divulgação Científica e Cultural I, ambas ministradas pela Profa. Dra. Cristiane Dias e pelo Prof. Dr. Marcos Barbai.

de saber, constituído de enunciados discursivos que representam um modo de relacionar-se com a ideologia vigente, regulando o que pode e deve ser dito”.

Tal conceito me colocou em condições de questionar a construção dos sentidos de secretário e de secretariar, mostrando-se uma ferramenta apropriada para entender esses mecanismos de significação, bem como tomar maior contato com os estudos acerca da divulgação de Ciência. Junto a isso, a leitura⁹ de autores como Latour¹⁰, nos ajudaram a questionar a noção cristalizada de ciência, relacionando-a com as questões do nosso trabalho. Da leitura deste autor, compreendemos que a ideia de objetividade da forma como hoje é conhecida não se sustenta, porque é também uma construção social - ou seja - diz-se que algo é objetivo no sentido em que se construiu socialmente uma ideia do que seja objetividade. Latour questiona os ditos “fatos científicos” - tidos socialmente como exemplos maiores de objetividade - uma vez que defende que eles não são senão enunciados, sobre os quais incidem “negociações locais, tácitas, de avaliações constantemente modificáveis, de gestos inconscientes ou institucionalizados” que os transformam, conferindo ou subtraindo o seu estatuto de fato científico” (LATOURE; WOOLGAR,1997, p.159). Ou seja, “a crença no caráter lógico e direto da ciência emerge no decorrer dessas práticas de interpretação” (idem, p.160).

Assim, o objetivo principal desta pesquisa foi o de buscar entender as relações de trabalho dentro da Universidade e seus efeitos no processo de produção da ciência. Enquanto secretária, e estando muito próxima de outros secretários no meu cotidiano de trabalho, tive a oportunidade de participar ativamente de alguns processos avaliatórios da Pós-graduação *stricto sensu* pela Capes, por meio, sobretudo, da Plataforma Sucupira – a principal ferramenta de coleta de dados utilizada pela Capes para avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* - e, assim, perceber de que forma nosso trabalho administrativo impacta no trabalho dos docentes e pesquisadores da Universidade, estes enquanto produtores de conhecimento científico, tal como encontramos na imagem que a sociedade tem do que seja produção de conhecimento, ou seja, aquele trabalhador que “descobre” e descreve saberes que serão reproduzidos pelos demais, sobretudo dentro do

⁹ Leituras realizadas durante a disciplina JC007 - Estudos Culturais das Ciências, ministrada pelo Prof. Dr. Rafael de Almeida Evangelista.

¹⁰ Ver: LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. A etnografia das ciências. In: LATOUR, Bruno; WOOLGAR, Steve. *A vida de laboratório: a produção dos fatos científicos*. Rio de Janeiro: RelumeDumara, 1997.

ambiente escolar. Há que se fazer essa observação porque, como veremos adiante, pela Análise de Discurso, podemos entender que “produção de conhecimento” pode não ser tão somente a produção do conhecimento dito científico, bem como não se limitar a ele, uma vez que os sentidos mudam conforme as posições daqueles que os empregam (ORLANDI, 2015a, p.40).

Nós, enquanto secretários, somos responsáveis por operacionalizar uma grande parcela do processo de avaliação da pós-graduação *stricto sensu* no Brasil, por meio do preenchimento da Plataforma Sucupira. Essa atividade configura-se como uma das mais importantes entre as tantas que exercem os secretários de pós, bem como a que mais nos diferencia dentro da categoria, ou seja, podemos dizer, talvez, que é o trabalho com a Plataforma Sucupira que nos caracteriza e mais fortemente nos qualifica enquanto secretários de pós-graduação.

Dito de outra forma é no trabalho com o preenchimento anual da Plataforma pelo secretário - esse processo discursivo que se repete todos os anos de forma semelhante - e que cumula numa espécie de saber tácito acerca do seu programa de pós-graduação, bem como do processo avaliatório de uma forma geral, que encontramos a maior especificidade do trabalho do secretário de pós-graduação em relação aos demais profissionais de secretariado: a sua proximidade com o trabalho de produção científica.

Sabe-se que o mandato de uma comissão de programa, comumente, não é extenso o suficiente para passar por mais de um processo de avaliação da Capes. Em geral, os mandatos das comissões duram de dois a quatro anos e a avaliação da Capes, atualmente, acontece a cada quatro anos: isso faz com que cada coordenador de programa possa participar ativamente de um processo avaliatório somente ou, no máximo, do término de um quadriênio¹¹ e início de outro, a depender do período e duração do mandato da comissão de programa. Contudo, o mesmo não acontece com o secretário: uma vez que não somos regidos por mandatos, é bastante comum encontrarmos secretários atuando há anos num mesmo programa, incorporando histórias e experiências vividas pelo programa de pós-graduação ao seu próprio saber enquanto trabalhador.

Consideramos então que poderia ser interessante tentar compreender os sentidos atribuídos ao trabalho pelos secretários de programa, sobretudo quando

¹¹ A Capes atualmente avalia e confere notas aos cursos por quadriênios. O último quadriênio avaliado foi o de 2013-2016 e o segundo será finalizado em 2020.

eles se referem ao trabalho com a Plataforma Sucupira, de modo a tentar compreender melhor de que forma essas relações de trabalho podem impactar o fazer ciência no Brasil.

Dessa forma, este trabalho se propõe a fazer um gesto de leitura dos dizeres dos secretários sobre as relações de trabalho no ambiente acadêmico e sobre os sentidos atribuídos pelos secretários ao trabalho no campo da ciência, dentro da sua prática diária. Buscamos, assim, investigar os sentidos do trabalho permeado pela ciência no dizer daqueles que não fazem ciência propriamente, embora estejam tão próximos e tão afetados por ela.

Cabe lembrar que essa pesquisa se constrói no interior de um programa que se sustenta na interdisciplinaridade, daí a sua abertura a pesquisas que se dedicam ao campo da divulgação científica e a estudar a problemática das ciências nas relações e tessituras do trabalho. Acreditamos aqui que nos cabe compreender como se dão essas relações de sentido, uma vez que são delas que se originam grande parte das políticas públicas de fomento e apoio à ciência no Brasil. Sendo os secretários sujeitos não diretamente ligados à produção de conhecimento, mas, ao mesmo tempo, os mais próximos possível desse contexto, acreditamos que seja esse um caminho possível e rico para a interpretação.

Para isso, entrevistamos alguns colegas secretários e os achados foram compilados aqui. Contudo, antes de chegarmos a análise do corpus, buscamos tratar brevemente da hierarquização histórica das relações de trabalho, do trabalho do secretário de pós-graduação em sua especificidade em relação ao trabalho dos demais dentro da categoria; bem como de introduzir alguns momentos importantes da história da pós-graduação no Brasil. Em seguida, apresentamos brevemente a Análise de Discurso, que compõe nosso referencial teórico, a partir do qual formulamos nosso dispositivo analítico, bem como falamos sobre as entrevistas e a metodologia utilizada na coleta. Feito isso, partimos para a discussão, capítulo no qual agrupamos os recortes das entrevistas os quais consideramos mais relevantes para entender os sentidos de trabalho - o que buscamos fazer nas nossas considerações finais.

Sobre as relações de trabalho

A gestão da subjetividade

A busca pelo controle da subjetividade do trabalhador como ferramenta de gestão não é algo tão recente na história da Administração Científica¹²: “A manipulação da classe laboriosa pela classe dominante, com a criação de sucessivos meios de controle econômico e ideológico, é um fato irrefutável e certamente implica um esforço na manipulação da subjetividade dos trabalhadores.” (HELOANI, 2003, p.174). Segundo o autor, o gerenciamento do fator humano nas organizações está diretamente relacionado ao modelo de gestão adotado e ao paradigma industrial predominante. Ele defende que já no modo de organização do trabalho taylorista¹³ encontramos as primeiras tentativas de administrar a percepção dos trabalhadores (idem, p.13).

Nascido em resposta à crise econômica do final do século XX¹⁴, o Taylorismo se difundiu como uma alternativa à relação conflituosa que se instaurou entre capital e trabalho. Pregando a necessidade de “cooperação entre trabalho e capital” por meio da premissa de que o objetivo da administração deveria ser o de “assegurar o *máximo de prosperidade ao patrão* e, ao mesmo tempo, o *máximo de prosperidade ao empregado*”. (TAYLOR, Frederick Winslow, 1985, p.29 *apud* HELOANI, 2000, p.17 - grifos do autor), buscou, assim, estabelecer uma relação formal de reciprocidade entre instâncias histórica e politicamente bastante desiguais (HELOANI, 2000, p.17-18). O discurso taylorista buscava persuadir o trabalhador de que essa relação de reciprocidade só poderia ser alcançada por meio da cooperação, e que ambos - patrão e empregado - teriam vantagens com essa parceria. Porém,

¹²A administração científica baseia-se na aplicação do método científico na administração com o intuito de garantir a melhor relação de custo-benefício aos sistemas produtivos. (SANTOS, 2005, p.39).

¹³ Com o surgimento das máquinas e da linha de produção, as organizações passaram a buscar formas eficientes de controle e produção. No contexto de aumentar a produtividade do trabalho, surge o método de administração científica de Frederick Winslow Taylor, que se tornaria mundialmente conhecido como taylorismo. Para ele, o grande entrave das técnicas administrativas existentes consistia no desconhecimento, pela gerência e pelos trabalhadores, dos métodos ótimos de trabalho. A busca dos métodos ótimos seria efetivada pela gerência, por meio de experimentações sistemáticas de tempos e movimentos. (SANTOS, 2005, p.39).

¹⁴ No final do século XX, o Capitalismo entrava na Segunda Revolução Industrial e adotava um novo padrão tecnológico - baseado na intensificação do trabalho, a fim de elevar a reprodução do capital. Para os trabalhadores, essa intensificação foi marcada pelo aumento do desemprego e diminuição dos salários. Essa crise, caracterizada como “conflito aberto entre capital e trabalho”, acarretou a necessidade de se desenvolver novas formas de gestão do trabalho. (HELOANI, 2000, p.12)

O discurso da cooperação mútua permitirá a apropriação do saber operário de outra maneira. As sugestões aos métodos e processos mais eficientes receberão prêmios e recompensas e, dessa forma, a administração científica pretende continuar subliminarmente o processo de modelização da subjetividade do trabalhador. Ademais, direcionará, através de estímulos financeiros e congêneres, a percepção para a eficiência e a racionalidade. (HELOANI, 2000, p.21)

Assim, o taylorismo - expropriando o saber do operário e recompensando o trabalhador proporcionalmente a sua produção - logrou sucesso porque “captou” a subjetividade do trabalhador quando o fez “desejar” o aumento da produção e reorientou a sua percepção para esse fim (HELOANI, 2000, p.31).

Alinhada à consolidação do Taylorismo, surge o Fordismo: Henry Ford¹⁵ e sua inovação - as linhas de montagem - também prezava pela ideia de remunerar o trabalhador em proporção à sua produtividade. Para ele, patrão e empregado mantinham uma relação de sociedade, ressignificando a relação entre trabalho e capital proposta pelo Taylorismo, que era de cooperação. Henry Ford defendia que o aumento da produtividade repassado aos salários dos trabalhadores permitiria o aumento do consumo e do investimento. Dessa forma, mais que um simples método de gestão, o Fordismo inaugura um projeto de regulação da economia, baseado no consumo de massa.

A partir da década de 70, o regime fordista começa a dar sinais de desgaste. A profunda recessão de 1973, exacerbada pelo choque do petróleo, derrubou a produção de bens e aumentou a inflação. Tais condições propiciaram o surgimento de um conjunto de processos que vieram de encontro ao regime fordista. (HARVEY, 2008, p.140-141). Seguindo com o propósito de obter a adesão do trabalhador aos programas de elevação da produtividade, o Pós-fordismo¹⁶ provoca uma reestruturação nos modelos de gestão, os quais tinham em comum o objetivo de “*harmonizar maior autonomia dos trabalhadores (...) com o desenvolvimento de*

¹⁵ Henry Ford fundou a Ford Motor Company em 16 de junho de 1903. Dez anos depois, inaugurou uma nova era na história industrial ao introduzir a linha de montagem contínua na sua fábrica em Dearborn, EUA, para a produção em série do Modelo T, técnica de manufatura que marcou a revolução industrial do século 20. Fonte: <https://www.ford.com.br/sobre-a-ford/historia/#> Acesso em 19/01/2021.

¹⁶ David Harvey, em sua obra “Condição pós-moderna” (1989), nomeia o período pós-fordista de “Acumulação flexível”. Segundo o autor, esse período de profunda reestruturação econômica tem como principal característica o confronto direto com a rigidez do fordismo: apoiando-se na flexibilidade das relações de trabalho, faz surgir setores de produção totalmente novos, ampliando o escopo do chamado “setor de serviços”. Ainda segundo o autor, acumulação flexível parece implicar níveis relativamente altos de desemprego, rápida destruição e reconstrução de habilidades, pouco e nenhum ganho de salário real e o desmonte do poder sindical, base do regime fordista. (HARVEY, 2008, p.140-141).

mecanismos de controle mais sutis, que visavam difundir a dependência ou a incapacidade do trabalho em relação ao capital. (HELOANI, 2000, p.93 - grifos do autor).

As formas de exercício do poder se sofisticam ainda mais e se voltam para a obter a *aceitação* das regras e normas das empresas. A dominação está baseada muito mais na introjeção dessas normas do que na repressão propriamente dita. A gestão dessa dimensão psicológica de dominação caracterizará essa empresa neocapitalista. (HELOANI, 2000, p.94 -grifo do autor)

Nesse sentido, a linguagem tem papel fundamental: a empresa não mais impõe *ordens*, apenas estabelece *regras*. Enquanto “ordens” são, claramente, reflexo de uma relação de poder - quem detém o poder, dita as ordens, quem não detém o poder, as segue - “regras” traz consigo um sentido de diretrizes a serem seguidas, por todos e para um bem comum. É bastante comum encontrarmos o uso da palavra “regra” em ambientes amistosos, como dentro do contexto familiar, educacional, esportivo, entre outros. Enquanto a palavra “ordem” é percebida mais dentro de contextos de maior austeridade. Assim, a partir da aparente simples troca do termo “ordem” por “regra”, o sistema capitalista usa da opacidade da linguagem, ou seja, do fato de que as palavras não estão ligadas às coisas diretamente, mas são mediadas pela ideologia (ORLANDI, 2015a, p.94), para conseguir um trabalhador mais autonomamente comprometido com o trabalho sem que precise deixar evidente a relação de poder latente na relação patrão/empregado.

Sobre esse tipo de relação de poder - quem manda, quem obedece¹⁷ - também trata Pêcheux (2014) quando fala da divisão do trabalho social da leitura e da escrita: o autor nos mostra que há aqueles a quem é garantido o direito a produzir leituras, a dar sentidos, enquanto a outros cabe a reprodução do sentido dito “literal”, ou seja, aquele que foi produzido e interpretado pelo anterior:

¹⁷ “Esse é o sentido, sem dúvida mais puro e mais duro, da obediência: uma relação (ser dirigido, dominado, comandado, governado etc.) que me força a agir segundo o querer de outrem, de tal modo que, quando ajo, permaneço passivo. Fórmula paradoxal da submissão: tornar possíveis, num único indivíduo, a passividade e a atividade. Vejam como se debatem: o operário em sua máquina pensando para seguir cadências impossíveis, o pequeno funcionário em sua repartição dedicando um zelo insano na aplicação de diretivas confusas, o empregado que faz de tudo para ser “proativo”. Todos se afainam, empenham-se. Mas essa agitação é apenas o reverso de uma passividade completa. Por que o submisso obedece? Ele não pode fazer de outro modo: menos forte, menos poderoso. Por que você obedece? Porque não posso desobedecer. A razão da obediência do submisso está na desrazão da violência cega e das relações de força.” (GROS, 2018, p.38)

Evidentemente, este divórcio cultural entre o "literário" e o "científico" a respeito da leitura de arquivo não é um simples acidente: esta oposição, bastante suspeita em si mesma por sua evidência, recobre (mascarando esta leitura de arquivos) uma divisão social do trabalho de leitura, inscrevendo-se numa relação de dominação política: a alguns, o direito de produzir leituras originais, logo "interpretações", constituindo, ao mesmo tempo, atos políticos (sustentando ou afrontando o poder local); a outros, a tarefa subalterna de preparar e de sustentar, pelos gestos anônimos do tratamento "literal" dos documentos, as ditas "interpretações"... (2014, p.60)

Assim, é por meio do seu próprio sistema de regras que a empresa pós-fordista traz, implicitamente, valores que orientam a percepção da realidade por parte dos trabalhadores, o que o autor comparou à algo como uma "gramática" dirigida para a identificação com os valores da empresa, bem como à subordinação necessária do trabalho ao capital (HELOANI, 2000, p.97 - grifos do autor).

De acordo com Pagès *et al.* (1987, p.77) esse sistema de regras é responsável por validar ou não qualquer discurso dentro da empresa - ao capital é que cabe a produção do sentido - de modo que "todo aquele que queira ser compreendido na organização deve adotar essa linguagem para ter crédito" - enquanto ao trabalhador cabe a reprodução, mas não a produção de sentido, ou seja, a temos aqui a divisão do trabalho de leitura e escrita descrito por Pêcheux (2014, p.60). Assim, qualquer discurso que fuja a essa linguagem específica da empresa não será entendido, nem mesmo será considerado uma ameaça, apenas será desconsiderado, tratado como irrelevante (PAGÈS *et al.*, 1987 p.77). A esse respeito, Deleuze (1992, p.216) explica que "estamos entrando em sociedades de controle, que não funcionam mais por confinamento, mas por controle contínuo e comunicação instantânea". O autor afirma ainda que

Pode-se prever que a educação será cada vez menos um meio fechado, distinto do meio profissional - um outro meio fechado - mas que os dois desaparecerão em favor de uma terrível formação permanente, de um controle contínuo se exercendo sobre o operário-aluno ou o executivo-universitário. (...) Num regime de controle nunca se termina nada. (idem)

Consequência disso é que o capital acaba por exercer seu poder não apenas no que diz respeito às suas decisões, mas também quanto às decisões tomadas pelos indivíduos, dentro da "autonomia" que recebem.

De forma bastante condensada, é essa a realidade da gestão das empresas no neoliberalismo. De acordo com Laval (2004, p.21), as sociedades de mercado se caracterizam por submeterem todas as atividades humanas à lógica do

capital. Assim, para o autor, não é diferente com a Universidade: enquanto a acumulação dos conhecimentos tiver papel crescente na produção (econômica), “a ciência vai estar cada vez mais estreitamente submetida às exigências da valorização do capital” (idem, p.32). Dito de outra forma, dentro do contexto do capitalismo neoliberalista, as Universidades têm se transformado em “indústrias de produção do saber eficaz” (ibidem, p.33). A razão disso é que, esse utilitarismo - característica fundamental do capitalismo - não se opõe à busca e nem à disseminação do conhecimento: ele entende o saber como ferramenta a serviço da eficácia do trabalho.

O trabalho do secretário e do secretário de Pós-graduação

A profissão de secretário está diretamente relacionada ao modo de produção capitalista. Embora se acredite que o secretariado exista desde a Idade Antiga, foi durante a Revolução Comercial (1400-1700) que o papel do secretário ressurgiu com força e se solidificou com a Revolução Industrial (MAZULO; LIENDO, 2010, p.23). Com a entrada da mulher no mercado de trabalho durante o período pós-guerra, a profissão passa a ser exercida majoritariamente por mulheres. No Brasil, a chegada da indústria automobilística na década de 1950 inicia uma maior profissionalização do trabalho de secretariado. Cursos superiores surgem nos anos 1970 e a profissão é regulamentada em 1980¹⁸ (idem).

Em trabalho sobre os sentidos formulados em uma rede social para “profissional de secretariado” e sua variante “profissão de secretário”, Caires e Birello (2017) identificam a presença de ao menos duas Formações Discursivas principais: “do secretariado formal – ou seja, aquilo que é regulamentado por lei e perpetuado dentro da academia” e a “formação discursiva do secretariado informal – aquela em que a memória discursiva recupera a secretária técnica sem formação superior.” (CAIRES; BIRELLO, 2017, p.178).

Nesse sentido, para o trabalho que pretendemos desenvolver aqui, é importante destacar que - para além do real do trabalho dos secretários e das suas particularidades - importa a imagem que nossa sociedade faz de um secretário, ou seja, o efeito do que Pêcheux chamou de pré-construído, que remete “aquilo que

¹⁸ Lei nº7.377 de 30/09/1985 e Lei nº9.261, de 10/01/1996.

todo mundo sabe”, isto é “aos conteúdos de pensamento do `sujeito universal´ suporte da identificação e àquilo que todo mundo, em sua `situação´ dada, pode ser e entender, sob a forma das evidências do `contexto situacional´” (PÊCHEUX, 1995, p.171), ou seja, estamos tratando aqui do conceito de interdiscurso. A esse respeito, nos explica Orlandi (2015a, p.31-32) que

(...) todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico, em um momento particular, se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras. (ORLANDI, 2015a, p.32)

Isso porque o discurso é anterior a nós, ou seja, quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo (idem, p.33). Dessa forma, o interdiscurso é definido como “aquilo que fala antes, em outro lugar, independentemente”, a saber, a memória discursiva (*ibidem*, p.28).

A memória discursiva é parte imprescindível da produção do discurso: é “o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já-dito” (idem, p.29). Assim, todos os sentidos ditos por alguém, em algum lugar, em algum outro momento, mesmo que distante, têm efeito sobre o que é dito agora. É preciso que o que foi dito por um sujeito específico, (...) se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentido em “minhas” palavras (*ibidem*, p.32).

Sobre a Capes e a Pós-graduação

A pós-graduação no Brasil

A institucionalização da Pós-graduação no Brasil foi formalizada no documento conhecido como “Parecer Sucupira”, de 1965:

O Parecer Sucupira, que institucionalizou a pós-graduação brasileira, possui sete tópicos: a origem da pós-graduação, sua necessidade, seu conceito, o exemplo da pós-graduação nos Estados Unidos, a pós-graduação na Lei de Diretrizes e Bases (LDB) de 1961, a pós-graduação e o Estatuto do Magistério, e a definição e caracterização da pós-graduação. (PIMENTEL, 2017, p.102)

Baseado no modelo norte-americano, foi Newton Sucupira - um pensador referência para educação brasileira, que teve grande atuação nas universidades, com formação e interesse em história e filosofia da educação (PIMENTEL, 2017, p.106) - quem consolidou a pós-graduação brasileira nos moldes como ela funciona até os dias atuais.

Segundo o parecer, em 1965 os cursos de pós-graduação no Brasil em funcionamento regular eram poucos, o que forçou nossos cientistas e especialistas de diversos setores das ciências e tecnologias a buscarem seu treinamento avançado em universidades estrangeiras. Esse era o principal argumento para a urgência em se consolidar a pós-graduação nas universidades brasileiras, para que pudéssemos formar nossos próprios cientistas e tecnólogos e assim atender à demanda da industrialização crescente pela qual passou o país a partir da década de 1960, quando necessitávamos de profissionais mais capacitados e capazes de inovar, de desenvolver novas técnicas e processos, e cuja formação não bastava a simples graduação. A ideia era transformar as universidades brasileiras em verdadeiros centros criadores de ciência e de cultura. Além disso, era essencial o desenvolvimento da pós-graduação para a formação do professor universitário. (PIMENTEL, 2017, p.102)

A década de 1970 se consolidou como um período de investimento na investigação científica no Brasil, fortemente concentrada nos programas de pós-graduação. De “formar nossos próprios cientistas e tecnólogos e assim atender à demanda da industrialização crescente”, a pós-graduação brasileira passou a receber forte impacto das políticas neoliberais¹⁹, sobretudo após 1990. (PIMENTEL, 2017, p.18)

Atualmente, o principal objetivo da Educação tem se mostrado ser o de abastecer o mercado de recursos humanos capacitados. Em Laval (2004), vemos que “o novo modelo escolar e educativo que tende a se impor está fundamentado, inicialmente, na sujeição mais direta da escola à razão econômica”, de modo que as instituições só teriam seu sentido válido “dentro do serviço que elas devem prestar às empresas e à economia.” (LAVAL, 2014, p.3). Ao que nos parece, essa lógica mercadológica tem se mostrado cada vez mais presente também no meio acadêmico, influenciando-o e transformando-o.

¹⁹ Para Chauí, o neoliberalismo, no sentido político, seria o “alargamento do espaço privado (os interesses do mercado) e o encolhimento do espaço público dos direitos” (2016, p.36). Indo mais além, a autora afirma que o neoliberalismo “não é a crença na racionalidade do mercado, o enxugamento do Estado e a desapareição do fundo público, mas a decisão de cortar o fundo público no polo dos bens e serviços públicos - e dos direitos sociais - e maximizar o uso da riqueza nos investimentos exigidos pelo capital,” (idem, p.88)

Apesar dos movimentos de resistência, principalmente por parte da comunidade acadêmica, a educação superior, em especial, a pós-graduação, sob a influência dos preceitos neoliberais, tem sofrido o fenômeno da mercadorização, com foco no produtivismo. A concorrência, que é o fundamento das práticas neoliberais, tem levado ao ranqueamento entre as IES, entre os seus programas de pós-graduação (PPGs), entre a produção docente, etc. (PIMENTEL, 2017, p.19)

O autor destaca ainda que esse forte apelo ao produtivismo tem levado a segundo plano atividades importantes e inerentes ao trabalho docente, como o próprio processo de ensino-aprendizagem, a participação em Seminários, as atividades de extensão, a inserção social como um todo (PIMENTEL, 2017, p.19).

Nesse sentido, Zoppi-Fontana (2012, p.227) afirma que o discurso positivista de ciência enquanto progresso é recorrente nos meios de divulgação científica e que os sentidos de “novidade” e de “avanço” “se impõem como imagem dominante na representação social da ciência” (idem). Dessa forma, esse discurso acaba por deslegitimar os “campos de conhecimento cuja prática não produz *descobertas*”. Aliado a isso, os fortes investimentos em desenvolvimento de novas tecnologias, colaboram para naturalizar a imagem da pesquisa científica pautada pela lógica capitalista, segundo a qual:

maior quantidade de produtos mensuráveis, disponibilizados no menor tempo possível, a custos reduzidos e criando demandas sempre novas. *Velocidade, novidade, quantidade* são as predicações que declinam os sentidos de *impacto*, a partir dos quais a produção do conhecimento científico e seus sujeitos são atualmente avaliados e legitimados. (ZOPPI-FONTANA, 2012, 227, grifos da autora)

Assim, à Universidade caberia produzir ciência em ritmo acelerado, uma vez que “significada pelos sentidos do modelo neoliberal” (idem, p.246), são administradas como empresas e a sua “produção científica é gerida pela lógica do mercado editorial” (idem).

A Pós-graduação na FCM-Unicamp

A Faculdade de Medicina²⁰ foi a unidade pioneira da Unicamp e antecedeu em três anos a fundação da Universidade, que aconteceu oficialmente

²⁰ Somente após 1969 é que a Faculdade de Medicina passou a se chamar Faculdade de Ciências Médicas.

em 1966. Em princípio, suas atividades aconteciam no prédio da Maternidade de Campinas e, posteriormente, na Santa Casa de Misericórdia de Campinas, onde permaneceu até 1985.

Apesar de tantas incertezas quanto ao futuro da Universidade de Campinas e do próprio país, diante da instabilidade política e social, a Faculdade de Medicina começa a estruturar seu quadro docente ainda em 1963, com a contratação de professores para as cadeiras básicas do curso, constituídas pela Histologia, pela Genética e Bioestatística, pela Anatomia, pela Bioquímica, pela Fisiologia, pela Farmacologia, pela Microbiologia e pela Parasitologia. São implantados os departamentos de Genética Médica (1963) e Farmacologia (1964). Inicialmente, ainda espremidos nos corredores da Maternidade de Campinas, 177 estudantes assistem à instalação de cadeiras de Clínica Cirúrgica, Clínica Médica, Medicina Preventiva e Social, e Anatomia Patológica. Depois de firmado o convênio com a Santa Casa de Misericórdia, novas cadeiras são instaladas, expandindo os serviços assistenciais. São criados os departamentos de Neurologia (1966), Pediatria (1966), Psicologia Médica e Psiquiatria (1966), Tocoginecologia (1966), Ortopedia e Traumatologia (1967), Oftalmologia e Otorrinolaringologia (1968), e Cirurgia (1972). (Faculdade de Ciências Médicas, 2013).

A história dos cursos de pós-graduação da FCM se mistura à história dos seus departamentos. Segundo o Prof. José Antônio da Rocha Gontijo²¹, os primeiros cursos de pós-graduação da FCM foram implantados após uma etapa inicial, que vai de 1963 a 1976, na qual o maior desafio ainda era a implantação do curso de graduação em Medicina. Assim, foi entre os anos de 1976 e 1990 que surgiram os primeiros cursos de pós-graduação.

Relevante lembrar que, entre os anos de 1964 e 1985, o Brasil esteve sob comando do regime da ditadura militar, de forma que não podemos negar o reflexo dessa ideologia do período na história da Universidade Estadual de Campinas. Segundo Chauí (2016, p.42), a reforma da universidade realizada pelos governos militares ditatoriais introduziu mudanças importantes, tais como a introdução dos cursos semestrais e o regime de créditos, a criação do exame vestibular, o Ciclo Básico - modelo de ensino que reúne em uma mesma sala alunos de variados cursos, reduzindo custos com a contratação de docentes e infraestrutura - entre outras transformações. A esse modelo de Universidade, a autora denomina “universidade funcional” (idem p.43), porque atende ao desejo da classe média -

²¹ Ex-diretor da FCM, período de 2002-2006. Retirado de FCM 50 anos: a realidade ultrapassou o sonho. FCM/2013.

base de sustentação ideológica do regime militar - enquanto também funciona para o mercado de trabalho.

Os cursos de pós-graduação da Unicamp, conforme dissemos anteriormente, em sua maioria começaram a tomar corpo entre os anos de 1976 e 1990, período que Chauí denomina “universidade de resultados” - aquela que precisa mostrar-se produtiva, segundo critérios empresariais de produtividade (idem, p.43). Essa breve observação acerca das ideologias vigentes então será importante para entendermos melhor a questão a que nos propomos neste trabalho.

Atualmente, a pós-graduação da Unicamp é formada por 75 programas (em sua maioria com ambas as modalidades, mestrado e doutorado) no âmbito de suas 23 unidades de ensino e pesquisa. Desse total, a pós-graduação da FCM é responsável por 10 programas acadêmicos, bem como por 5 dos 11 mestrados profissionais. É, portanto, atualmente, a unidade com maior número de programas de pós-graduação e com o maior número de alunos matriculados, sendo 1.573 do total de 12.399 alunos de mestrado e doutorado²².

A Capes e a avaliação da Pós-graduação

No Brasil, os cursos de pós-graduação *stricto sensu* são autorizados, regulamentados e periodicamente avaliados pela Capes. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) segundo ela mesma é uma “fundação pertencente ao Ministério da Educação (MEC) que desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação *stricto sensu* (mestrado e doutorado)”. Suas atividades, entre outras, vão desde a avaliação da pós-graduação *stricto sensu*, passando pelo acesso e divulgação da produção científica e pelos investimentos na formação de recursos de alto nível no país e no exterior.

De acordo com o volume I do documento “Plano Nacional de Pós-graduação (PNPG) 2011-2020”, os três pilares da avaliação seriam: avaliação por pares, a sua natureza meritocrática e a associação entre reconhecimento e fomento²³. Com base nesses critérios, ao final de cada processo avaliatório, os programas são classificados com uma nota de 1 a 7; sendo considerados cursos de

²² Fonte: Anuário Estatístico da PRPG 2019 (ano base 2018). Disponível em <http://www3.prpg.gr.unicamp.br/sites/site1/index.php/anuarios-2008-a-2018/> Acesso em 03/01/2020.

²³ Plano Nacional de Pós-Graduação – PNPG 2011-2020, página 125, Vol. I.

padrão internacional (que atendem aos chamados "parâmetros de excelência" da fundação) aqueles classificados com os conceitos 6 e 7.

Em vista da nota recebida é que se distribui a verba destinada para manutenção de bolsas e custeio dos cursos de mestrado e doutorado. Assim, os melhores cursos recebem valores maiores e maior autonomia na administração do recurso, enquanto os menos bem colocados, recebem menos incentivo financeiro. Em vista disso, observamos que a boa pontuação interessa não somente por si mesma, como comprovação da qualidade do ensino e/ou pesquisa produzidos, como também (senão mais) pela contrapartida financeira.

Segundo a própria fundação²⁴, a avaliação do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG) é realizada com a participação da comunidade acadêmico-científica por meio de consultores *ad hoc*. A fim de facilitar o desenvolvimento das atividades de avaliação, a Capes dividiu os programas de pós-graduação brasileiros em 49 áreas de avaliação, as quais são agregadas, por critério de afinidade, em dois níveis: Colégios e Grandes Áreas. Os programas de pós-graduação cujos secretários ouvimos neste trabalho pertencem todos ao Colégio de Ciências da Vida, Grande Área "Ciências da Saúde".

A referência para os processos avaliativos, tanto na elaboração e submissão de propostas de cursos novos quanto na avaliação quadrienal dos cursos em funcionamento são os chamados "Documentos de Área". Neles estão descritos os principais quesitos a serem considerados na avaliação dos programas de pós-graduação pertencentes a cada uma das 49 áreas de avaliação. Ressalte-se que, embora pertençam ao mesmo Colégio e a mesma Grande Área de avaliação, os programas da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp integram diferentes áreas de avaliação, de forma que o trinômio "Documentos de Área/Fichas e Relatórios de Avaliação" pode ou não ser comum aos entrevistados neste trabalho. Essas particularidades, contudo, não serão empecilho para a análise a que nos propomos.

Nesse sentido, é impossível falarmos do sistema de avaliação da pós-graduação brasileira sem mencionarmos a Plataforma Sucupira. Trata-se de um "importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser

²⁴ Ver <https://www.capes.gov.br/avaliacao/sobre-a-avaliacao> acesso em 11/01/2020.

a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)²⁵. Desde 2014, é por meio dela que os coordenadores e secretários de programa enviam para a Capes informações referentes ao curso, como quais são seus docentes, seus alunos, seus projetos de pesquisa, seus trabalhos publicados, entre outras informações. O nome da plataforma é uma homenagem ao professor Newton Sucupira, autor do Parecer nº 977 de 1965, sobre o qual já falamos brevemente neste trabalho.

Figura 1 – Página Inicial da Plataforma Sucupira



Fonte: Plataforma Sucupira

A Plataforma Sucupira é composta por vários módulos, como podemos ver na imagem acima. O acesso é livre ao público, conforme preconiza a chamada “Lei de Acesso à Informação”²⁶, à exceção de algumas interfaces restritas a determinados grupos de usuários (acessando os respectivos Portais), mediante *login* e senha. Este é o caso dos coordenadores de programas, os quais alimentam a Plataforma com os dados dos seus cursos. (PIMENTEL, 2017, p.113).

Dentre todas as funcionalidades da Plataforma Sucupira, neste trabalho damos maior ênfase ao Módulo Coleta Capes, uma vez que esta é a ferramenta que subsidia a avaliação, por meio da inserção das informações referentes aos programas.

²⁵ <https://uab.capes.gov.br/avaliacao/plataforma-sucupira> Acesso em 01/05/2021.

²⁶ Lei nº 12.527, de 18 de novembro de 2011. Conhecida como a lei de acesso à informação, ela regulamenta o direito, previsto na Constituição, de qualquer pessoa solicitar e receber dos órgãos e entidades públicos, de todos os entes e Poderes, informações públicas por eles produzidas ou custodiadas. Disponível em <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2011/lei/l12527.htm>

O Módulo Coleta Capes passou a integrar a Plataforma Sucupira em 2014, substituindo o antigo sistema de Coleta, conhecido também como Coleta DATACAPES. Esse sistema anterior era um software instalado no computador do usuário, não podendo ser acessado via internet, como acontece hoje. Em vista disso e de outras particularidades, o Módulo Coleta da Plataforma Sucupira é visto como um avanço significativo no processo de envio de informações para avaliação.

Contudo, vale ressaltar que o papel do Coleta não se resume à avaliação quadrienal: esse módulo configura-se também como parte da chamada “memória da pós-graduação”, que é o acervo de informações consolidadas sobre o Sistema Nacional de Pós-Graduação (PIMENTEL, 2017, p.115). Outra função do módulo Coleta de Dados, de acordo com o manual do sistema (2014, p. 6), é a de “prover à Capes as informações necessárias ao planejamento dos seus programas de fomento e delineamento de suas políticas institucionais”.

O procedimento de preenchimento da Plataforma Sucupira é, segundo a Capes, de responsabilidade do Coordenador do curso, mediante acesso pessoal à “Área do coordenador”. Contudo, é frequente que, na prática, o secretário compartilhe desse acesso, sobretudo no sentido da inserção dos dados mais quantitativos. Acreditamos que essa divisão seja algo bastante comum - vivenciamos isso durante a nossa participação no “Encontro Nacional de Pós-graduação em Medicina”²⁷, bem como observamos em alguns trabalhos acadêmicos. Em um desses trabalhos, encontramos a seguinte observação quanto à prática do trabalho em conjunto, coordenador e secretário, como descrito acima:

Considerando que os Coordenadores são “passageiros”, isto é, são docentes do Colegiado indicados por seus pares para o cumprimento de um mandato e, periodicamente, são substituídos por novas indicações dos Colegiados dos PPGs, os/as secretários/as acabam sendo mais “permanentes” que as coordenações e adquirem *expertise* na gestão das informações necessárias para o preenchimento da Coleta. Desse modo, parece que o *modus operandi* dos PPGs é que os/as secretárias/os operem na Plataforma Sucupira que foi disponibilizada pela Capes a partir de 2014, reformulando o aplicativo Coleta de Dados Capes (SOARES; PAULY, 2018a, p.31).

²⁷Tais encontros são usualmente anuais e reúnem coordenadores, secretários de programas de todo Brasil para discutir a avaliação quadrienal, entre outros assuntos concernentes à área. Os secretários são autorizados (e até mesmo estimulados) a participarem desses encontros, os quais viabilizam uma importante troca de experiências.

Outros trabalhos também já registraram a participação do secretário no preenchimento da Plataforma Sucupira, como é o caso de Pimentel (2017)²⁸, segundo o qual, em geral, os programas atribuem a responsabilidade pelo preenchimento “aos(às) coordenadores(as) de programas, auxiliados(as) pelos(as) respectivos(as) secretários(as), embora relatem que geralmente o preenchimento é feito pelos secretários, enquanto os coordenadores supervisionam o processo” (PIMENTEL, 2017, p.134).

A plataforma Sucupira é, atualmente, composta por cinco módulos: Módulo Programa, Módulo Pessoas, Módulo Produções Acadêmicas, Módulo Relatórios e, a partir da avaliação quadrienal 2017-2020, foi acrescentado o Módulo Destaques, no qual o programa de pós-graduação pode indicar os destaques do seu programa no que diz respeito a egressos, produções etc.²⁹

O primeiro módulo diz respeito aos dados do programa de pós-graduação e seus cursos, o segundo compila as informações pessoais dos participantes do programa, divididos em 4 categorias principais: docentes, discentes, pós-doc e participantes externos. Já o módulo Produções Acadêmicas reúne os trabalhos de conclusão dos alunos juntamente com a Produção Intelectual do programa, uma denominação genérica para o conjunto da produção bibliográfica, técnica/tecnológica e artística realizada pelos docentes, discentes e demais participantes do programa. O Módulo relatório compila as informações inseridas para consulta e/ou verificação.

Com exceção do Campo “Proposta” - o qual pretende ser uma descrição detalhada dos objetivos, valores, pontos fracos e fortes do programa³⁰ - todos os demais campos são de caráter quantitativo. Claro, há que se informar em detalhes a produção do programa, porém, para a avaliação quadrienal os dados são “congelados” e vertidos na forma de **indicadores** e relatórios” (THIAGO;

²⁸ O autor deste trabalho menciona em seu texto o fato de que, enquanto pesquisador de mestrado, era também membro da equipe da Diretoria de Avaliação da Capes - DAV. Isso posto, a nosso ver, invalida qualquer hipótese de que a instituição desconhecesse o uso compartilhado do acesso.

²⁹ No momento da escrita deste texto, a avaliação quadrienal ainda está em andamento, de forma que pouco se sabe ou se conjectura a respeito do impacto desse novo Módulo, o “Destaques” no resultado da avaliação quadrienal. Contudo, a nosso ver, fica nele explicitada mais uma forma de resumir e facilitar o trabalho da avaliação.

³⁰ Dizemos aqui que o campo da Proposta é um espaço de maior detalhamento da realidade dos programas de pós-graduação tomando por base o último quadriênio avaliado, ou seja, 2014-2017. Para o quadriênio seguinte, 2017-2020, esse campo já passou por modificações importantes, tendo seu espaço bastante diminuído, demonstrando uma intensificação do discurso quantitativo sobre o qualitativo.

ANDREOTTI, 2018, p.114 - grifo meu). Essa “compilação” das informações disponibilizadas na Plataforma pelos coordenadores e secretários também contribui para evidenciar a inserção da pós-graduação brasileira na “lógica do modo de produção capitalista: maior quantidade de produtos mensuráveis, disponibilizados no menor tempo possível” (ZOPPI-FONTANA, 2012, p.227).

Também nesse sentido, a avaliação tem sido objeto mudanças: para a avaliação do quadriênio 2017-2020, o campo da Proposta foi reformulado: o número de quesitos a responder foi reduzido de 14 (Histórico, Objetivos, Proposta Curricular, Oferta e Demanda de Vagas, Infraestrutura, Integração com a Graduação, Intercâmbios, Solidariedade, Nucleação e Visibilidade, Inserção Social, Internacionalização, Atividades Complementares, Autoavaliação, Planejamento, Outras Informações) para apenas 7 (Programa, Formação, Impacto na Sociedade, Histórico, Oferta e Demanda de Vagas, Impacto da COVID e Outras informações), o que implica uma necessidade ainda maior de compilação dos dados.

Como já dissemos aqui, a avaliação quadrienal atual (2017-2020) conta com uma inovação na plataforma: trata-se de um novo Módulo, denominado “Destaques”, que vem no âmbito desse ideal de compilação dos dados para análise. Neste módulo, o programa pode nomear suas produções, teses, dissertações e egressos mais relevantes³¹, variando em quantidade de acordo com a orientação do Documento de Área. Para cada uma das indicações, a plataforma permite que seja feita uma breve justificativa, de forma que o Módulo Destaques é visto como um módulo qualitativo - uma vez que permite³² detalhar o motivo da escolha do trabalho/pessoa em questão - e de responsabilidade mais de coordenadores que de secretários. Contudo, para fins de análise, acaba por se mostrar mais uma ferramenta de compilação: os trabalhos já estão inseridos e detalhados na própria plataforma, nos campos apropriados, eles somente reaparecem nos Destaques, ou seja, não são informações novas, mas a seleção das informações mais importantes já informadas, o que, a nosso ver, caracteriza mais uma estratégia para diminuir o número de dados qualitativos a serem analisados, buscando facilitar o trabalho da avaliação.

³¹ Nas avaliações anteriores já existia a indicação das “cinco produções mais relevantes”, ou seja, o Módulo Destaques veio para ampliar e dar maior ênfase à ideia de selecionar os melhores trabalhos, melhores alunos egressos etc.

³² Em alguns casos, o preenchimento é obrigatório, noutros não. É preciso conferir essa especificidade nas orientações do Documento de Área.

Dessa forma, entendemos que o preenchimento do Módulo Destaques depende em grande parte do gesto de leitura que os coordenadores fazem das orientações do documento de área: são eles quem têm aqui o papel de “profissional da leitura”, tal como descrito por Pêcheux (2014) em “Ler o Arquivo Hoje”, “porque praticam cada um deles sua própria leitura (singular e solitária) construindo o seu mundo de arquivos” (PÊCHEUX, 2014, p.58). O Documento de Área orienta quanto aos critérios para a seleção das produções de destaque, mas é o gesto de leitura que o coordenador faz sobre esse documento - aqui seu arquivo - que define o que será ou não selecionado.

PRESSUPOSTOS TEÓRICOS E METODOLOGIA

Perspectiva teórica: a Análise de Discurso

A perspectiva teórica na qual se insere essa pesquisa é a da Análise de Discurso materialista, cujo principal pensador é Michel Pêcheux. No Brasil, o destaque se dá aos trabalhos de Eni Orlandi. Dentro da história dos estudos da linguagem, a Análise do Discurso é bastante jovem. Surge na França, na década de 60, marcada pelo contexto epistemológico no qual se entrecruzam o Materialismo Histórico (renovado por Althusser), a Linguística (a partir da leitura crítica do trabalho de Saussure) e a Psicanálise (na releitura de Lacan do trabalho de Freud). São dessas três bases teóricas que a Análise do Discurso constitui seu princípio norteador: o de que a linguagem não é transparente.

Para a Análise de Discurso, o sentido não é inerente à palavra, mas resultado da Formação Discursiva na qual se insere, afetado pelas condições de produção. Considerar as condições de produção de um texto consiste em “ultrapassar os elementos internos ao texto propriamente dito” (INDURSKI, 2006, p.66). Em outras palavras, as condições de produção de um texto são de natureza sócio-histórica (Idem, p. 69). Para Pêcheux, o sentido “se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva” (PÊCHEUX, 1995, p.161).

Em Orlandi (2015, p.34) temos que “todo o funcionamento da linguagem se assenta na tensão entre processos parafrásticos e processos polissêmicos”. Segundo a autora, a paráfrase é aquilo que se mantém no dizer, a memória. Ela é chamada matriz do sentido, já que para haver sentido é necessário que haja a repetição. Já os processos polissêmicos são compreendidos como “movimentos distintos de sentido num mesmo objeto simbólico” (idem, p.36), num movimento de ruptura do processo de significação: a polissemia é quem dá condição para a existência do discurso. É nessa tensão entre o mesmo - paráfrase - e o diferente - polissemia - que se dá o funcionamento da linguagem. Este jogo entre paráfrase e polissemia “atesta o confronto entre o simbólico e o político. Todo dizer é ideologicamente marcado. É na língua que a ideologia se materializa.” (ibidem, p.36).

Nesse sentido, a autora ainda nos ensina que é útil aqui a noção de regularidade, como no conceito de Formação Discursiva: é o funcionamento dessa regularidade que articula metáfora e paráfrase. A metáfora, diz ela, “que é a condição do uso da linguagem, diz do uso de uma palavra por outra.” (ORLANDI, 1990, p.44). “Em princípio não há sentido sem metáfora. As palavras não têm (...) um sentido próprio, preso a sua literalidade” (ORLANDI, 2015a, p.42). Ou seja, uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos porque está inscrita em formações discursivas diferentes (idem). É a evidência do sentido que, enquanto efeito ideológico, esconde o seu caráter material (idem, p.43).

Quanto às Formações Discursivas, podemos entendê-las como “aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e o que deve ser dito” (ORLANDI, 2015, p.41), de modo que as Formações Discursivas são a representação das Formações Ideológicas no discurso (idem). Para compreender as afirmações acima, voltamos ao sentido de Formação Discursiva, que como já dissemos, vem da Arqueologia de Foucault: o autor explica que ao descrever “certo número de enunciados, (...), se puder definir uma regularidade (uma ordem, correlações, posições e funcionamentos, transformações), diremos, por convenção, que se trata de uma formação discursiva” (FOUCAULT, 2008, p.43). O autor complementa seu raciocínio justificando que “palavras demasiado carregadas de condições e conseqüências, (...), tais como "ciência", ou "ideologia", ou "teoria", ou "domínio de objetividade” (idem) não seriam adequadas para servir como princípio organizador de uma Formação Discursiva (INDURSKY, 2005).

Neste ponto é que Pêcheux traz para Análise de Discurso uma reformulação do conceito de Formação Discursiva, relacionando-a com a ideologia, pelo viés materialista da sua análise. Pêcheux propõe, então, o conceito de Formação ideológica, ou seja, “um conjunto complexo de atitudes e de representações que não são nem 'individuais' nem 'universais', mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflito umas com as outras. Somos levados, assim, a nos colocar a questão da relação entre ideologia e discurso.” (GADET; HAK, 2014, p.163). Então, para Pêcheux,

(...) é a Ideologia que, através do “‘hábito’ (...) fornece as evidências pelas quais ‘todo mundo sabe’ o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um

enunciado 'queiram dizer o que realmente dizem' e que mascaram, assim, sob a 'transparência da linguagem', aquilo que chamaremos o *caráter material do sentido*³³ das palavras e dos enunciados" (PÊCHEUX, 1995, p.160 - grifo do autor)

Daí que os sentidos são dependentes da formação discursiva na qual se inserem:

(...) o discurso se constitui em seus sentidos porque aquilo que o sujeito diz se inscreve em uma formação discursiva e não outra para ter um sentido e não outro. Por aí podemos perceber que as palavras não têm um sentido nelas mesmas, elas derivam seus sentidos das formações discursivas em que se inscrevem. (ORLANDI, 2015a, p.41)

Importante acrescentar que, nos ensina Orlandi (2012b, p.12), os sentidos são como se constituem, como se formulam e como circulam: sua constituição traz o contexto histórico-ideológico mais amplo, sua formulação traz às condições de produção específicas e o modo como se dá sua circulação também o singulariza (idem, p.9). Dessa forma, é a formulação - o momento em que o sujeito diz o que diz - o acontecimento discursivo pelo qual o sujeito articula seu dizer sob a ambiguidade de ser determinante do e determinado pelo que diz (idem, p. 10). A autora distingue, então, a constituição como "dimensão vertical" - interdiscurso - e a formulação como "eixo horizontal" dos sentidos - intradiscurso - sendo a primeira responsável por organizar a repetição e o apagamento, e a segunda por atualizar a primeira.

Nessa perspectiva, o texto é a materialização do discurso que, de acordo com Pêcheux, "é feito de sentidos entre locutores" (ORLANDI, 2017, p.42). "É no discurso que se pode apreender a relação entre linguagem e ideologia, tendo a noção de sujeito como mediadora: não há discurso sem sujeito nem sujeito sem ideologia. O efeito ideológico elementar é o que institui o sujeito (sempre já-lá)" (ORLANDI, 1994, p.55).

Assim, a Análise de Discurso busca fazer o caminho inverso da construção do sentido para chegar a ele: uma vez que formações ideológicas se materializam em formações discursivas que, por sua vez, constroem os sentidos em relação às condições de produção do sujeito, o trabalho do analista é identificar pelas formações discursivas quais seriam as formações ideológicas a que o sujeito é

³³O caráter material do sentido diz respeito à sua relação com as formações ideológicas, uma vez que o sentido não existe por si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas daqueles que as usam (PÊCHEUX, 1995, p.160)

assujeitado e que produzem nele o sentido. Orlandi (1994. p.58), definindo o trabalho do analista de discurso destaca que a melhor maneira de se fazer isso é dizendo “que ele realiza um programa de compreensão do significar na medida em que, pela noção de discurso, podemos atingir os efeitos que se produzem na construção de diferentes gestos de leitura”.

Contudo, compreender a construção dos sentidos não depende somente de olhar para o que é dito: o dizer mantém sempre uma relação com o não-dizer. Para Orlandi (2015), o não-dito precisa fazer parte da análise. Nesse sentido, a autora aponta duas diferentes formas de não-dizer: o pressuposto (implícito) e o subentendido. O primeiro é diretamente relacionado ao dito, já o segundo depende do contexto. Citando o exemplo da autora: “se digo ‘Deixei de fumar’, o pressuposto é que eu fumava antes (...). Mas o motivo, por exemplo, fica como subentendido” (Orlandi, 2015 p.80).

Indo além na questão do não-dito, Orlandi (2007), retrata dois vieses diferentes de silêncio, não excludentes entre si. O primeiro deles, que ela chamou de Silêncio Fundante, ou Silêncio Fundador, é a fonte primeira do sentido (p.58), ou seja, sem ele, nada pode significar, sendo o silêncio a própria condição do sentido. Para a autora (idem, p.70), a linguagem é uma incessante passagem das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras, de forma que, é o silêncio quem garante a polissemia: “o sentido é múltiplo porque o silêncio é constitutivo”. Afirma ainda que o “silêncio do sentido torna presente não só a iminência do não-dito que se pode dizer mas o indizível da presença do sujeito e do sentido” (p.70).

A segunda forma de silêncio proposta por Orlandi diz respeito ao silenciamento, que ela chama de “uma política do sentido” (*ibidem*, p.72-73). Essa política do silêncio – segundo a qual “ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis” subdivide-se em silêncio constitutivo e silêncio local. É pelo primeiro subtipo, o silêncio constitutivo, que se exclui os sentidos que se quer evitar, ou seja, “se diz x para não (deixar) de dizer y”, uma vez que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis”. É o não-dito necessariamente excluído, a fim de apagar o possível surgimento de outras formações discursivas, ou seja, o silêncio trabalha os limites do dizer (*ibidem*, p.74).

Já o segundo subtipo, o silêncio local, é a mais visível das políticas do silêncio, a censura, ou seja, “a interdição da inscrição do sujeito em formações

discursivas determinadas” (idem, p.76). Para Orlandi (1984, p.16) “a incompletude é a condição da linguagem” e “se ao falar sempre afastamos sentidos não desejados, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele cala” (ORLANDI, 2007, p.152).

Trazendo para nosso escopo de trabalho, podemos pensar sobre os sentidos produzidos pela Plataforma Sucupira enquanto ferramenta em constante aprimoramento e transformação, desde a sua criação. De acordo com a Análise de Discurso, isso implica constante ressignificação dos seus sentidos, a cada novo movimento de formulação e circulação³⁴, sendo esse último o que “sustenta a formulação dos dizeres no digital” (DIAS, 2018 p.33). Sobre isso, a autora acrescenta ainda que “dependendo da maneira como circula e das condições de circulação de um objeto simbólico, ele vai produzir certos sentidos e não outros”, bem como “o meio em que certos dizeres vão circular é também determinante da sua formulação” (idem, p.185).

Ainda que nosso corpus não seja propriamente digital - não estamos lendo a plataforma Sucupira, mas sim dizeres dos secretários a respeito dela, da avaliação e do seu próprio trabalho, é importante ter em mente que os sentidos que se formam da leitura da plataforma também não estão “já lá”:

Em outros termos, não tomar como uma evidência do arquivo o resultado da busca, porque ela não é mais do que dados em relação algorítmica numa memória metálica. É preciso, no entanto, atentar para as correspondências que esses “dados” engendram em nós, o que já se dá a partir de uma filiação à memória histórica, de um trabalho do arquivo. É isso considerar o digital em sua materialidade. (DIAS, 2015, p.974).

Assim, podemos afirmar que a leitura dos secretários e coordenadores acerca de cada um dos itens da Plataforma, mediante suas formações discursivas distintas é subjetiva, não óbvia, como sugeriria a sua aparente objetividade. Tal como já mostramos anteriormente, o acesso a Plataforma Sucupira - Módulo Coleta, para inserção de dados acontece por meio do “Portal do Coordenador do Programa”, mediante *login* e senha, vinculado ao número de CPF do coordenador. O acesso é, portanto, oficialmente, individual. No entendimento de Soares e Pauly (2018) essa

³⁴Em Orlandi (2012b, p.9) temos que “os processos de produção do discurso implicam três movimentos igualmente relevantes: 1- Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo; 2- Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e 3- Sua circulação, que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições”.

perspectiva é responsável por tornar, “invisível o trabalho e a respectiva responsabilidade dos profissionais do secretariado” (SOARES; PAULY, 2018, p.23).

Essa perspectiva da “invisibilidade” do secretário de programa nos leva a pensar sobre o silêncio local, que “é a mais visível das políticas do silêncio”, tendo como exemplo a censura e sua “interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas” (ORLANDI, 2007 p.76). Indo um pouco além, veremos no decorrer deste trabalho que a forma como a avaliação da pós-graduação é realizada, pautando-se majoritariamente por critérios quantitativos - enquanto significada pela lógica capitalista - acaba por “invisibilizar” não só o trabalho do secretário, mas também do pesquisador/cientista/professor.

Sobre o trabalho de construção dos dados

O estudo foi realizado na Faculdade de Ciências Médicas da Universidade Estadual de Campinas, no ano de 2019. A pesquisa tem aprovação do Comitê de Ética da UNICAMP, sendo o número do Parecer 3.670.594.

O arquivo constitui-se de transcrições de entrevistas realizadas pela pesquisadora com 05 dos 12 secretários que atuam ou atuaram na secretaria da Comissão de Pós-graduação - CPG - da FCM/Unicamp, no ano da coleta de dados. Importante lembrar que aqui nos referimos a noção de arquivo, tal como descrito por Guilhaumou e Maldidier (2014, p.170): “o arquivo nunca é dado *a priori*, e em uma primeira leitura, seu funcionamento é opaco”. Quanto ao *corpus* de análise, ele é formado por recortes de enunciados do arquivo e, sem dúvidas, a seleção “é fortemente apriorística” a qual apaga o encadeamento original do discurso e o submete à sua própria ordem, tornado o *corpus* um sistema de enunciados produzidos na e pela abordagem do analista. (GUILHAUMOU; MALDIDIER, ROBIN; 2016, p.238).

Todos os secretários foram convidados a participarem voluntariamente do estudo. A quantidade de secretários a serem entrevistados foi estabelecida pelos pesquisadores em virtude da proposta de análise discursiva dos relatos, a qual exige um olhar qualitativo cuja profundidade não viabiliza nem pressupõe um número grande de sujeitos, bem como de modo a possibilitar a garantia do sigilo da identidade de cada um dos entrevistados.

Como instrumento de coleta de dados foi utilizado um roteiro de entrevista do tipo semiestruturada, contendo 07 perguntas, desenvolvido pela pesquisadora com base nos objetivos do estudo.

As entrevistas foram realizadas individualmente, em local reservado, gravadas em arquivo de áudio. A duração das entrevistas não foi pré-estabelecida. Posteriormente, as falas foram transcritas pela pesquisadora.

Momentos antes de cada entrevista, foi esclarecido ao secretário os objetivos e a importância da pesquisa, ao que cada um deles respondeu assinando o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, mediante a garantia de sigilo e anonimato dos sujeitos participantes do estudo.

Todas as falas foram ouvidas pela pesquisadora da forma mais silenciosa quanto foi possível. Essa foi uma tarefa bastante difícil porque, como secretária, a pesquisadora compartilha muito dos discursos dos entrevistados, de modo que pode ter havido supressões, subentendidos, entre outras características próprias do diálogo entre pessoas que compartilham do saber relacionado a determinado assunto. Sem dúvidas, essa particularidade interferiu na formulação e circulação dos sentidos dentro da entrevista e perdê-la de vista seria ignorar parte importante da constituição dos sentidos. Souza (2000, p. 90) nos diz que “a entrevista é dispositivo de constituição da subjetividade, notadamente no que concerne a construção da forma-sujeito³⁵”, ou seja, há que se levar em consideração o “estranhamento” provocado em ambos os secretários, quando colocados nas posições de entrevistador e entrevistado, bem como os efeitos de sentido produzidos por esse “estranhamento”.

O método da Análise de Discurso

A Análise de Discurso não visa descobrir o que “o texto quer dizer” (posição tradicional da análise de conteúdo face a um texto), mas *como* um texto funciona (ORLANDI, 2012b, p.20). Para entender esse “como”, é preciso antes compreender a noção de dispositivo para Análise de Discurso:

A noção de “dispositivo” (...) leva em conta a materialidade da linguagem, isto é, sua não-transparência e coloca a necessidade de construir um

³⁵ A forma-sujeito resulta da interpelação do sujeito pela ideologia. (ORLANDI, 1999)

artefato para ter acesso a ela, para trabalhar sua espessura semântica - linguística e histórica - em uma palavra, sua discursividade. (ORLANDI, 2012b, p.21)

Nos ensina Eni Orlandi (2012b, p.26) que o gesto do analista é determinado pelo dispositivo teórico enquanto o gesto do sujeito é determinado pelo dispositivo ideológico. Isso quer dizer, como já vimos aqui, que os sentidos das palavras variam pois, entre outros fatores, estão diretamente relacionados à formação ideológica do sujeito e baseados na ilusão da evidência do sentido. Já o analista de discurso, por meio do dispositivo teórico da Análise de Discurso, visa romper com a ilusão de transparência, buscando tornar “visível” o trabalho da ideologia.

Contudo, isso não quer dizer que a leitura do analista é neutra: ele também é afetado pelo jogo da interpretação, porém, seu dispositivo teórico permite o deslocamento, à medida que olha a partir da noção da opacidade da linguagem, relativizando os sentidos (idem).

Este deslocamento - posição do sujeito/posição do analista - mostra o jogo da alteridade presente na prática do analista, isto é, a leitura outra que ele pode produzir com seu dispositivo. Esta leitura trabalha o efeito da objetividade (a construção discursiva do referente, o efeito de evidência), a espessura semântica do texto, sua materialidade, levando em conta a falta, o deslize, o equívoco, a ideologia. (...) O trabalho do analista é em grande parte o de situar (compreender) - e não apenas refletir - o gesto de interpretação do sujeito e expor seus efeitos de sentido, (ORLANDI, 2012b, p.25)

Assim, é a partir deste deslocamento que o Dispositivo Teórico da Análise de Discurso permite que o analista construa seu Dispositivo Analítico: isso quer dizer que a Análise de Discurso não possui uma metodologia pronta: seu dispositivo analítico é construído pelo próprio analista, diante do material que se propõe a analisar. O que define a forma do dispositivo analítico “é a questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise” (ORLANDI, 2015, p.25). O analista se utiliza do dispositivo teórico da Análise de Discurso enquanto conceitos e métodos para formular o seu próprio dispositivo analítico.

Busca-se, no geral, realizar uma “exaustividade vertical” como dispositivo analítico (ORLANDI, 2015, p. 61), considerando os objetivos da pesquisa e sua temática. Dessa forma, a construção do *corpus* e a sua análise não são coisas

separadas e independentes entre si: “em grande medida, o *corpus* resulta de uma construção do próprio analista” (idem).

Dessa forma, das transcrições das entrevistas foram selecionados alguns excertos pela pesquisadora, os quais constituem o *corpus* deste trabalho. Estabelecido o *corpus* - seguimos para a análise propriamente dita, que será realizada de acordo com as três etapas de que trata Orlandi (2015, p.76): começando pela passagem da superfície linguística para o discurso (“desfazendo a ilusão de que aquilo que foi dito só poderia sê-lo daquela maneira”) indo, sem seguida, do objeto discursivo para a Formação Discursiva (lançando mão das paráfrases, sinonímias etc.) para, enfim, irmos do processo discursivo para a Formação Ideológica.

ANÁLISE E DISCUSSÃO

O *corpus* e seu recorte

Como dissemos anteriormente, o *corpus* em Análise de Discurso é construído pelo próprio analista, considerando os objetivos da pesquisa e sua temática, sendo que tal construção acontece conjuntamente à análise propriamente dita (ORLANDI, 2015, p. 61). Sabe-se que não é objetivo do analista de discurso alcançar o que chamamos de exaustividade horizontal, uma vez que “todo discurso estabelece uma relação com um discurso anterior e aponta para outro. Não há discurso fechado em si mesmo, mas um processo discursivo do qual se podem recortar e analisar estados diferentes” (ORLANDI, 2015, p.60). A exaustividade que busca o analista é chamada vertical, a qual se relaciona aos objetivos e temática da análise (idem).

Em seu texto, “Ler o arquivo hoje”, Pêcheux fala de “diferentes maneiras de ler o arquivo (2010, p.51), de modo a propor a constituição de um “[...] espaço polêmico das maneiras de ler, uma descrição do ‘trabalho do arquivo enquanto relação do arquivo com ele-mesmo, em uma série de conjunturas, trabalho da memória histórica em perpétuo confronto consigo mesma.” (PÊCHEUX, 2010, p. 51). A esse respeito, Dias (2018, p.974) em texto no qual discute a construção do *corpus* de análise de discurso digital, ao pensar sobre esse “espaço polêmico das maneiras de ler” proposto por Pêcheux, questiona-se:

não seríamos nós o “conjunto de todos os outros”, referido por Pêcheux ao falar da divisão entre os clérigos, na idade média, por meio da qual alguns eram “portadores de leitura e de uma obra própria” e outros, “o conjunto de todos os outros”, exerciam uma leitura que impunha ao sujeito-leitor um apagamento, uma vez que se dava por meio da repetição de gestos como “cópia, transcrição, classificação, indexação, codificação, etc.”? Afinal, não operamos nós, hoje, frequentemente, na relação com o arquivo digital, com gestos da mesma ordem: copiar, colar, compartilhar, recortar, extrair...? Contudo, em vez dos clérigos, temos, hoje, a serviço do Estado e do empresariado, a grande mídia... (mas também a escola, a ciência...)” (DIAS, 2018, p.974)

Analogamente, ao constituir o *corpus* deste trabalho, consideramos recortar para a formação do arquivo excertos que nos permitissem entender de que forma esse processo de construção dos sentidos de trabalho pelos secretários: estaria ele mais próximo do trabalho dos clérigos “portadores de leitura e de uma

obra própria” ou do “conjunto de todos os outros”, os quais, exerciam uma leitura que (...) se dava por meio da repetição de gestos como “cópia, transcrição, classificação, indexação, codificação, etc.”, de modo a promover um apagamento do sujeito-leitor?

Cientes de que “decidir o que faz parte do *corpus* já é decidir acerca de propriedades discursivas” (ORLANDI, 2015, p.60), selecionamos nas entrevistas recortes que julgamos cruciais para a análise das falas dos secretários de programa, que nos permitam compreender os sentidos atribuídos ao trabalho.

Os sentidos de trabalho nas entrevistas

Os secretários entrevistados para esta pesquisa são (ou foram) meus colegas na Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Médicas da Unicamp. Nós secretários trabalhamos juntos (no sentido de ocuparmos um espaço comum), porém, individualmente. Grosso modo, cada programa da FCM possui um secretário responsável. Há sim casos em que um mesmo secretário atua em dois programas diferentes - sobretudo quando o programa em questão é de menor tamanho e/ou complexidade - porém essa não é a regra.

As atividades comuns a todos os secretários na FCM dizem respeito a promover suporte administrativo às respectivas comissões de pós-graduação, aos docentes e discentes do programa. Dentre tantas atividades que compõem isso que aqui chamamos resumidamente de “suporte”, está a manutenção dos dados do programa na Plataforma Sucupira, Módulo Coleta³⁶. Posso destacar que é consenso entre os secretários da FCM que a manutenção da Plataforma está entre as nossas atividades de maior relevância.

Decidimos por trabalhar com a Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Médicas por ser a unidade com maior número de programas de pós-graduação na Unicamp e, conseqüentemente, com o maior número de secretarias de pós. Dessa forma, seria possível analisar as questões propostas pelo trabalho sob um viés interessante para a pesquisa, a saber, a disponibilidade de um maior número de sujeitos em condições de produção bastante semelhantes.

³⁶Contudo, o acesso para preenchimento da Plataforma Sucupira é de responsabilidade do Coordenador de Programa. De acordo com a Capes, “Não há possibilidade de acesso para outras pessoas além do coordenador do PPG ou do pró-reitor da IES para preenchimento do Coleta” Fonte: <https://uab.capes.gov.br/perguntas-frequentes> Acesso em 26/01/2021.

Por outro lado, contou bastante para essa decisão o fato de ser este também o meu ambiente de trabalho, no qual me coloco enquanto secretária e pesquisadora: segundo o dispositivo teórico da análise de discurso “cada material de análise exige do seu analista, de acordo com a questão que fórmula, mobilize conceitos que outro analista não mobilizaria, face a suas (outras) questões” (ORLANDI, 2015a, p.25). Assim, trabalhando sobre o Dispositivo Teórico da Análise de Discurso - seus princípios gerais - o analista constrói seu Dispositivo Analítico, que lhe é próprio e definido pela “questão posta pelo analista, a natureza do material que analisa e a finalidade da análise” (idem).

Dessa forma, a análise que aqui se pretendeu fazer toma uma perspectiva bastante singular se comparada ao comum das situações de entrevista: em geral, aquele que pergunta, pergunta porque desconhece. Aqui, porém, a entrevistadora acredita que sabe boa parte das respostas antes de formular a pergunta, porque seus entrevistados não lhe são estranhos, ou seja, entrevistadora - e posteriormente analista - e entrevistados compartilham saberes. Em Orlandi, (2015, p.37), temos que, pelo mecanismo da antecipação, todo sujeito tem a capacidade de colocar-se no lugar do seu interlocutor. Esse mecanismo, ainda segundo a autora, é quem regula a argumentação e os modos de dizer: tais mecanismos de funcionamento do discurso constituem o que a autora chama de formações imaginárias.

Do ponto de vista de quem ouve - o entrevistador - esse saber compartilhado participa do seu gesto de leitura do discurso do entrevistado, evidentemente. Contudo, nem é nisso que se encontra a maior especificidade dessas condições de produção: é do ponto de vista do entrevistado que a fala fica ainda mais peculiar, uma vez que o sujeito fala para alguém que julga conhecer as suas respostas. Essa antecipação molda o discurso do sujeito, tornando-o um tanto mais obscuro, subentendido e marcado por locuções do tipo “né?”, como veremos mais adiante.

Importante destacar que, quando falamos destas condições de produção bastante específicas em se tratando de uma entrevista, não estamos emitindo juízo de valor sobre elas, apenas tentamos colocar luz sobre condições que interferem no sentido que se constrói neste trabalho, buscando que não passem despercebidas.

A seguir, analisamos recortes das entrevistas, que estão aqui elencadas na ordem cronológica em que aconteceram, porque acreditamos que essa particularidade também participa da produção dos sentidos.

Primeira entrevista: secretário A

Quando questionado sobre o que pensa a respeito do seu trabalho com a plataforma Sucupira, o secretário A começou sua resposta se questionando se a responsabilidade do preenchimento era mesmo dele mesmo:

É, na verdade, é... existe uma discussão meio que filosófica que quem deveria tratar com a Sucupira (som de inspiração, ininteligível) mas assim, nosso trabalho como secretário seria dar um suporte para as informações que são inseridas no sistema... não sei teoricamente se, se seria nossa obrigação inserir essas... atividades no sistema, porque teoricamente a gente usa a senha e CPF do coordenador do curso. Eu entendo que, assim, a tarefa de colocar no sistema poderia ser do coordenador do curso mas a tarefa do secretário seria dar um/uma base... para... inserção dessas informações, então, não sei se... (pausa) se é exatamente isso ou não mas o secretário deveria ter um acesso igual pra saber que informações deveria apresentar (...)(SECRETÁRIO A)

Como já explicamos anteriormente, a responsabilidade pelo preenchimento do Módulo Coleta na Plataforma Sucupira é do Coordenador do curso, pessoa essa que é, normalmente, assessorada pelo secretário nesta e em outras tarefas. Contudo, é possível notar o desconforto gerado no secretário pelo fato de ter seu trabalho “escondido” pelo acesso que não é dele, ao ponto de se questionar se deveria e não cumprir com essa tarefa. Assim, quando afirma não ter clareza sobre essa atividade ser ou não uma “obrigação” do secretário, podemos identificar duas formações discursivas, por assim dizer, “opostas”: a primeira, atrelada ao sistema capitalista e utilitarista, para o qual não há sentido em produzir o que quer que seja se não houver retorno financeiro, e a segunda, baseada no sentido de trabalho como obrigação, em divergência à formações discursivas que relacionam o trabalho a satisfação e realização pessoal, por exemplo, que são tão caras ao sistema neoliberal, uma vez que servem de ferramenta no trabalho de captar a subjetividade do trabalhador em prol da produtividade da empresa. Assim, ao atrelar o sentido de trabalho ao de obrigação, confere ao primeiro o desprestígio do segundo, quando evidencia sentido de algo ao qual somente nos submetemos por necessidade e não por opção.

Contudo, o secretário complementa sua fala demonstrando que acredita na sua responsabilidade enquanto secretário junto ao preenchimento da Plataforma - *“mas a tarefa do secretário seria dar um/uma base... para... inserção dessas informações” (SECRETÁRIO A)* - e manifesta seu desejo de reconhecimento, reivindicando o acesso próprio e igual ao do coordenador - *“o secretário deveria ter um acesso igual pra saber que informações deveria apresentar” (SECRETÁRIO A)*.

Talvez seja importante observar que o secretário questiona a necessidade de um “acesso igual”: ele poderia ter solicitado um acesso específico para si mesmo, ou ainda, um acesso limitado em relação ao do coordenador, que se voltasse somente para as suas próprias tarefas dentro da Plataforma, porém, a sua escolha é pelo “igual”. Qual o sentido de possuir acesso igual ao do coordenador? A nosso ver, essa colocação evidencia o desejo, talvez inconsciente, de ocupar o lugar social - entendido aqui como lugar empírico - do coordenador do programa. De acordo com Grigoletto (2005), o sujeito “sempre fala de um determinado lugar social, o qual é afetado por diferentes relações de poder, e isso é constitutivo do seu discurso”. Ainda segundo a autora:

Assim, o sujeito do discurso, ao mesmo tempo em que ele é interpelado/assujeitado ideologicamente pela formação social, ele se inscreve/ocupa um dos lugares sociais que lhe foi determinado. É o espaço do empírico. Na passagem para o espaço teórico, no nosso caso, para o espaço discursivo, o lugar social que o sujeito ocupa numa determinada formação social e ideológica, que está afetada pelas relações de poder, vai determinar o seu lugar discursivo, através do movimento da forma-sujeito e da própria formação discursiva com a qual o sujeito se identifica.(GRIGOLETTO, 2005, p.5)

Dito de outra forma, a construção do sujeito discursivo se daria a partir do lugar social, afetado pelas relações de poder inerentes a esse lugar. Sabemos que, ambos, coordenador e secretário, ocupam lugares sociais distintos e a figura de “poder” nesta relação é a do coordenador, enquanto produtor de ciência. Dessa forma, parece-nos que o sujeito discursivo da fala do secretário busca trazer para si o prestígio da ciência e, conseqüentemente, do coordenador, por meio do compartilhamento de um “espaço” empírico comum, representado aqui pelo acesso à Plataforma Sucupira.

Quando questionado sobre sua opinião sobre a Sucupira como instrumento de avaliação, ele explana que:

Da forma que é hoje, é... mais uma plata/uma plataforma de inserção de dados, de... é como se fosse uma coleta de dados... (pausa) a partir daquilo, o uso que é feito pra avaliação, você pode ter instrumentos bons e instrumentos ruins, mas isso é uma, eu vejo como uma.... Uma etapa posterior, o sistema Sucupira eu... eu vejo como um banco de dados, por exemplo, e uma questão de publicidade mesmo, porque como a Capes investe dinheiro na... nas.... Unidades de ensino pelo Brasil inteiro, é como se fosse uma prestação de contas do que tá sendo feito com dinheiro público que é investido, eu vejo dessa forma, é um banco de dados, um grande banco de dados pra você ver o que tá acontecendo (pausa) mesmo que essas informações, teoricamente, o coordenador que tem a responsabilidade de inserir, seja uma coisa... (pausa) não vou dizer confiável, mas uma coisa que eu posso escrever o que eu quiser lá (pausa) eu posso colocar um projeto, num preciso comprovar que esse projeto existe pra colocar lá (pausa), posso inserir qualquer coisa que eu quiser, mas é uma certa, dá uma certa transparência de onde que o dinheiro tá sendo utilizado, mas eu vejo o Sucupira mais como um banco/um grande banco de dados, o uso que eu vou fazer desse banco e como eu vou avaliar os cursos (ininteligível) nos dados que eu tenho já é outra questão.(SECRETÁRIO A)

Neste recorte, o secretário A faz uma observação bastante interessante para os objetivos deste trabalho: ele relaciona a função da plataforma com a necessidade de transparência por parte do Estado, no que diz respeito ao uso do erário. Podemos identificar a atuação de ao menos duas formações discursivas: a do discurso do servidor público e a da lógica capitalista, mais uma vez. A primeira fica evidenciada, a nosso ver, sobretudo no uso da palavra “publicidade”, com sentido de “tornar público”. Essa acepção da palavra, embora legítima e dicionarizada³⁷, é ainda um tanto incomum em outras formações discursivas, nas quais o sentido mais recorrente é o de “propaganda”. No serviço público, a publicidade é mais frequentemente utilizada na acepção que fez uso o secretário A, uma vez que, entre outros motivos, faz parte dos cinco princípios da Administração Pública³⁸.

Nesse sentido, para o secretário A, a razão da publicização dos dados da pós-graduação seria a necessidade de transparência dos gastos públicos. Porém, o próprio secretário admite que pode “escrever o que quiser” na Plataforma: assim, o secretário A percebe na publicização dos dados um “efeito de transparência”, ou seja, não é transparente, mas “aparenta” ser e é pela autoridade do discurso do

³⁷Publicidade (*substantivo feminino*):1. Qualidade do que é público. 2. Vulgarização; divulgação. 3. Promoção de produto ou serviço através dos meios de comunicação social. 4. Mensagem que publicita esse produto ou serviço. = ANÚNCIO. Fonte: "publicidade", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2020, <https://dicionario.priberam.org/publicidade> [consultado em 27-01-2021].

³⁸ Estabelecidos pelo Artigo 37 da Constituição Federal de 1988.

Estado que se garantiria a legitimidade: isso se dá porque “a ideologia não é x mas o mecanismo de produzir x” (ORLANDI, 2001, p.30), ou seja, é pela ideologia que a plataforma adquire - ou não - sua característica de transparência. Lida dentro da Formação Discursiva do Estado, ela seria transparente. Lida pela discursividade do mundo do trabalho neoliberal, talvez não. Disso, temos que o discurso do secretário A é constituído por (ao menos) ambas as formações discursivas.

Observemos este último recorte da entrevista do secretário A quando questionado sobre o mecanismo da Capes:

É... eu acho que tudo esbarra um pouco na questão financeira né... que existe o ranqueamento e... assim, eu acho que a questão da divisão financeira é mais uma questão política do que por mérito mesmo... porque o programa que eu trabalho, por exemplo, atingiu todas as metas, mas não foi, não foi... eleito como um programa de excelência por uma questão política... (...)(SECRETÁRIO A)

Primeiramente, chama-nos a atenção a polarização colocada entre mérito e política: da expressão “*eu acho que a questão da divisão financeira é mais uma questão política do que por mérito mesmo*”(SECRETÁRIO A), subentende-se que a avaliação por mérito seria a desejada, em detrimento da avaliação dita “política”. Esse subentendido evidencia a Formação Discursiva alinhada à lógica capitalista, para a qual a meritocracia é tão cara. Colocada pelo sujeito em contraposição à política, subentende-se que onde há política, não há meritocracia. Mas, então, o que há na política? Há que se pensar aqui na questão do não-dito: o secretário não fala sobre como seria uma avaliação baseada em política, porém, deixa claro seu descontentamento com esse tipo de avaliação quando afirma que o seu programa teria sido prejudicado em razão dela.

Segunda entrevista: secretário B

Nesta entrevista, tal como o secretário A, quando questionado sobre o que pensa a respeito do seu trabalho com a plataforma Sucupira, o secretário B também questiona de quem seria a responsabilidade pelo preenchimento da plataforma:

É.. ah... essa é a parte mais puxada né, Toda (ininteligível) tem um determinado período do ano em que a gente se dedica quase que 100% a transportar³⁹ lá para plataforma tudo que há de produção do programa. Eu entendo a dinâmica da plataforma, consigo, acho que, imaginar a funcionalidade dela, (...). Pra gente, tem as complicações que a gente faz um trabalho de... de... detetive, na verdade, né... existe uma questão que para tudo que (ininteligível)... de pessoas que você vai colocar você tem que saber o CPF, então acaba aqui pra chegar nesse CPF a gente faz um trabalho de detetive gigante pra conseguir inserir as produções, eu acho que poderia ter um sistema de integração mais simples com o Lattes...(..., teoricamente, a plataforma não era nem para gente acessar né, o próprio login, a identificação é do coordenador, então seria uma demanda, um atributo, do cargo de coordenador de programa, não do secretário, então... porque a Capes confia no, né... no coordenador... você vê a relevância que tem a secretaria... se ele errar a culpa é dele mas de resto é como o coordenador tivesse feito, (...)(SECRETÁRIO B).

Interessante notar a última observação que o secretário B faz neste recorte: o secretário coloca a relevância do trabalho dele atrelada a exercer uma função que seria do coordenador. Vejamos: parafraseando o trecho destacado acima, teríamos algo como “a capes confia no coordenador, por isso nossa atividade é relevante: se erramos a culpa é nossa, caso contrário, é como se tudo fosse resultado do trabalho do coordenador” (SECRETÁRIO B). Desta paráfrase, podemos subentender alguns pontos importantes:

- A Capes não confiaria no secretário;
- O trabalho do secretário é menos relevante em relação ao do coordenador;
- O trabalho do secretário se torna relevante quando “substitui” o trabalho do coordenador;
- O erro é um atributo do secretário;
- O mérito do trabalho bem-feito é do coordenador.

Acreditamos que a Formação Discursiva aqui evidenciada é da ordem hierarquização histórica das relações de trabalho, permeada por um certo ressentimento, como proposto nos trabalhos de Maria Rita Kehl (2020), para quem “ressentir-se significa atribuir ao outro a responsabilidade pelo que nos faz sofrer”. Como vimos anteriormente, as relações de trabalho no mundo capitalista são

³⁹ No capítulo dedicado aos sentidos de dado/fato voltaremos a falar deste recorte, sobretudo a respeito do termo “transportar”.

sempre dispostas em relação de desigualdade: o (detentor do) capital subjuga o trabalhador, cuja única “moeda de troca” é sua própria força de trabalho. Embora o primeiro seja totalmente dependente do segundo, historicamente e por diversos motivos, o poder no mundo capitalista sempre se concentrou nas mãos do primeiro. Para isso, o capital fez (e ainda faz) uso de diversos mecanismos, os quais são reformulados ao longo do tempo, porém, a finalidade deles é sempre a mesma: manter o domínio do capital sobre o trabalho.

Assim, observamos no discurso do secretário B, de um modo geral, uma formação ideológica classista, típica do discurso sindical, a qual fica evidenciada, entre outros momentos, na contraposição do trabalho do secretário ao trabalho do coordenador.

Pra gente, tem as complicações que a gente faz um trabalho de... de... detetive, na verdade, né... existe uma questão que para tudo que (ininteligível)... de pessoas que você vai colocar você tem que saber o CPF, então acaba aqui pra chegar nesse CPF a gente faz um trabalho de detetive gigante pra conseguir inserir as produções, eu acho que poderia ter um sistema de integração mais simples com o Lattes... mesmo que eles tentam, estão tentando aperfeiçoar mas ainda é... a gente tem um esforço grande para encontrar pessoas, tal... Então não sei como eles vão fazer isso ao longo dos anos mas, eu acho que é um trabalho penoso, às vezes, volume de informações que a gente tem que inserir, principalmente em relativo à pessoas, né... E aí a gente depende muito da contribui/ da colaboração dos docentes e nem sempre a gente tem (...)(SECRETÁRIO B).

Neste recorte, o secretário qualifica o próprio trabalho como sendo “de detetive”. Há aqui, mais uma vez, a questão do subentendido: se é “trabalho de detetive”, então não é trabalho de secretário. Tampouco de coordenador. Assim, como “não-dito”, fica a crítica ao modo de funcionamento da plataforma, que impõe atividades que não seriam do escopo do secretário. Esse sentido é reiterado na sequência da fala do secretário, na qual ele opina sobre a necessidade de um sistema que automatizasse esse processo de trabalho “de detetive”.

Contudo, ainda que se mostre como um discurso questionador da ideologia dominante (a do capital), enquanto sujeito do capitalismo, essa Formação Discursiva também é presente na sua fala quando, em determinado momento da

entrevista, o secretário admite entender a “funcionalidade” da Plataforma, entendida aqui como funcionamento. Como afirma Orlandi (1999, p.13),

A língua é capaz de falha. Essa possibilidade - a da falha - é constitutiva da ordem simbólica. Por seu lado, o equívoco já é fato de discurso, ou seja, é a inscrição da língua (capaz de falha) na história que produz o equívoco. Este se dá, portanto, no funcionamento da ideologia e/ou do inconsciente. O equívoco é a falha da língua, na história (ORLANDI, 1999, p.13).

Assim, entendemos que a substituição - o equívoco - do termo “funcionamento” por “funcionalidade” explicitaria a vinculação do discurso do secretário ao discurso dominante, ou seja, uma vez que o sufixo “dade” indica a formação de um substantivo abstrato criado a partir de um adjetivo (funcional - funcionalidade), e o sufixo “mento” (funcionar - funcionamento) constrói substantivos derivados de verbos, trazendo ideia de ação e resultado, ao equivocadamente trocar “funcionamento da plataforma” por “funcionalidade da plataforma”, o secretário deixa transparecer o sentido de que a Plataforma Sucupira deva ser “funcional” - ou seja, prática, utilitária, eficaz⁴⁰ - sentidos estes caros à ideologia dominante.

Por fim, gostaria de discutir brevemente a oposição entre burocracia e ciência, colocada pelo secretário B no recorte abaixo, quando questionado como é seu trabalho de secretariar um curso de pós:

É... não é um trabalho tão puxado mas tem suas complexibilidade né, complexidade... (...) mas eu gosto do do trabalho principalmente por ser um estudante de pós e por estar em contato com a questão da pesquisa de ensino e pesquisa então mesmo que não seja na minha área, você consegue se interagir em alguns assuntos você tá sempre lidando com as questões não só da burocracia mas também da prática de ciência né... eu acho que isso é legal de se lidar com trabalhos, com dissertações, teses, acaba sendo proveitoso mesmo que não seja especificamente nossa área de formação mas estar em contato te deixar mais tempo ali próximo desse ambiente de estudo, de pesquisa então é que eu acho que é uma parte boa (SECRETÁRIO B).

⁴⁰ Significado de “funcional” retirado de <https://www.dicio.com.br/funcional/> Acesso em 28/01/2021. Importante lembrar que, em Análise de Discurso, não falamos em sentido único ou literal, da forma como os dicionários apresentam, uma vez que temos ciência da ilusão de transparência da linguagem. Assim, ao tomarmos aqui os sentidos dicionarizados como ponto de partida da discussão, não estamos buscando, em hipótese alguma, desconsiderar o funcionamento do discurso e seu caráter não-evidente: apenas não desconsideramos o peso que os sentidos adquirem ao serem institucionalizados na forma de dicionários.

Da expressão “não só da burocracia” subentende-se que a burocracia seria algo intrínseco ao trabalho do secretário - Formação Discursiva característica do campo do serviço público. Pode-se subentender também que há aí um juízo de valor: quando colocadas em oposição, burocracia e ciência se mostram distintas, sendo a primeira preterida em frente à segunda. Sendo assim, o gosto pelo trabalho, ou algum prazer associado a ele estaria diretamente relacionado a uma única característica, a qual, nem é propriamente dele, mas apenas o perpassa, se aproxima. Mais uma vez, os sentidos colocados aí pelo secretário B nos remetem à valorização do trabalho do coordenador (enquanto cientista) em detrimento do seu próprio trabalho de secretário.

Terceira entrevista: secretário C

Há algo que soa como uma busca pela “resposta certa” que permeia grande parte do discurso do secretário C e são vários os momentos em que isso fica subentendido. Quando questionado sobre o seu próprio trabalho, a primeira resposta do entrevistado é, na verdade, uma pergunta: “Como é que eu posso responder isso?”. Se fosse essa uma fala isolada, poderíamos tomá-la como simples vício de linguagem, ou ainda, um simples artefato que comumente usamos para aumentarmos nosso tempo de resposta. Contudo, essa fala ecoa em outros momentos da entrevista, como veremos mais adiante: quando o sujeito finalmente responde à pergunta da entrevistadora, conclui com um: “Respondi, será?”, reafirmando a necessidade que sente de ter validada a sua resposta.

Noutro momento da entrevista, o secretário C inicia a sua resposta da seguinte forma: *“Então, quando... Assim, eu penso que /num sei se essa é a resposta né/ quando você (risos) é, então, não, sei a pergunta mas não sei se foge né, da pergunta... é...”* (SECRETARIO C).

Da pergunta feita a si próprio pelo secretário C, alinhada à tentativa de “checagem” no final da resposta, é possível subentender que, para o sujeito, haveria uma maneira correta de responder, a qual ele procurou corresponder, evidenciando o trabalho das formações imaginárias:

As condições de produção implicam o que é material (a língua sujeita a equívoco e historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica. Temos assim a imagem da posição sujeito locutor (quem sou eu para lhe falar assim?) mas também da posição sujeito interlocutor (quem é ele para me falar assim, ou para que eu lhe fale assim?), e a do objeto do discurso (do que estou falando, do que ele me fala?). É, pois, todo um jogo imaginário que preside a troca de palavras. E se fazermos intervir a antecipação, este jogo fica ainda mais complexo pois incluirá: a imagem que o locutor faz da imagem que seu interlocutor faz dele, a imagem que o interlocutor faz da imagem que ele faz do objeto do discurso e assim por diante. (ORLANDI, 2015, p.38)

Esse jogo de imagens fica evidente no discurso do secretário C: mais do que simplesmente imaginar, o secretário externaliza isso em forma de pergunta. Nos parece que, mais do que responder à pergunta, o secretário se preocupa em encontrar a resposta que acredita que a entrevistado gostaria de ouvir. Nesse nosso caso, como já mencionamos, entrevistador e entrevistado são secretários, trabalham próximos e executam, diariamente, grosso modo, as mesmas tarefas: tais condições de produção favorecem sentidos bastante peculiares. Seria esse, talvez, o motivo da preocupação em responder “de acordo” com o que a entrevistadora espera, uma vez que, sendo ela também uma secretária, então ela “saberia a resposta certa”.

Some-se a isso que o jogo das formações imaginárias não acontece somente da parte do secretário para com a pesquisadora, mas também no sentido deste para aquela. Assim, a entrevistadora também forma, entre outras, uma imagem da imagem que o secretário esteja fazendo dela enquanto pesquisadora, e isso fica evidente na sua forma de perguntar:

Como que você vê a Sucupira com relação a isso e como que é, pra você, trabalhar com a Sucupira?(...)Pesquisadora: Você não tem uma opinião a respeito, sobre a Sucupira como ferramenta de avaliação?(...)Pesquisadora: O que que é pra você, pra você, um curso de pós-graduação de excelência? A nota sete... O que que/como ele é ou deveria ser, na sua opinião? (PESQUISADORA)

A insistência da pesquisadora em reforçar o conteúdo pessoal da resposta demonstra que ela buscava uma resposta diferente daquela que o secretário lhe entregava. A forma como a pergunta é feita encaminha para um determinado tipo de resposta. Naquele momento, enquanto entrevistadora, sentia

que minhas tentativas se mostravam sem sucesso. Eu não conseguia obter a resposta que eu gostaria: me esforçando para ouvir algo pessoal, a resposta que eu obtinha era alinhada ao discurso dominante: reprodução do visto e ouvido dentro do ambiente da secretaria de pós-graduação. Naquele momento, essa situação me frustrou enquanto entrevistadora.

Porém, passado o momento da coleta de dados, quando tomei contato com o arquivo - agora na posição de analista, percebi o quanto era inútil a minha insistência: eu achava que não estava obtendo o que queria, mas obviamente estava. A questão era que dentro do meu próprio jogo de antecipações, naquele momento, eu acreditava que o secretário estaria apenas reproduzindo o discurso dominante, por acreditar que era “o que a entrevistadora gostaria de ouvir”, mas não, por meio da análise pude entender que aquele era o discurso dele - sim, alinhado ao discurso da Capes, das relações de trabalho dentro da academia, da lógica capitalista de gestão da Educação, enfim - mas, nem por isso, menos “dele”. O discurso dominante é constitutivo da sua própria Formação Discursiva, enquanto secretário. Ou seja, no ponto em que o discurso do secretário evidenciava o trabalho da Memória Discursiva⁴¹, eu insistia em observar como um “mal-entendido”.

Por um certo tempo me culpei por isso e acreditei que, devido à minha insistência, meu arquivo estaria prejudicado. Contudo, enquanto sujeitos de linguagem, “diante de qualquer objeto simbólico o homem é levado a interpretar, colocando-se diante da questão: o que isto quer dizer?” (ORLANDI, 2015 p.43). Dessa forma, há que lembrar que minha própria forma sujeita também é assujeitada. Atua também na minha fala a ilusão de ser a origem do sentido (ORLANDI, 2001, p.39) e a “impressão da realidade do pensamento”, ou seja, a ilusão de que o que eu digo só poderia ser dito da maneira como eu disse (ORLANDI, 2015, p.33) - os dois esquecimentos fundamentais, segundo Michel Pêcheux (1975)⁴². Assim, se é impossível ao sujeito, diante de um objeto, não o interpretar, como seria possível não afetar o discurso do meu interlocutor? Seria ignorar o jogo das Formações

⁴¹ A memória discursiva - o interdiscurso - “sustenta o dizer em uma estratificação de formulações já feitas, mas esquecidas e que vão construindo uma história de sentidos. É sobre essa memória, de que não detemos o controle, que nossos sentidos se constroem, dando-nos a impressão de sabermos do que estamos falando”. Daí a nossa ilusão de sermos a origem daquilo que dizemos. ORLANDI, (2015 p. 52)

⁴² *Apud* ORLANDI, 2015, p.32.

Imaginárias. Contudo, o fato é que não posso me permitir desconsiderar esse jogo no gesto⁴³ de leitura que faço ao tentar analisar cada uma das entrevistas⁴⁴.

Quando questionado a respeito do trabalho com a plataforma Sucupira, o secretário C respondeu de forma bastante inusitada: “*É o terror, né?*”.

Como já explicitamos anteriormente, a entrevista foi realizada por mim, enquanto secretária e pesquisadora. Disso, temos que entre os interlocutores há uma determinada Formação Discursiva comum, ilustrada pelo “né”. Tal expressão demonstra a suposição da entrevistada de que a entrevistadora tenha a mesma percepção sobre a Plataforma Sucupira do que ela.

Uma vez que as formações discursivas são responsáveis por determinar “o que pode e deve ser dito” (ORLANDI, 2015, p.41), os risos associados ao enunciado em questão evidenciam que, dentro daquela Formação Discursiva comum, a regra foi “quebrada” - ou seja - a graça viria de ter-se dito aquilo que não poderia ser dito.

Enquanto secretário, falando a outro secretário, não é de a ordem do “poder ser dito” - sobretudo gravado - algum julgamento depreciativo em relação ao trabalho, que é comum a ambos. Dessa forma, o riso atenua o juízo de valor emitido pelo secretário sobre a ferramenta: ele a considera ruim - “o terror” - acredita que o interlocutor compartilha da mesma opinião - “né?”.

Porém, ciente de que não caberia emitir uma opinião contrária ao mecanismo da Plataforma dentro dessa Formação Discursiva e contexto de produção - sob pena de ser mal julgada enquanto profissional (Formação Discursiva característica das relações de trabalho no neoliberalismo) - o entrevistado ri. Pragmaticamente, o riso que se segue a ou permeia alguma crítica costuma ter o efeito de atenuá-la, garantindo ao sujeito uma maior possibilidade de explicar-se, caso seja mal julgado: bastaria alegar que se tratava de um “gracejo sem importância”.

Para entender melhor esse mecanismo, é importante termos em mente a categorização dos discursos proposta por EniOrlandi (2015, p.84): a autora - sem

⁴³ “Gesto” é entendido aqui de acordo com Orlandi (2001, p.84) citando Pêcheux (1969), para quem gestos são atos no nível do simbólico. Assim, gestos de leitura seriam dessa mesma natureza, prática discursiva que intervém no real do sentido (idem).

⁴⁴ Esse processo acontece em todas as entrevistas, não somente na do secretário C. Acontece que, nas demais, esse jogo é um pouco mais sutil, enquanto na entrevista do secretário C fica mais evidenciado.

desconsiderar as tipologias baseadas em distinções institucionais ou de normas (discurso religioso, discurso pedagógico, discurso jornalístico, entre outros) - propõe uma distinção dos discursos pelos seus modos de funcionamento:

- a. **discurso autoritário**: aquele em que a polissemia é contida, referente está apagado pela relação de linguagem que se estabelece e o locutor se coloca como agente exclusivo, apagando também sua relação com o interlocutor;
- b. **discurso polêmico**: aquele em que a polissemia é controlada, o referente é disputado pelos interlocutores, e estes se mantêm em presença, numa relação tensa de disputa pelos sentidos;
- c. **discurso lúdico**: aquele em que a polissemia está aberta, o referente está presente como tal, sendo que os interlocutores se expõem aos efeitos dessa presença inteiramente não regulando sua relação com os sentidos. (ORLANDI, 2015, p.85)

Nesse sentido, a autora acrescenta ainda que, na nossa sociedade, o discurso autoritário⁴⁵ é dominante, o lúdico permeia “os intervalos, derivas, margens das práticas sociais e institucionais” e o polêmico configura-se como resistência (idem, p. 86)

Assim, entendemos que, ao rir enquanto responde, o secretário C desloca seu discurso do autoritário para o lúdico e é em razão dessa transposição imediata que o sujeito se sente “protegido” do julgamento do seu interlocutor: abrindo-se à polissemia, o sujeito tem maior facilidade em esquivar-se de alguma possível interpretação feita por seu interlocutor cujo sentido não lhe seja desejável.

Ainda com relação a esse enunciado, destaco a presença do artigo “o”. O artigo definido ilustra a singularidade do substantivo “terror”: não se trata de um terror qualquer, ou de um terror entre outros vários, mas sim de um terror qualificado e substantivado pelo artigo o - o que evidencia a intensidade.

Podemos também entender o enunciado em questão sob a perspectiva do funcionamento do discurso irônico, tal como nos apresenta Orlandi (2012a), para quem a ironia corresponde a um tipo de discurso, e não a um desvio do sentido,

⁴⁵ A autora reconhece que essa tipologia pode levar o leitor ao erro de interpretá-las como um juízo de valor em relação ao sujeito que enuncia, devido “a forte carga ideológica” que estes termos carregam. Dessa forma, ela reitera que não é do sujeito que se trata, mas sim do discurso, de distingui-los pelo seu modo de funcionamento, “tomando como referência elementos constitutivos de suas condições de produção e sua relação com o modo de produção dos sentidos”. Dito isso, a autora nos orienta a entender o discurso autoritário como aquele que tende à monossemia e a paráfrase, o lúdico como campo aberto da polissemia e o polêmico como dividido entre polissemia e paráfrase. Ela lembra ainda que não existe discurso puramente autoritário, lúdico ou polêmico: o que há são articulações dos três, de modo que nomeamos o discurso pelo tipo que nele **predomina**. (ORLANDI, 2015, págs. 85-86, grifo meu).

uma vez que não existem sentidos prontos e a própria noção de literalidade não é fixa, mas também dependente do social e do histórico, ou seja, efeito ideológico do discurso.

Segundo a autora, a ironia estabelece “uma região significativa, de um espaço de linguagem em que não só simulações, mas também alusões e mesmo rupturas de significação podem ser desenvolvidas” (ORLANDI, 2012a, p.27). Esse processo pode se dar por três perspectivas distintas: a dos interlocutores; a do referente; e a da própria linguagem. Vemos no enunciado que trabalhamos aqui o funcionamento do discurso irônico pela perspectiva dos interlocutores:

Ludicamente, e de forma própria, a ironia aponta para o insólito, para o *non-sense*, para a ruptura. E esse é um jogo que se produz não só em relação ao destinatário, mas mesmo em relação ao sujeito locutor, que também é prisioneiro das condições de seu próprio jogo. É característica desse modo de relação discursiva a forma pela qual se dá a antecipação (representação do que o outro se representa): partindo do instituído, o sujeito locutor atribui ao destinatário um discurso “normal”, um conjunto de opiniões estabelecidas, e produz uma inversão ou mesmo um rompimento. Ele parte da ideia de que o outro diria o estabelecido (o mesmo) e responde a isto, antecipadamente. Daí o efeito de eco e rompimento (o diferente).

Observamos, assim, que a expressão “terror” evoca o que Orlandi chamou de ruptura, um rompimento com o discurso dito “normal” ou preestabelecido: frente a perguntas que se propõem a falar do trabalho, sobretudo numa situação de certa formalidade, espera-se ouvir algo como “bom/ruim”, ou “fácil/difícil” e, portanto, a resposta “o terror” causa estranheza.

A entrevista concedida pelo secretário C é também pontuada por alguns silêncios. Tais, juntamente com os subentendidos, permeiam todo o discurso do sujeito. Nesse sentido, é preciso lembrar que “para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele “cala” (ORLANDI, 2007, p.152).

As inúmeras “...”do secretário C nos instigam a pensar a questão do silêncio porque parece-nos que há muito a ser dito, na forma como ele simplesmente não diz. Trata-se de algo da ordem do não poder ser dito e que, portanto, foi silenciado essa resposta - que não responde, mas significa - pode ser olhada a partir do conceito de silêncio constitutivo, de Eni Orlandi (2007), do qual já tratamos aqui. A autora nos ensina que o silêncio constitutivo trabalha os limites das formações discursivas, determinando os limites do dizer (ORLANDI, 2007, p.74), ou seja, o

sujeito silencia porque, caso não o fizesse, poderia acabar por romper os limites da sua própria formação discursiva, adentrando outras, as quais não deseja evidenciar.

No caso do secretário C, o silêncio deixado pelo simples “não” com um aceno de cabeça, nos instiga a pensar o que ele cala. Vale lembrar que, como há injunção à interpretação, já que o homem é um ser simbólico, a tudo ele deve atribuir sentido. Tudo significa” (ORLANDI, 2015, p.172). Seguindo nosso dispositivo de análise, podemos formular algumas hipóteses acerca do silêncio do sujeito:

1. O secretário simplesmente desconheceria a resposta que acredita ser a correta, uma vez que sua própria Formação Discursiva é alinhada à ideologia dominante - ora, o discurso dominante é o criador e detentor da plataforma, de forma que não veria razão em questioná-la enquanto instrumento de avaliação. Assim, dentro da sua memória discursiva esse seria um sentido sem sentido⁴⁶.
2. O discurso do secretário pertenceria a determinado tipo de formação ideológica (capitalista, do domínio do capital sobre o trabalho) para a qual não seria papel do secretário refletir sobre o próprio trabalho⁴⁷ e, portanto, não o faz.
3. O secretário não se sentiu suficientemente confortável para emitir uma opinião por receio de julgamentos. Também nesse caso se evidencia a relação de poder entre capital e trabalho: sendo o trabalho o lado mais fraco da relação, não seria seguro questionar.

Contudo, convém reiterar que se as proposições acima são hipóteses, segundo nosso dispositivo de análise, que nos permite fazer um a leitura menos subjetiva possível. O analista de discurso não está fora da linguagem, porém, sustenta-se numa posição crítica de pesquisa, a qual aposta no dizer e no sentido, no confronto do simbólico com o político e no fato de que o sentido sempre pode ser outro.

⁴⁶Orlandi (2010, *apud* DIAS, 2018, p. 40), distingue o não-sentido do sem-sentido. Para a autora, o primeiro é aquele que virá a significar e o segundo é aquele que não chega a significar."

⁴⁷Gros (2018, p.38), relaciona a submissão - materializada na obediência - por parte do trabalhador na relação chefe/subalterno como atrelada à noção de alienação. Para ele, "*ser submisso é ser prisioneiro de uma relação de forças que subjuga, domina, aliena no sentido literal. Submisso, estou sob a inteira dependência do outro, o outro que comanda, decide, grita ordens, acaba com você e destrói as vontades. O que faço então não é mais que a execução passiva do que me é pedido a partir desse outro, exterior, dominador. Não podem intervir, no princípio da minha ação, no início dos meus gestos, nem uma vontade própria, nem um impulso interior, nem uma espontaneidade ativa, nem um movimento pessoal.*"

Quarta entrevista: secretário D

Com o secretário D iniciou-se a entrevista questionando-o sobre ter que trabalhar com a Sucupira, no sentido de ferramenta usada no labor como instrumento de avaliação.

(...) A gente tem... o Encontro de Pós na área da Saúde, que... ajuda, porque, quando a gente participa, a gente entende a finalidade daquilo ou então, qual que é a visão institucional da Capes pros dados que ela quer ler, então vem muito daquela premissa do professor (nome do docente), na época que ele era coordenador, antes da (nome de outra docente), que eu tava aqui, que ele falava assim que o... documento da Capes, que subsidia a avaliação, é a Bíblia que a gente tem que ter e seguir, pra regulamentação, são os mandamentos... Se você está dentro daquilo que se espera, ou então, demonstra teus resultados da forma como a Capes interpreta como relevantes, é dali onde você vai ter uma boa avaliação. (...)(SECRETÁRIO D).

Nos diz Orlandi (2012b, p. 141) que os sentidos são administrados por relações de poder, ou mais especificamente, para a Análise de Discurso, existe uma “divisão social do trabalho de interpretação”, de modo que

(...) mesmo que os sentidos (e as palavras) estejam soltos, os gestos de interpretação sempre se dão em posições ideológicas que podem ser analisadas e, assim, compreendidas, em seu funcionamento. Isto porque os sujeitos (se) significam a realidade social e natural em determinadas condições e a partir de um saber discursivo, uma memória que se faz pela filiação a uma rede de sentidos, historicamente determinados e politicamente significados. (idem, p.142)

Assim, podemos ver que o discurso do secretário D ecoa ao menos outros dois discursos: o de determinado coordenador e, em consequência, o discurso religioso, que constitui o discurso do coordenador. Evocando a fala do coordenador para responder à questão da entrevistadora, o sujeito (inconscientemente ou não) tira de si a responsabilidade pelo efeito de sentido que produz com sua resposta, bem como valida o seu argumento ao destacar que o reproduziu de outro sujeito, de maior poder. Interessante destacar que, ao falar do discurso de outro, o sujeito traz para seu discurso também o discurso que permeia a fala do outro. Assim, ecoa na sua fala o discurso religioso, segundo o próprio, usado pelo coordenador.

Sobre isso, não podemos deixar de notar que, ao comparar o documento de área da Capes com a Bíblia e os mandamentos, o sujeito traz para o primeiro todo o sentido de poder e autoridade de que desfrutam(riam) os segundos. Ao evocar o discurso religioso como argumento, o locutor enfatiza a assimetria na relação Capes/coordenador. Essa assimetria das relações entre os interlocutores não é uma característica exclusiva do discurso religioso, porém, o modo como ela se dá dentro do discurso religioso é bastante peculiar, a ponto de diferenciá-lo dos demais: nessa relação assimétrica, vale o que Orlandi (1987, p. 243) chamou de não-reversibilidade:

No discurso religioso, há um desnivelamento fundamental na relação entre locutor e ouvinte: o locutor é do plano espiritual (o Sujeito, Deus) e o ouvinte é do plano temporal (os sujeitos, os homens). Isto é, locutor e ouvinte pertencem a duas ordens de mundo totalmente diferentes e afetadas por um valor hierárquico, por uma desigualdade em sua relação: o mundo espiritual domina o temporal. (...) A assimetria, que assim se constitui, caracteriza a tendência para a não-reversibilidade os homens não podem ocupar o lugar do Locutor porque este é o lugar de Deus. Portanto, essa relação de interlocução, que constitui o discurso religioso, é dada e fixada, segundo a assimetria.

Como uma das consequências desse gesto de leitura que endeusa a Capes e seus documentos, temos que o trabalho da avaliação acaba por ser praticado de forma inversa ao que seria seu objetivo: é o que vemos na fala do secretário D, quando afirma que, para ser bem avaliado, é preciso saber mostrar os resultados da forma “como a Capes interpreta como relevantes”. Inclusive, o sujeito destaca que demonstrar os resultados na Plataforma, de acordo com a expectativa da Capes, talvez seja tão ou mais importante que obter resultados desse tipo.

O que vemos é uma inversão do que entendemos que seja qualquer processo avaliatório: alguém produz x, em seguida outro alguém (de maior poder na relação) avalia esse mesmo produto x e confere uma nota e/ou classificação. Aqui, o secretário descreve a situação inversa: o alguém com poder descreve as “regras do jogo”, ao que outro alguém (de menor poder) as executa, procurando atender à expectativa do primeiro.

Noutro momento da entrevista, o sujeito D faz uma observação bastante interessante:

(...) e o que a Capes quer fazer é enxergar também a interlocução com outros programas ou com outras atuações, então eles não querem ver só o programa, mas um programa com o resto que ele consegue se envolver, então, a interação entre programas, a interação entre pessoas, os produtos que são obtidos, né... principalmente os artigos, os financiamentos, o quanto isso você consegue fazer uma rede, fazer um mapeamento. Eu acho que o Sucupira hoje ele tá muito desenhado para fazer essa leitura.”(SECRETÁRIO D).

O trecho em destaque é bastante elucidativo da ilusão de transparência a que o sujeito é submetido: o secretário D entende a Plataforma como algo que se constrói de determinada maneira para que se a leitura dela seja direcionada a um único sentido. Dito de outra forma, isso seria como querer que fôssemos capazes de construir nosso discurso de modo que nossos interlocutores, fossem quem fossem, chegassem ao mesmo sentido. Contudo, pela Análise de Discurso, sabemos que isso não é possível, pois “os sentidos não são conteúdos” (ORLANDI, 2015, p.51) e mesmo a ideia de literalidade é uma construção sócio-histórica. Assim, não há como “aprisionar” o sentido. Na relação real/simbólico, os sentidos se repetem, se deslocam, derivam...

(...) O seis e o sete, se a gente for ver, no fim, tudo é uma régua, né? As pessoas que estão mais na ponta, com os maiores índices que ela valoriza, são seis e sete... mas não quer dizer que aquilo é bom. A gente teve um/um coordenador de programa que ele falou isso “a gente quer fazer o que é bom, ou a gente quer fazer o que a Capes... avalia bem?” Porquê... tem diferença, né? (...) Pra mim, um programa... (pausa) é... de qualidade, excelência é um programa que consegue receber um aluno e dentro da construção do curso formar uma pessoa e devolver pra sociedade muito melhor do que ela entrou... Capaz... de crescer, de formar novas pessoas, e de melhorar a... a própria economia do país, né? Seja gerando tecnologia, ou desenvolvendo um trabalho de excelência... então isso pra mim é um programa bom, um programa que deveria ser bem avaliado.(...) Então um programa de excelência é esse, é o que forma bem... Às vezes o aluno não tem um artigo... que é uma exigência que o programa muitas vezes impõe pra concluir o curso, mas ele tá muito bem estruturado enquanto pessoa pra formar outras pessoas, às vezes, o artigo, pra ele, naquele momento, foi secundário, mas a qualificação dele foi muito boa. (SECRETÁRIO D).

Mais uma vez, o secretário D coloca em xeque a avaliação, confrontando os sentidos de “bons resultados de um programa de pós-graduação” com os de “bons resultados de um programa de pós-graduação pelos critérios da Capes”. Para ele, afirma, são coisas distintas. Em sua resposta sobre o que seria um curso de excelência, o secretário D deixa transparecer uma ideologia humanista - “formar a

pessoa” para torná-la “melhor”⁴⁸, o qual não observamos na ideologia do mercado, do capital.

Porém, não podemos deixar de notar que, ainda que o viés humanista esteja presente no discurso do secretário D, ele emerge em meio à ideologia capitalista, porque, embora a preocupação da avaliação deva estar no aluno egresso, a seu ver, no final das contas essa “melhoria” da condição do sujeito também pode (deve?) estar a serviço do Mercado, no sentido em que pode “melhorar a economia do país”.

Última entrevista: secretário E

Quanto a resposta do secretário E sobre o mecanismo atual da Capes de avaliação da pós-graduação brasileira:

(...) Eu percebo um esforço ainda e eu percebo que eles estão tentando ajustar mecanismos de avaliação, eu eu acho isso importante... mas... é... como qualquer processo de avaliação, ele nunca vai... vai revelar a diversidade... do/da pós-graduação brasileira né, como em outros processos também, né... mas eu/eu vejo mudanças e vejo mudanças pra melhor... nesse período assim, ainda que a gente num participe do processo, (risos), a gente assiste isso e tem percebido que... que tem sido/tem sido pra melhor, pelo menos é o que a gente... (...) (SECRETÁRIO E).

Neste recorte, consideramos importante destacar a posição na qual se coloca o sujeito-secretário frente à avaliação: a de espectador. Quando diz que assiste e não participa do processo, descartamos o sentido de assistir como ajudar, portanto, trata-se de mero espectador. O fato dele ser responsável pelo preenchimento de grande parte da Plataforma Sucupira, a qual é a base da avaliação, não o faz considerar-se parte da avaliação, devido, talvez, à ilusão dos dados “estarem prontos” - como falaremos mais adiante - e o papel do secretário seria somente de “coletá-los”⁴⁹.

Assim, perguntamo-nos que Formação Discursiva seria esta que coloca o sujeito em posição de desconsiderar os resultados do próprio trabalho, como se não

⁴⁸ Não nos importa, aqui, compreender os sentidos de “melhor” para o secretário D: basta para nossa análise notar que o foco da avaliação, para ele, deveria estar na pessoa envolvida - nesse caso, o aluno egresso.

⁴⁹ Curiosamente e não por acaso, o Módulo da Plataforma Sucupira no qual os secretários inserem os dados para a avaliação se chama “Coleta Capes”.

existisse relação entre o trabalho de preenchimento dos dados e o sistema de avaliação e seus resultados? Essa ideologia que cega o trabalhador para seu próprio valor vem no esteio do discurso dominante, sempre no intuito de garantir a manutenção do poder do capital sobre o trabalho.

Finalizou a entrevista questionando a opinião sobre o que seria um curso de pós-graduação de excelência:

Nossa, eu acho que um/é um curso que consegue ter um projeto claro, né... ele é/ele é/ele é um curso que tem... uma consciência da importância social dele, também, da importância acadêmica e... eu entendo ele como um pacto: são docentes trabalhando em conjunto... é um/num são docentes trabalhando com suas linhas de pesquisa em separado, trabalhando... cada um pensando do seu laboratório, na sua carreira, no seu grupo de pesquisa, mas é/é um programa que ele consegue produzir ciência, no sentido de transformar a sociedade... então são mudanças que... não ficam, assim, por exemplo, pode falar aí, mas eu acho meu curso um pouco endógeno, né... ele é um pouco voltado pra si... (...) Então eu acho que, nesse sentido, né, a avaliação deveria considerar também essas atividades, também né, de formação, não só dos alunos, mas também pra/prá sociedade... (...)(SECRETÁRIO E).

Tal como no discurso do secretário D, E deixa transparecer uma ideologia humanista ao responder sobre o que seria um curso de excelência, apontando a necessidade de a seu ver, considerar-se a formação do aluno nos critérios da avaliação. Alinhado a isso, o secretário E destaca a dicotomia individual/coletivo e coloca a transformação (positiva) da sociedade como o objetivo maior.

No recorte destacado, “*num são docentes trabalhando com suas linhas de pesquisa em separado, trabalhando... cada um pensando do seu laboratório, na sua carreira, no seu grupo de pesquisa, **mas** é/é um programa que ele consegue produzir ciência, no sentido de transformar a sociedade...*”(SECRETÁRIO E) poderíamos compreender - sobretudo pelo uso da conjunção adversativa - como não-dito que os programas nos quais o individualismo predomina, sequer podem ser considerados produtores de ciência, ou melhor dizendo, produtores do tipo de ciência que realmente importaria, ou seja, aquela capaz de transformar a sociedade.

Trata-se, então, de uma crítica bastante enfática ao individualismo enquanto modo de vivência em sociedade. Sabe-se que o individualismo é um dos pilares do sistema meritocrático que, por sua vez, é uma das bandeiras do sistema neoliberal. Dessa forma, notamos no discurso do secretário E valores humanistas, alinhados à ideologia marxista. Contudo, o viés utilitário - ideologia neoliberal - também é presente, ainda que com outro objetivo, como veremos mais à frente.

Podemos entender melhor essa questão analisando uma possível paráfrase para o recorte, como: “um curso de pós-graduação de excelência não é constituído por docentes que trabalham em separado, cada qual focado nos seus próprios interesses, mas sim um programa que consegue produzir ciência que transforme a sociedade”

Da paráfrase acima, temos subentendido que:

- individualismo não é algo desejável dentro de um programa de pós-graduação;
- para produzir ciência que transforma é preciso trabalhar coletivamente;
- o objetivo final da pós-graduação é trazer melhorias para a sociedade;

Todos os subentendidos acima demonstram valores humanistas e até mesmo marxistas, porém, a construção da argumentação baseia-se na lógica utilitarista, tal como na ideologia neoliberal. Dito de outra maneira, quando o secretário E coloca como condição da excelência a produção de uma “ciência que transforma”, ele está, de certa forma, colocando o programa de pós-graduação em função da sociedade, ou seja, o programa é útil enquanto servir bem à transformação da sociedade. Não temos aqui a ideologia neoliberal propriamente - a pós-graduação não está submetida ao mercado - mas está sim submetida a algo, nesse caso, a sociedade. Fica evidente, assim, o uso da lógica do pensamento neoliberal utilitarista - para o qual o valor de determinada coisa estaria atrelado à utilidade dessa mesma coisa, com a finalidade de defender um ponto de vista que não é, por si mesmo, neoliberal. A nosso ver, temos aqui uma construção discursiva importante para se conseguir produzir sentidos novos em meio ao discurso da ideologia dominante que, de tão disseminada, acaba por “apagar” outros sentidos, quando não lhes convém.

Especificamente no caso da entrevista com o secretário E, assim que terminamos as questões, questionei-o sobre querer acrescentar alguma observação, ao que ele inusitadamente respondeu: *Não, eu acho que é/eu acho que é interessante essa pesquisa que você está fazendo, porque eu/ eu realmente nunca tinha ouvido nenhuma iniciativa em ouvir os secretários e... e dar voz né... aos sujeitos... (risos).(SECRETARIO E).*

Ao dizer que nunca ouviu falar de iniciativas no sentido de dar voz aos secretários, fica subentendido que o secretário não tem voz: ele precisa que alguém ou algo, externo a ele, lhe dê voz. Por outro lado, por considerar esse “dar voz”

como algo positivo - “interessante” - o sujeito deixa subentendido que acredita que o secretário, apesar de silenciado, tem algo a dizer. Assim, nesse sentido, o de um sujeito-secretário silenciado pela relação de poder desproporcional entre capital e trabalho, ecoa o discurso presente no modelo de trabalho taylorista.

Buscando por sentidos em comum

Até aqui, trabalhamos os sentidos produzidos pelos sujeitos individuados pelo Estado e pelas relações de trabalho na sociedade capitalista, desconsiderando - ou “esquecendo” (?) - propositalmente que todos pertencem a um mesmo grupo e que isso afeta o seu próprio discurso. Nossa tentativa até agora foi de compreender os sentidos produzidos pelos discursos dos secretários sem relacionarmos as entrevistas entre si, buscando o que poderia haver de mais idiossincrático no discurso de cada um dos sujeitos.

Neste capítulo, nosso olhar enquanto analista de discurso é outro: confrontamos as entrevistas e buscamos pontos em comum entre elas, os quais reforçam ou não alguns dos sentidos compreendidos até aqui. O objetivo foi, assim, buscar os sentidos de trabalho que se produzem na relação entre uma entrevista e outra.

Dentre os enunciados que aparecem em mais de uma entrevista, chamou-nos a atenção a repetição de dois enunciados em especial: o primeiro, relacionado à noção de dado e o segundo - enquanto acontecimento discursivo - evidenciou o que chamamos de “trabalho invisível”.

A relação “dado/fato” nos discursos dos secretários

Neste capítulo, pretendemos trabalhar alguns enunciados que ecoam em mais de uma entrevista, buscando compreender os efeitos dessa recorrência. Para isso, inicialmente, é preciso retomar a questão do sentido de *dado* e *fato* para a Análise de Discurso.

Orlandi (2001, p. 36) explica que é graças ao processo que ela chama de “deslocamento fundamental” - o de passar *do dado para o fato*- que podemos nos colocar no campo do acontecimento linguístico e do funcionamento discursivo,

possibilitando ao analista trabalhar o processo de produção da linguagem, e não somente dos seus sentidos.

Segundo a autora, a noção de “dado” no sentido estabelecido pelo discurso das ciências naturais não cabe na Análise de Discurso.

Ao contrário, a própria existência da Análise de Discurso, nesse entremeio, atesta mais essa contradição: a que regula a relação entre processos e produtos, criando a ilusão de que é possível separá-los e trabalhar apenas os produtos - os dados - em si, autonomamente. Ela vai contestar que, pela observação dos dados empíricos se possa atingir diretamente a interpretação de seus sentidos, somando-se o linguístico ao social ao histórico etc. (ORLANDI, 2001, p.42)

Assim, ainda de acordo com a autora (2001, p.38), “para Análise de Discurso não existem dados enquanto tal, uma vez que eles resultam já de uma construção, de um gesto teórico”.

Dessa forma, em Análise de Discurso, quando falamos em dados, estamos nos referindo aos discursos - e estes, como sabemos, são “efeitos de sentido entre interlocutores” (ORLANDI, 2015, p.20):

Os dados são os objetos de explicitação de que se serve a teoria discursiva para se constituir como tal: na concepção discursiva os dados são os discursos. Os discursos, por sua vez, não são objetos empíricos, são efeitos de sentido entre locutores, sendo análise e teoria inseparáveis (BARBAI, 2004, p.68).

Nesse sentido, nosso gesto teórico aqui foi de recortar alguns dos momentos em que os secretários falam a respeito do trabalho com os dados, uma vez que esse foi um ponto comum em todas as entrevistas:

Secretário A	Secretário B	Secretário C	Secretário D	Secretário E
<i>Da forma que é hoje, é... mais uma plata/uma plataforma de <u>inserção de dados</u>, de... é como se fosse uma coleta de dados... (pausa) (...)</i>	<i>É... (.) tem um determinado período do ano em que a gente se dedica quase que 100% a <u>transportar lá para plataforma tudo que há de produção do programa</u>. (...)</i>	<i>(...) Mas os termos <u>de pegar os dados</u> são os mes/ parecidos de agora, (...) em termos assim, de...preenchimento, você tem que ir <u>armazenando os dados</u> (...)</i>	<i>(...) quando você dá atenção para algum <u>tipo de dado</u>, (...)... tem informações que às vezes a gente não julga relevante, <u>de coletar ou de relatar</u>, (...) enquanto secretaria, que é quem <u>operacionaliza esses/essa obtenção de dados</u>. (...)do quanto a gente tem impacto na/nesse <u>levantamento de dados</u> e (...)</i>	<i>(...)e <u>exige uma grande responsabilidade da informação que tá sendo... informada ali né, porque a gente tá criando dados oficiais pro governo né, então... eu acho que a gente tem que ter essa dimensão que é um dado est/um dado oficial</u> e a gente fica mais com a <u>produção dos dados brutos</u> mesmo, né, então (...).</i>

Notemos que, enquanto os secretários A, B, C e D dizem que “coletam dados⁵⁰”, o secretário E explica que “cria” os dados. Diante disso, podemos compreender ao menos dois sentidos para o trabalho dos secretários: o primeiro deles, que é também o mais frequente, coloca o secretário na posição de trabalhador braçal: como um agricultor que colhe as laranjas do seu pomar, o secretário “recolhe” os dados do seu programa, para inseri-los na Plataforma Sucupira.

Já pela leitura do secretário E, podemos subentender um trabalho com os dados antes deles irem para a plataforma, uma vez que “criar” pressupõe uma maior intervenção do que somente o ato de “coletar”. Quando explica estar “criando dados oficiais para o governo”, se coloca na condição do criador: criar pressupõe transformar. Diferentemente do discurso dos secretários, ele se coloca como agente do processo.

Interessante notar essa ilusão de que os dados estariam prontos, bastando ao secretário coletá-los, recolhê-los. Pela Análise de Discurso, sabemos que os sentidos existem mediante gestos de leitura. Diz-se, então, que a tarefa dos

⁵⁰ O secretário B não usa o termo coletar, mas sim transportar. Contudo, alocamos o discurso dele junto aos demais porque entendemos que transportar, nesse contexto, equivaleria a coletar, pois, pensando novamente na metáfora do agricultor que colhe suas laranjas, transportá-las seria o passo seguinte, ou seja, transporta-se aquilo que está pronto e acabado. Não houve trabalho de transformação.

secretários na Plataforma é a de inserir os dados/informações do programa, sobretudo os mais quantitativos. Contudo, sabemos que tais dados não são aleatórios nem arbitrários. A Plataforma quando solicita a inserção - seja inserindo um campo a ser preenchido, ou mesmo uma questão aberta - dex mas não de y, já está por si só demonstrando quais são os itens que interessam ou não à avaliação.

Some-se a isso o papel dos Documentos de Área e das Fichas de Avaliação, os quais norteiam os programas sobre os objetivos e metas de cada área de avaliação e orientam a coordenação dos cursos no sentido em que elegem os critérios de avaliação. Ou seja, preenchimento da Plataforma Sucupira não é algo arbitrário: há que se saber o que e como informar. Como isso se dá? Pelos sentidos conferidos pelo coordenador e pelo secretário a partir da leitura dos documentos de orientação da Capes - instância da formulação - bem como durante o trabalho com a própria plataforma - momento da circulação.

Assim, entendemos que o processo de preenchimento da Plataforma, longe de ser uma atividade automática e/ou automatizada, é resultado do trabalho de construção de sentidos, comuns ou não, por parte de coordenador e secretário, ou seja, para que se decida por informar x ou y, há antes ao menos dois gestos de leitura que procuram interpretar os sentidos operados pela Plataforma. Importante lembrar que tais gestos de leitura partem de sujeitos em condições de produção distintas, o que, sabemos, proporciona sentidos também distintos.

Podemos também aqui pensar no trabalho das formações imaginárias: na leitura do material e mesmo no trabalho com a Plataforma, secretário e coordenador formulam sua imagem do que seja a Capes e do que seja a avaliação. Entrando no jogo das antecipações, ambos formam imagens do que acreditam que a Capes e a avaliação esperam deles, formam imagens um do outro e do papel de cada um na avaliação, formam imagens sobre as imagens que acreditam que o outro tenha sobre si mesmo e sobre seu papel, e assim por diante. Essas questões todas estão em jogo quando pensamos no preenchimento da Plataforma: disso percebemos a incoerência de se considerar o trabalho de preenchimento como simples “coleta de dados”. Entendemos que começa aqui, nesta negação do trabalho do simbólico, a invisibilização do trabalho e/ou do trabalhador, de que vamos tratar no próximo capítulo.

O trabalhador “invisível”

Neste trabalho, buscamos mostrar que são vários os artifícios pelos quais o sistema capitalista e neoliberal silencia o trabalhador, fazendo com que ele e seu trabalho passem despercebidos, travestidos em números, como almeja a ideologia dominante, que pretende assegurar a manutenção do domínio do capital sobre o trabalho. Essa é uma das estratégias do capital para que essa relação de poder se reproduza e tenha sucesso.

Nas nossas entrevistas, essa questão ficou bastante evidenciada: desde a falta de um acesso próprio do secretário à Plataforma, por exemplo - para que ele não dependesse do acesso pessoal do coordenador de programa - até mesmo na sensação de “não-pertencimento” que alguns dos secretários demonstraram. nas entrevistas.

Abaixo, recortamos alguns momentos das entrevistas - ao menos um de cada secretário, para não nos alongarmos demais - nos quais a questão da invisibilidade é mencionada. Vejamos a resposta do secretário B:

Hum.. não... meu nome creio que nem consta lá, acho que ninguém sabe, se for só olhar a plataforma o “Secretário B” não existe, não há nenhum campo, não há nada que possa me identificar ou... me ligar a alguma atividade ou a algum dado que foi preenchido ou...uma... por isso é até uma coisa... não sei se antiético mas, talvez não tenha muita lógica, a gente fazer com o login de um terceiro né... (...) pro secretário, praticamente ele/pra plataforma ele não existe, não tem como identificar nenhum secretário, ele é um profissional que... não... é invisível em termos da plataforma é como se num... num existisse, é como se o coordenador tivesse... é uma ferramenta voltada para coordenadores de programa, não... o secretário num... num tá desenhado nenhum momento ali na plataforma(SECRETÁRIO B)

A resposta do secretário D segue a mesma linha de pensamento, talvez um pouco mais ressentido:

Não, não... em nenhum momento há destaque pra isso... é sempre uma avaliação em cima do corpo docente, do corpo discente e as produções. (...) Então, assim, a gente não existe nem como pano de fundo... efetivamente, nós não somos as pessoas vistas em qualquer etapa do processo. (...) Agora, a gente enquanto administrativo dentro da plataforma, a gente não existe, a gente não tem nem um acesso paralelo né... alguns sistemas, eu já vi isso, existe a figura do secretário e ele faz até um certo passo, daí o coordenador entra e valida aquilo, submete... agora, pra Capes e na plataforma Sucupira...(pausa) também, não existe essa figura... (pausa). Então a gente é nada(SECRETÁRIO D).

Enquanto secretário B fala que somos “invisíveis em termos de plataforma”, para o secretário D “a gente é nada”: ambos entendem que o trabalho do secretário não fica evidenciado na plataforma, contudo, fazem isso de modos bastante distintos. Enquanto o primeiro salienta que isso acontece “em relação à plataforma” - ou seja, há aqui um não dito: se acontece em relação à plataforma, ou “em termos de plataforma” como ele mesmo diz, então não aconteceria em relação às demais atividades do secretário ou, ao menos, o secretário não cogitou analisar a mesma situação no contexto de outras atividades.

Já o segundo recorte registra que, para o secretário D, “a gente não existe”, “a gente é nada”. Na formulação do discurso do secretário D, observamos o deslize do “a gente não existe”, para o “a gente é nada”. São reiteraões que, aparentemente, seriam da ordem da paráfrase. Porém, observando com maior cuidado, há aí uma relação de causa e efeito - demonstrada pela conjunção “então”. Vemos que o sujeito se posiciona - somos nada - a partir de uma valoração externa - o fato de “não existirmos” na Plataforma.

Nisto, evidencia-se o trabalho da ideologia meritocrática capitalista, segundo a qual a “culpa” do insucesso do trabalhador é sempre dele próprio - seja por não ter se dedicado como deveria, seja por não ter sido competente o bastante, enfim - o fracasso do trabalhador nunca é lido como um subproduto de um sistema que segrega, exclui e elimina todos que não se adequam aos padrões de sucesso pré-estabelecidos, mas sim como uma falha ou incapacidade inerente ao trabalhador.

Assim, acreditamos que é dentro desta ideologia que o discurso do secretário D produz seu sentido: o eu que não se vê validado pelo olhar do outro - o dominante - acaba por atribuir a causa disso a si mesmo - “sou nada”. Notamos que isso fica evidenciado também pela troca da posição do sujeito na sentença: da voz passiva para a voz ativa. No início da fala do secretário D, ouvimos que “nós não somos as pessoas vistas...” há um agente indefinido que faz com que não sejamos vistos, ou seja, sofremos a ação. Já no final da fala dele, temos que “A gente é nada”, de forma que o secretário se coloca como agente causador do seu próprio fracasso.

Vamos agora ao recorte da fala do secretário E:

(...), a gente tem muito trabalho, no sentido de ter que buscar CPF de autores, de banca, de... docentes (...), mas a gente tem um trabalho muito grande (pausa) e... isso não fica evidenciado em nenhum lugar, (...) só que eu acho que a gente tem muito trabalho nesse sentido assim, e talvez, não é um trabalho tão valorizado, a parte do secretário, né... ele é... é... “invisibilizado”, digamos assim (SECRETÁRIO E).

É na fala do secretário E que aparece, pela primeira vez, o termo “invisibilizado”, dessa forma, na voz passiva. Lembrando que a característica da voz passiva é indicar que o sujeito sofre uma ação, ou seja, o trabalho do secretário não é invisível, mas é invisibilizado, pelo modo como a plataforma é construída.

Também aqui o secretário “invisível” está diretamente relacionado à questão do trabalho não valorizado, como nas falas dos secretários B e D. Contudo, podemos compreender da fala do secretário E que isso seria fruto de algo que “fizeram conosco”, não mais uma característica própria do sujeito, como a de “ser invisível” ou de “ser nada”, ou seja, da construção do enunciado de B, podemos compreender. Por outro lado, noutro momento da entrevista, o secretário E afirma, tal como B e D, que seu trabalho é invisível, vejamos:

Não e... se você vê bem eu acho que nem meu nome aparece em nenhum lugar... como no catálogo de pós-graduação aparece lá, “secretário”. Mas não, na Sucupira... você falando agora eu... pensando/e também pensando eu acho que provavelmente não aparece, e... (...) realmente não... a gente é... completamente invisível dentro da plataforma (SECRETÁRIO E).

Neste momento é que o entrevistado demonstra dar-se conta de que seu trabalho fica escondido atrás do *login* e senha do coordenador. É como se, no momento da entrevista, o acontecimento discursivo - a pergunta que é colocada - dá luz a outro sentido, o qual ainda não tinha se revelado para o sujeito: isso fica perceptível na expressão “você falando agora, eu...”.

Uma observação interessante é que a pergunta feita pela entrevistadora questiona se o trabalho do secretário seria ou não contemplado na plataforma e não se o secretário apareceria nominalmente em algum espaço do preenchimento da plataforma. Diante da questão, os secretários B, D, E e A - que veremos em seguida - tomaram a pergunta no sentido pessoal. Observemos:

Secretário B: “meu nome creio que nem consta lá”,

Secretário D: “a gente não existe nem como pano de fundo”

Secretário E: “eu acho que nem meu nome aparece em nenhum lugar”

A pergunta feita se refere ao trabalho do sujeito, mas as respostas fazem menção ao próprio sujeito. Assim, observamos que trabalho e trabalhador se confundem. É sabido que as relações de trabalho refletem na forma-sujeito, uma vez que inserida num sistema hierárquico e de determinada formação ideológica. A esse respeito, Revuz argumenta que

A relação com o trabalho articula a problemática psíquica de uma pessoa às dimensões econômicas, técnicas, organizacionais, sociais do trabalho, tal como ela pode apreendê-las em sua experiência pessoal, e percebê-las refratadas nos discursos e maneiras de ser dos seus próximos. (...). Não é fácil pra ninguém apreender e analisar os diferentes determinantes de sua relação atual com o trabalho, de perceber que dialética se instala entre eles. (REVUZ, 1997, p.17-18)

Ainda com relação à pergunta feita por mim, mais uma vez a minha insistência - indicada pela ênfase dada em “ele consta, ele aparece, ele é mencionado em algum momento” evidenciou o trabalho das formações imaginárias e, conseqüentemente, minha “aposta” pela resposta negativa - além do fato de ser eu também uma secretária e conhecer a plataforma tanto quanto os sujeitos da pesquisa, o secretário E foi um dos meus últimos entrevistados - de forma que eu já esperava uma resposta negativa, tal como nas entrevistas anteriores.

Por sua vez, o secretário A, diferentemente dos demais, afirma que consegue visualizar um feedback acerca de seu próprio trabalho, onde não existe nada explicitamente: Secretário A fez sua leitura a partir de um não-dito. Vamos ao recorte:

Trabalho como secretário... de forma, assim, nominal que foi eu que fiz, não, mas assim, a gente vê algumas, inclusive na avaliação do programa veio uma nota dizendo que o/a plataforma estava... bem preenchida, conforme as... lógico que a gente sabe que é a gente que fez, então a gente vê aquilo como elogio, mas não tem citando “ah parabéns ao secretário que preencheu” (risos discretos) isso não existe (risos discretos) (SECRETÁRIO A).

Primeiramente, gostaria de destacar que a resposta que o secretário me deu também indica um entendimento distinto da pergunta: eu perguntei se o trabalho dele era ou não contemplado na plataforma e a resposta dele versou sobre “saberem (quem? a avaliação?) ou não que aquilo é resultado do trabalho dele”,

sobre haver ou não o reconhecimento do seu trabalho. A partir disso, podemos entender resumidamente que:

- Para os secretários A, B, D e E, dar visibilidade ao trabalho do sujeito é dar visibilidade ao próprio sujeito;
- Para o secretário A - evidenciar o trabalho do sujeito é reconhecer seu resultado, mesmo que indiretamente.

Os sentidos de trabalho em A, B, D e E ilustram aquilo que Revuz (1997, p.30) nos explica:

O trabalho, com efeito, não é um objeto do mundo, é um ato humano, social e dizer o seu trabalho, é sempre, ao mesmo tempo, dizer alguma coisa de si, da maneira íntima com que vive a relação com as coisas, com os outros, com as regras, com o edifício social (...). (REVUZ, 1997, p.17-18)

Já no discurso do secretário A, o conflito gerado pelo não reconhecimento do próprio trabalho tende a ser silenciado pelo próprio sujeito, numa espécie de naturalização dessa invisibilização do trabalho: ao dizer que tomou como elogio a si mesmo a menção dos avaliadores ao bom trabalho com o preenchimento da Plataforma, ainda que nada ali o evidencie como executor desse trabalho, o sujeito naturaliza o não ser nomeado, numa tentativa de salvar o próprio Ego do sofrimento. Vemos aqui um pouco do discurso motivacional, focado na melhora da autoestima, para o qual a necessidade de validação externa é, na maioria das vezes, um grande empecilho ao sucesso.

Agora, vejamos o recorte da resposta do secretário C a essa mesma pergunta:

Secretário C: *No relatório... Hummm... não.*

Secretário C: *Não.*

Sucinto e direto, sem qualquer juízo de valor. A pesquisadora ainda insiste, quer ouvir algo mais, e assim, tenta instigá-lo: “nenhum?”. A resposta se mantém. E segue o silêncio. Já dissemos anteriormente que as respostas do secretário C eram majoritariamente baseadas no discurso dominante, no caso o discurso da Capes. Em vista disso, podemos entender o silêncio do secretário: dentro dessa Formação Discursiva, a pergunta feita a ele sequer faz sentido - daí talvez sua postura mais reticente que em outros momentos da entrevista - porque

não há, no discurso da avaliação da Capes, qualquer menção ao secretário de programa.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Enquanto trabalhadora na pós-graduação, sempre me inquietou o sentimento de exclusão que percebia na dicotomia docente/funcionário, tão disseminada no discurso da comunidade acadêmica. Ora, se a palavra funcionário evoca o sentido de “aquele que tem ocupação permanente e retribuída, empregado”⁵¹, não estariam então os docentes compreendidos no âmbito destes? Qual a necessidade de separar ambos em categorias distintas? E ainda, quais seriam os sentidos que emergem dessa separação? Pensando a esse respeito, notei que tal separação provavelmente teria algo da sua conjuntura relacionada às relações de poder no ambiente acadêmico, sobretudo no que diz respeito ao preenchimento da plataforma Sucupira, tal como descrito por Pechêux (2014) quando fala da divisão do trabalho social da leitura e da escrita: há no trabalho com a plataforma aqueles a quem é dado o direito a produzir leituras, a dar sentidos, enquanto a outros cabe apenas a reprodução dos sentidos postos. São os coordenadores quem têm aqui o papel de “profissionais da leitura, ou seja, é o gesto de leitura que o coordenador faz sobre dos documentos de área que define o que será ou não selecionado para constar na plataforma.

Assim, acreditei que ouvir os secretários enquanto sujeitos poderia me ajudar a compreender tais relações de poder. A pesquisa evidenciou que o discurso do sistema capitalista neoliberal busca incessantemente subjugar o discurso da ciência, colocando luz à ambiguidade desse ambiente de trabalho, no que diz respeito ao que produz e ao modo como produz, ou seja: a ideologia da ciência como valor por si mesma, sendo produzida e demonstrada sob os critérios de valoração da ideologia neoliberal.

Cabe lembrar aqui que, na análise de discurso, o sujeito é resultado da interpelação do indivíduo pela ideologia, sendo que esta é a responsável pelo efeito de evidência⁵². Como já dito, no caso da nossa sociedade, a forma-sujeito histórica é a forma sujeito capitalista, ideologicamente constituída e historicamente determinada

⁵¹ "funcionário", in Dicionário Priberam da Língua Portuguesa [em linha], 2008-2021, <https://dicionario.priberam.org/funcion%C3%A1rio> [consultado em 03-10-2021].

⁵² É a ideologia que fornece as evidências pelas quais “todo mundo sabe” o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um enunciado “queiram dizer o que realmente dizem” e que mascaram, assim, sob a “transparência da linguagem”, aquilo que chamaremos *o caráter material do sentido* das palavras e dos enunciados. (PÉCHEUX, 1995, p.160 - grifos do autor).

(ORLANDI, 2015b, p.188). É princípio básico da Análise de Discurso que o sujeito do discurso não é propriamente o indivíduo, mas uma posição (entre outras possíveis) que ele toma ao produzir seu discurso. Disso, sabemos:

(...) que a evidência do sujeito, ou melhor, sua identidade (o fato de que “eu” sou “eu”) apaga o fato de que ela resulta de uma identificação: o sujeito se constitui por uma interpelação - que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma formação discursiva - que, em uma sociedade como a nossa, o produz sob a forma de sujeito de direito (jurídico). Esta forma-sujeito corresponde, historicamente, ao sujeito do capitalismo, ao mesmo tempo determinado por condições externas e autônomo (responsável pelo que diz), um sujeito com seus direitos e deveres. (ORLANDI, 2015a, p.43)

Assim, para pensar a questão das relações de poder no ambiente de trabalho acadêmico, consideramos que seria necessário antes refletir acerca da questão das relações de trabalho no modo de produção capitalista e a forma como isso afeta o sujeito pois,

(...) sabemos que as relações sociais, no sistema capitalista, não só produzem a divisão como a dissimetria, a hierarquização, face ao sentido e ao modo de se significar o sujeito dependendo, assim, das condições em que são produzidos: quem produz, para quem produz, em que situação. Há a simbolização das relações de poder, que administram a sociedade, e desse modo investe-se na atribuição de valores às diferenças. Tudo envolvido por formações imaginárias, relações de força, relações de sentidos e efeitos da memória discursiva, ou seja, o saber discursivo que funciona como uma rede estruturada pelo esquecimento. (ORLANDI, 2015b, p.189)

Assim, lembramos que “não há sentido sem interpretação” (ORLANDI, 2001, p.19), a qual se dá sempre em dois níveis: o daquele que fala e o daquele analisa. Contudo, não é a finalidade do analista de discurso interpretar, mas sim compreender como o texto funciona, ou seja, o modo como ele produz os sentidos. Por estas análises, buscamos mostrar os processos discursivos pelos quais os secretários interpretam os sentidos de trabalho, sobretudo em relação ao trabalho com a Plataforma Sucupira.

Do ponto de vista do nosso dispositivo de análise, entendemos que os sentidos de trabalho aqui colocados, em determinados momentos produzem seus sentidos dentro da ideologia neoliberalista, quando pedem por avaliações meritocráticas ou quando atrelam o valor de algo a sua utilidade. Essa valorização da ideologia meritocrática fica também destacada na contraposição que o sujeito coloca entre meritocracia e política, colocando a primeira em posição de algo

positivo e a segunda, negativa, pois, dentro da ideologia neoliberal, o Estado bom é o menor Estado possível, o qual permitiria ao sujeito se desenvolver livre de qualquer controle e/ou auxílio externo. Acreditamos que o mesmo acontece na oposição colocada pelo sujeito entre burocracia e ciência, uma vez que a concepção do sentido de burocracia como algo ruim vem do contexto neoliberal, que se coloca avesso aos controles do Estado.

Já a ciência, essa é cara ao neoliberalismo, porém, tal como nos explica Antunes (2009, p.122), ela “encontra-se tolhida em seu desenvolvimento pela base material das relações entre capital e trabalho, a qual ela não pode superar” e, assim “interage com o trabalho, na necessidade preponderante de participar do processo de valorização do capital. *Não se sobrepõe ao valor, mas é parte intrínseca de seu mecanismo*” (*idem*, p.123, grifo do autor).

Acreditamos que isso se dá porque o discurso neoliberal é hoje tão evidentemente dominante que, mesmo nos discursos de sujeitos que, se confrontados, se diriam contrários ao modelo, ele emerge, e fala pela boca de todos nós - trabalho do interdiscurso. É como em Pagès *et al.* (1987, p.77), quando trata dos sistemas de regras existentes nas empresas (ideologia empresarial e neoliberal), as quais são responsáveis por validar ou não qualquer discurso dentro dela, de modo que “todo aquele que queira ser compreendido na organização deve adotar essa linguagem para ter crédito”, assim, também na sociedade atual, para que algum discurso possa fazer sentido, é preciso que, por ele, ecoe sentidos atrelados à formação ideológica neoliberal, que remete ao individualismo e a meritocracia.

Fica para nós, portanto, enquanto analistas de discurso, evidenciados os sentidos de trabalho atrelados à lógica capitalista neoliberal, que perpetua a hierarquização relação capital/trabalho na relação entre ciência/trabalho, estando os primeiros acima dos segundos. Nesse sentido, os discursos dos secretários apontam para uma necessidade de evidenciar - de forma clara e o mais objetiva possível, seja pela nomeação, seja pelo reconhecimento explícito - a relação do seu trabalho com a produção de ciência, como forma de autovalorização e/ou autoconhecimento. Dito de outra forma, embora o trabalho dos secretários esteja sim relacionado à produção de ciência, há que se buscar evidenciar tal relação de maneira explícita, para que os próprios sujeitos se reconheçam nesse papel, uma vez que o discurso dominante os silencia, a ponto dos próprios sujeitos se

questionarem quanto a serem ou não partes desse processo. Importante destacar que a lógica de silenciamento de que falamos acima se repete na relação entre docente/cientista e órgãos avaliadores, ou seja, o trabalho dos pesquisadores e cientistas da pós-graduação também é silenciado pela avaliação baseada majoritariamente em indicadores e números.

A pesquisa mostrou também que o caráter positivo do interdiscurso relacionado à ciência pode colaborar para uma avaliação mais positiva de si mesmo e de seu trabalho, por parte dos sujeitos ditos invisibilizados, como se “tomassem emprestado” o prestígio de que o signifiante “ciência” dispõe em nossa sociedade. Isto se daria porque sujeito e trabalho se confundem, sendo quase impossível limitar onde um começa e outro termina: o trabalho é constitutivo da subjetividade do indivíduo. A esse respeito, Revuz (1997, p.25) nos explica que

“enunciados do tipo ‘eu sou pedreiro’, ‘eu sou secretária em’ (...) são a resposta esperada a questões do tipo: ‘o que você faz na vida?’ A dissimetria sintática entre a questão e a resposta (responde-se por um ‘atributo do sujeito’ a uma questão que incidia sobre um ‘complemento do objeto’) inscreve bem a questão do trabalho nas vacilações da construção do sujeito em sua relação com o objeto.

Diante desta relação intrínseca entre o sujeito e seu trabalho, Revuz nos mostra também que a “visibilidade” do trabalho que o indivíduo realiza age fortemente na constituição da sua própria identidade. Essa visibilidade, segundo a autora “joga também em termos de retorno da imagem sobre a pessoa”, uma vez que “os ofícios, as instituições, os *status* são mais ou menos valorizados socialmente” (idem, p.27).

Por outro lado, caberia talvez nos questionarmos também a respeito desse sentido positivo atrelado a ciência, porque, como nos ensina Pêcheux:

(...) todo “ponto de vista” é o ponto de vista de um sujeito; uma ciência não poderia, pois, ser um ponto de vista sobre o real, uma visão ou uma construção que representasse o real (um “modelo” do real): uma ciência é o real sob a modalidade de sua necessidade-pensada, de modo que o real do que tratam as ciências não é senão o real que produz o concreto-figurado que se impõe ao sujeito na necessidade “cega” da ideologia. (PÊCHEUX, 1995, p.179)

Ou seja, a ciência, por mais que se diga dela o contrário, não é o real, mas um ponto de vista do real, sob a perspectiva do sujeito. Dessa forma, seu caráter sempre positivo não se sustentaria perante uma análise mais aprofundada.

Assim, enquanto buscamos compreender os sentidos de trabalho construídos pelos secretários de programas de pós-graduação, ficou nos evidenciado que a questão do trabalho hoje - inclusive do trabalho com ciência - é medida e valorada pelo que é capaz de produzir. Nas palavras de Zoppi-Fontana (2012, p.225), “a ciência se mede pelo seu poder inovador e o conhecimento produzido e os próprios sujeitos de conhecimento são mensurados pelos índices de impacto”, de forma que trabalho e trabalhador passam a ser identificados pelo sistema não como sujeitos, mas como índices, números e porcentagens, valorados proporcionalmente àquilo que se mostrem capazes de agregarem ao capital.

Acreditamos aqui, tal como afirma Zoppi-Fontana (idem, p.250), na necessidade de “desnaturalizar o discurso da produtividade científica para que possamos analisar os atuais processos de produção e divulgação científica em toda sua complexidade” a fim de que não sejamos “subjugados sob o canto da sereia das práticas de gestão empresarial da universidade e das publicações científicas” (ibidem).

Ademais, a pesquisa colocou luz a uma outra vertente das relações de poder no campo do trabalho: a do embate do simbólico com o político no processo de tessitura da avaliação da pós-graduação no Brasil. Dito de outra forma, a avaliação da pós-graduação brasileira se mostrou como sendo o resultado do choque entre o caráter material do sentido e o político, ou seja: antes, há o “real” da Pós-graduação brasileira: sobre ele, as instâncias avaliadoras colocam seu gesto de interpretação ao produzirem os Documentos de Área (não podemos perder de vista que esse gesto de interpretação é negado pelo sujeito, que não percebe que está a interpretar, acreditando na transparência da linguagem e ignorando o caráter material dos sentidos).

Por sua vez, os Documentos de Área são interpretados por coordenadores e secretários - aqui é latente o jogo do “peso” atribuído às interpretações em razão de quem as interpretou - bem como também não há consciência da interpretação - coordenadores e secretários também interpretam sob a ilusão de que aquilo que entendeu só poderia ter sido entendido daquela maneira. A partir disso, coordenador e secretário vão interpretar o real da pós-graduação e

buscar descrevê-lo na plataforma Sucupira. Por fim, a leitura que as instâncias avaliadoras farão das informações contidas na plataforma são, por sua vez, outro gesto de interpretação.

Fica evidenciado assim que os sentidos formados (d)no processo de avaliação da pós-graduação brasileira, ainda que pautado em dados majoritariamente numéricos e ditos objetivos, na verdade se dão sobre um jogo complexo de interpretações, dos quais não temos o controle e nos quais atuam ideologia e inconsciente.

É interessante notar que esse jogo de interpretações é tão demasiadamente exaustivo que, como vimos na análise da entrevista com secretário D, as formações imaginárias atuam em sentido contrário ao comum de um processo avaliatório: o programa busca mostrar para os avaliadores aquilo que acreditam que eles esperam ver, ou ainda, busca mostrar os seus produtos de forma que se mostrem como atendendo às expectativas dos avaliadores, ainda que não traduza fielmente o real do programa.

Assim, neste trabalho buscamos fazer um gesto de leitura dos dizeres dos secretários sobre as relações de trabalho no ambiente acadêmico. Chegamos às considerações finais cientes de que os objetivos almejados com essa pesquisa embora alcançados, porém, estão longe de serem esgotados. Há muito ainda que se entender na relação entre trabalho e produção de ciência. Contudo, o interesse inicial em entender a conjuntura política e simbólica do trabalhador da pós-graduação se mostrou produtivo: sendo a pós-graduação um espaço majoritariamente de ciência e produção de conhecimento, poder-se-ia esperar encontrar um ambiente de trabalho diferenciado, onde as relações não se firmassem totalmente pelas regras do Mercado, o que não se confirmou pela pesquisa.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**: Ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. 2. ed. rev. e ampl. São Paulo, SP: Boitempo, 2009.

BRASIL. Ministério da Educação. Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior Plano Nacional de Pós-Graduação – **PNPG 2011-2020** / Coordenação de Pessoal de Nível Superior. – Brasília, DF: CAPES, 2010. Disponível em <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/Livros-PNPG-Volume-I-Mont.pdf> Acesso em 14/06/2019.

BARBAI, Marcos Aurélio. **No fio do discurso**: o sequestro como fato de linguagem. Orientador: Profa. Dra. Eni de Lourdes Puccinelli Orlandi. 2004. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem da Universidade Estadual de Campinas, 2004.

BARBAI, Marcos Aurélio. **Discurso e identificação**: o relato do migrante brasileiro clandestino deportado. Campinas: Unicamp, 2008. Tese (Doutorado em Linguística), Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, 2008.

CAIRES, D.; BIRELLO, V. A posição sujeito e a formação discursiva do secretariado executivo em comentários no *facebook*. **Secretariado Executivo em Revist@**, v. 13, p. 165-180, 2018. Disponível em <http://seer.upf.br/index.php/ser/article/view/8100> Acesso em 24/01/2021.

CAPES - Coordenação De Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior. **Avaliação Quadrienal**. Documentos de Área. Brasília: CAPES. Disponível em <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/documentos-de-area>. Acessado em 21/09/2019

CAPES - Coordenação De Aperfeiçoamento De Pessoal De Nível Superior / DAV - Diretoria De Avaliação. **Coleta de Dados, Conceitos e orientações**. Manual de preenchimento da Plataforma Sucupira Versão 3.32.0 Atualização: 27/05/2020. Brasília: CAPES. Disponível em <https://sucupira.capes.gov.br/sucupira/> Acesso em 23/08/2020.

CAVALLARI, Juliana Santana. **O discurso avaliador do sujeito-professor na constituição da identidade do sujeito-aluno**. 2005. 218p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/269247>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

CHAUÍ, Marilena. Entrevista à Caros Amigos. *In*: ROCHA, André (org.). **A ideologia da Competência**: Escritos de Marilena Chauí. São Paulo: Editora Autêntica Fundação Perseu Abramo, 2016.

COSTA, Grciely Cristina da. **Linguagens em funcionamento**: sujeito e criminalidade. 2008. 136 p. +. Dissertação (mestrado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudo da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em:

<<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270679>>. Acesso em 15/01/2020

_____. Denominação: um percurso de sentidos entre espaços e sujeitos. **RUA**, v. 18, n. 1, p. 134-147, 17 jul. 2015. Disponível em <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8638291> Acesso em 15/01/2020.

_____. **Discursos sobre a milícia**: nomes, vozes e imagens em movimento na produção de sentidos. 2011. 166 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudo da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270665>>. Acesso em 15/01/2020.

DELEUZE, Gilles. Controle e Devir: FuturAntérieur, nº1, primavera de 1990, entrevista a Toni Negri. In: **Conversações**. 1. ed. São Paulo, SP: Editora 34 Ltda., 1992. cap. V Política, p. 209-218.

DIAS, Cristiane. **Análise do Discurso Digital**: sujeito, espaço, memória e arquivo. Campinas, SP: Pontes Editores, 2018.

_____. Análise do discurso digital: sobre o arquivo e a constituição do *corpus*. In: **Revista Estudos Linguísticos**, São Paulo, 44 (3): p. 972-980, set.-dez. 2015. Disponível em <https://revistas.gel.org.br/estudos-linguisticos/article/view/1030> Acesso em 14/01/2020.

FCM - Faculdade De Ciências Médicas da UNICAMP. **FCM 50 anos**: a realidade ultrapassou o sonho. Campinas: FCM/Unicamp, 2013. Disponível em <https://www.fcm.unicamp.br/fcm/institucional/50-anos/livro-fcm-50-anos-realidade-ultrapassou-o-sonho> Acesso em 13/01/2020.

FOUCAULT, Michel. **A arqueologia do saber**. 7. ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2008.

GADET, Françoise; HAK, Tony (org.). **Por uma análise automática do discurso: uma introdução à obra de Michel Pecheux**. Tradução: Bethania S. Mariani. 5. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014. 315 p.

GAULEJAC, Vincent de. **Gestão como doença social**: Ideologia, poder gerencialista e fragmentação social. Tradução: Ivo Storniolo,. 1. ed. São Paulo: Editora Ideias & Letras, 2007.

GRIGOLETTO, Evandra. **Do Lugar Social ao Lugar Discursivo: o imbricamento de diferentes posições-sujeito**. Seminário de Estudos em Análise do Discurso UFRGS, Porto Alegre, p. 154-164, 2005.

GROS, Frédéric. **Desobedecer**. São Paulo, SP: Ubu Editora, 2018.

GUILHAUMOU, Jacques; MALDIDIER, Denise; ROBIN, Régine. **Discurso e Arquivo**: Experimentações em Análise de Discurso. Tradução: Carolina P. Fedatto, Paula Chiaretti. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2016.

DAVID, Harvey. **Condição pós-moderna**: Uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. Tradução: Adail Ubirajara Sobral, Maria Stela Gonçalves. 17. ed. São Paulo: Edições Loyola, 2008.

HELOANI, Roberto.; PIOLLI, Evaldo. A Falácia da Qualificação, in **Revista USP**, n. 64. São Paulo, CCS-USP, 2005.

_____. **Gestão e organização no capitalismo globalizado**: história da manipulação psicológica no mundo do trabalho. São Paulo: Atlas, 2003.

_____. **Organização do trabalho e Administração**: uma visão multidisciplinar. - 3ª ed. - São Paulo: Cortez, 2000.

INDURSKY, Freda. Da interpelação à falha no ritual: a trajetória teórica da noção de formação discursiva In: BARONAS, Roberto Leiser (org.). **Análise de discurso**: apontamentos para uma história da noção-conceito de formação discursiva. Araraquara/SP: Letraria, 2020. p. 300-317.

_____. Formação Discursiva: Ela Ainda Merece Que Lutemos Por Ela? In: **Seminário De Estudos Em Análise Do Discurso** (2.:2005: Porto Alegre, RS) Anais do II SEAD - Seminário de Estudos em Análise do Discurso [recurso eletrônico] – Porto Alegre:UFRGS, 2005.

Disponível em:
[https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/FredaIndur sky.pdf](https://www.ufrgs.br/analisedodiscurso/anaisdosead/2SEAD/SIMPOSIOS/FredaIndur%20sky.pdf) Acesso em 04/09/2021.

_____. O texto nos estudos da linguagem: especificidades e limites. In: ORLANDI, Eni; LAGAZZI RODRIGUES, Suzy (Orgs.). **Introdução às ciências da linguagem**: discurso e textualidade. Campinas: Pontes, 2006.

KEHL, Maria Rita. Ressentimento: A psicanálise do ressentimento como sintoma social. In: KOBAYASKI, Ricardo (coord.). **A Terra é redonda**: eppur si muove. [S. l.], 28 jul. 2020. Disponível em: <https://aterraeredonda.com.br/ressentimento-2/>. Acesso em: 21/01/2021.

LAVAL, Christian. **A escola não é uma empresa**: O neoliberalismo em ataque ao ensino público. Tradução: Maria Luiza M. de Carvalho e Silva. Londrina/PR: Editora Planta, 2004.

LENOIR, Yves. O utilitarismo de assalto às ciências da educação. **Educ. rev.**, Curitiba, n. 61, p. 159-168, 2016. Disponível em https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-40602016000300159&script=sci_abstract&tlng=pt Acessado em 21/06/2019.

MALDIDIER, Denise. **A inquietude do discurso**: Um trajeto na história da Análise do discurso: o trabalho de Michel Pêcheux. In: PIOVEZANI, Carlos; SARGENTINI,

Vanice (org.). Legados de Michel Pêcheux inéditos em análise do discurso. São Paulo, SP: Editora Contexto, 2020. p. 39-62.

MAZULO, Roseli; LIENDO, Sandra. **Secretária**: Rotina gerencial, habilidades comportamentais e planos de carreira. São Paulo: Senac, 2010.

NOGUEIRA, Luciana. **Discurso, sujeito e relações de trabalho**: a posição discursiva da Petrobras. 2015. 314 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270660>>. Acesso em: 25 jul. 2020.

ORLANDI, EniPulcinelli. **Análise de Discurso**: princípios & procedimentos. 12^o. ed. Campinas: Pontes, 2015a.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.

_____. Destrução e Construção do Sentido: um Estudo da Ironia. **Revista Discursividade**. 2012a. Disponível em <http://www.discursividade.cepad.net.br/EDICOES/09/Arquivos/eniorlandi.pdf> Acesso em 25/01/2020.

_____. **Discurso e Texto**: Formulação e Circulação dos Sentidos. Ed. 4. ed., 2012b.

_____. **Discurso em Análise**: sujeito, sentido, ideologia. 3^a edição. Campinas: Pontes, 2017.

_____. Do sujeito na História e no Simbólico. **Escritos**, [s. l.], n. 4, p. 11-16, maio 1999. Disponível em: <https://www.labeurb.unicamp.br/portal/pages/pdf/escritos/Escritos4.pdf>. Acesso em: 27/01/2021.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. 3^a. ed. Petrópolis: Editora Vozes, 2001.

_____. Linguagem e educação social: a relação sujeito, indivíduo e pessoa. In: **RUA**. v. 2, n. 21, p. 187-198, 2015b. Disponível em https://www.labeurb.unicamp.br/rua/web/index.php?r=artigo/capa&publicacao_id=59 Acesso em 02/05/2021.

_____. **O discurso**: estrutura e acontecimento. Trad. Eni Puccinelli Orlandi. Campinas, SP: Pontes, 2008a.

_____. Segmentar ou recortar. In: **Linguística: questões e controvérsias**. Uberaba, 1984. p.9-26. (Série Estudos, 10).

_____. Silêncios: presença e ausência. **ComCiência**, Campinas, n.101, 2008b. Disponível em <<http://comciencia.scielo.br/scielo.php> Acesso em 21 set. 2019.

_____. **Terra à Vista!**: Discurso do Confronto: Velho e Novo Mundo. Campinas, SP: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1990. v. 5.

PAGÈS, Max *et al.* **O poder das organizações**. Tradução: Maria Cecília Pereira Tavares *et al.*, 1. ed. São Paulo: Atlas, 1987.

PÊCHEUX, M. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, Eni P. (org) [et. al.]. **Gestos de leitura: da história no discurso**. 4ª edição. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 2014, p.57-67.

_____. **Semântica e Discurso**: Uma Crítica à Afirmação do Óbvio. Tradução: EniPulcinelliOrlandi et al., 2. ed. Campinas, SP: Editora da Unicamp, 1995. 317 p.

PIMENTEL, Bruno de Macêdo Cavalcanti Borges. **A plataforma Sucupira sob a interpretação dos gestores da Pós-Graduação em Educação**. 2017. 218 f. Dissertação (Programa Stricto Sensu em Educação) - Universidade Católica de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em <https://bdtd.ucb.br:8443/jspui/handle/tede/2340> Acesso em 14/01/2020.

REVUZ, Christine. Ouvir os desempregados para compreender a relação com o trabalho? **RUA**, v. 3, n. 1, p. 9-35, 1997. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640617>. Acesso em: 1 maio. 2021.

SANTOS, Livaldo dos. Fundamentos da Administração. In: **Cadernos de Estudos e Pesquisas da UNIP**, Série Didática, ano XVII, São Paulo: Editora Sol. 2005.
SOARES, Sílvia. A. S.; PAULY, Evaldo L. **A atuação dos(as) secretários(as) na gestão dos programas de pós-graduação stricto sensu do sul do Brasil**. R.G.Secr.,GESEC, v. 9, n. 2, 2018a.

_____. A Gestão da Pós-graduação *Stricto Sensu*: Perfil e Competências dos Secretários(as) dos Programas de Pós-graduação, da área da Educação no Brasil. In: **XIV Semana Científica da Universidade La Salle** - SEFIC, 2018, Canoas/RS. SeficUnilasalle - Ciência e Tecnologia para a Redução das Desigualdades. Canoas/RS: Editora La Salle, 2018b. v. XIV. p. 1-10.

SOUZA, Pedro. Jogando conversa fora: a gênese do sujeito falante em entrevistas sociolinguísticas. In: **Línguas e Instrumentos Linguísticos**, Números 4 e 5, Campinas: Pontes, 2000.

SOUZA, Renato T., CECATTI, José G., SURITA, Fernanda G. C., SOUZA, Melissa C. F. **Tutorial Prático da Plataforma Sucupira** - Medicina III. Versão 1.2. 2016. Disponível em <https://www.fcm.unicamp.br/fcm/pos-graduacao-em-tocoginecologia/tutoriais> Acesso em 14/01/2020.

SUASSUNA, Lívila. **Linguagem como discurso**: implicações para as práticas de avaliação. 2004. 376p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual de Campinas, Instituto de Estudos da Linguagem, Campinas, SP. Disponível em: <<http://www.repositorio.unicamp.br/handle/REPOSIP/270823>>. Acesso em 15/09/2019.

SUCUPIRA, Newton, relator; SALGADO, Clóvis. BARRETO FILHO, José; TRIGUEIRO, Durmeval; LIMA, Alceu; TEIXEIRA, Anísio; et al. Parecer nº 977/65 - **Parecer Sucupira**. Publicado em 03 dez. 1965. 11p. Disponível em: <https://www.capes.gov.br/images/stories/download/legislacao/Parecer_CESU_977_1965.pdf> Acesso em: 27/11/2018.

THIAGO, Elisa Maria Costa Pereira de S.; ANDREOTTI, Vanessa Oliveira. **A avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu no Brasil: características e contexto**. In: FERREIRA, Valdivina Alves (org.). Políticas e Avaliação da Pós-Graduação stricto sensu: da inserção social local à internacionalização. Brasília: Cátedra UNESCO de Juventude, Educação e Sociedade; Universidade Católica de Brasília, 2018. cap. V, p. 103-127. Disponível em <https://catedra.ucb.br/2018/10/publicacao-do-livro-%E2%80%9Cpoliticase-avaliacao-da-pos-graduacao-stricto-sensu-da-insercao-social-local-a-internacionalizacao%E2%80%9D/> Acesso em 27/01/2020.

ZOPPI-FONTANA, Monica G. *Slowscience*: a temporalidade da ciência em ritmo de “impacto”. **Leitura**, Maceió, n. 50, p. 223-257, jul./dez. 2012. Disponível em <http://www.seer.ufal.br/index.php/revistaleitura/article/view/1156/791> Acessado em 13/08/2018

_____. Identidades informais: contradição, processos de designação e subjetivação na diferença. In: **Organon**, Volume 17, Número 35, p. 245-282, 2003. Disponível em <https://www.seer.ufrgs.br/organon/article/view/30027> Acesso em 11/01/2020.

ZUIN, Antônio A. S.; BIANCHETTI, Lucídio. O produtivismo na era do “publique, apareça ou pereça”: um equilíbrio difícil e necessário. **Cad. Pesqui.**, São Paulo, v. 45, n. 158, p. 726-750, Dec. 2015. Disponível em <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0100-15742015000400726&lng=en&nrm=iso>. Acesso em 22/09/2019.

APÊNDICES**APÊNDICE A - AUTORIZAÇÃO PARA REALIZAÇÃO DAS ENTREVISTAS**

UNICAMP

UNIVERSIDADE ESTADUAL DE CAMPINAS
Pró-Reitoria de Pós-Graduação
www.prg.unicamp.br
Fone: (019)3521-4954/3521-4963

Despacho PRPG nº 039/2019

Cidade Universitária "Zeferino Vaz", 25 de setembro de 2019.

Ao LABJOR:

De ordem da Profa. Dra. Nancy Lopes Garcia, Pró-Reitora de Pós-Graduação, informo que não cabe à esta Pró-Reitoria, autorizar a realização de entrevistas com os secretários dos Programas de Pós-Graduação. A autorização deverá ser dada pelo Coordenador Geral de Pós-Graduação de cada Unidade.

Cristina Ferreira de Souza
Matricula 20052-2
PRPG/Assistência Técnica
UNICAMP

DIA-19596/19

Campinas, 16 de setembro de 2019.

Assunto: Solicitação de autorização para pesquisa. Protocolo no Comitê Ética da Unicamp.

Prezada Sra.

Eu, Melissa Cristina Forato Souza, aluna regularmente matriculada no Mestrado do Programa de Pós-graduação em Divulgação Científica e Cultural, RA 045383, sob orientação do Prof. Dr. Marcos Aurélio Barbai, matrícula 297165, em razão do meu projeto de pesquisa intitulado "Os sentidos da avaliação da pós-graduação brasileira e o dizer dos secretários de programa", venho pelo presente documento solicitar autorização para a realização de entrevistas com os secretários de programa de pós-graduação desta universidade. Encaminho esta solicitação, em virtude do protocolo de pesquisa no Comitê de Ética da Unicamp e no sistema SIGA da DAC. O objetivo das entrevistas é construir o corpus da minha pesquisa de mestrado, que tem por objetivo refletir sobre o papel do secretário de programa dentro do processo de avaliação dos cursos de pós-graduação pela Capes, sobretudo quanto ao seu trabalho de preenchimento da Plataforma Sucupira. As perguntas que serão utilizadas na entrevista seguem em documento anexo.

Coloco-me à disposição para qualquer esclarecimento.

Cordialmente,



Melissa Cristina Forato Souza
RA: 045383



Prof. Dr. Marcos Aurélio Barbai
Orientador
Mat. 297165

Anexo: Roteiro para entrevista.

Ilma. Sra.

Profa. Dra. Nancy Lopes Garcia
Pró-reitora de Pós-graduação
Pró-reitoria de Pós-graduação
Universidade Estadual de Campinas

ante: *De acordo,*
Barbai
Profa. Dra. Cláudia Virginia Maurer Maurer
Coordenadora do Comitê de Pós-graduação
UNICAMP
Matrícula: 29 7146

ante:
Marta
Profa. Dra. Marta Moreira Kanashiro
Coordenadora do Subcomitê de Pós-graduação
em Divulgação Científica e Cultural
Matrícula 284932

APÊNDICE B - TCLE

TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Pesquisa: Os sentidos da avaliação da pós-graduação brasileira e o dizer dos secretários de programa
Responsável: Melissa Cristina Forato Souza
Número do CAAE: (24499019.4.0000.8142)

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

PESQUISA: SENTIDOS DA AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA E O DIZER DOS SECRETÁRIOS DE PROGRAMA

Responsável: Melissa Cristina Forato Souza
Orientador: Prof. Dr. Marcos Aurelio Barbaí

Número do CAAE: (24499019.4.0000.8142)

Você está sendo convidado a participar como voluntário de uma pesquisa. Este documento, chamado **Termo de Consentimento Livre e Esclarecido**, visa assegurar seus direitos como participante e é elaborado em duas vias, uma que deverá ficar com você e outra com o pesquisador.

Por favor, leia com atenção e calma, aproveitando para esclarecer suas dúvidas. Se houver perguntas antes ou mesmo depois de assiná-lo, você poderá esclarecê-las com o pesquisador. Se preferir, pode levar este Termo para casa e consultar seus familiares ou outras pessoas antes de decidir participar. Não haverá nenhum tipo de penalização ou prejuízo se você não aceitar participar ou retirar sua autorização em qualquer momento.

Justificativa e objetivos:

O objetivo da pesquisa é de refletir sobre o trabalho dos secretários de programas de pós-graduação no desenvolvimento e produção das avaliações de curso promovidas pela Capes. A análise se dará mediante dispositivo teórico e analítico da Análise de Discurso.

Procedimentos:

Optando por participar do estudo, você estará sendo convidado a colaborar respondendo algumas perguntas a respeito do seu trabalho como secretário de pós-graduação. Será realizada uma única entrevista, breve, cujas seis questões não pressupõem respostas certas ou erradas, importando apenas a sua visão pessoal sobre as questões, baseado em sua experiência. As perguntas serão gravadas em arquivo de áudio a partir do instante em que o entrevistador fizer a primeira pergunta, encerrando quando o participante concluir a sua resposta para a última questão. Posteriormente, o pesquisador irá transcrever os arquivos de áudio, para assim os submeter à análise. Os dados desta pesquisa serão armazenados em arquivo de áudio e textos digitais, pelo período de 3 anos após o término da pesquisa, de acordo com a Res. CNS 310/16.

Desconfortos e riscos:

Não há riscos previsíveis.

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

TCLE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
Pesquisa: Os sentidos da avaliação da pós-graduação brasileira e o dever dos secretários de programa
Responsável: Melissa Cristina Forato Souza
Número do CAAE: (26499039.A.0005.8142)

Benefícios:

É possível que este estudo não traga benefícios diretos a você, enquanto secretário. Porém, os resultados obtidos poderão colaborar para a reflexão sobre o processo de avaliação da pós-graduação brasileira e sobre o papel dos sujeitos indiretamente envolvidos na Educação.

Acompanhamento e assistência:

A qualquer momento, antes, durante ou até o término da pesquisa, os participantes poderão entrar em contato com os pesquisadores para esclarecimentos e assistência sobre qualquer aspecto da pesquisa em danos decorrentes da pesquisa.

Sigilo e privacidade:

Você tem a garantia de que sua identidade será mantida em sigilo e nenhuma informação identificadora será dada a outras pessoas que não façam parte da equipe de pesquisadores. Contudo, para a pesquisa, será necessário fazer o registro da entrevista em arquivo de áudio. Assinando este documento, o participante autoriza o registro do áudio de sua entrevista, o qual não será divulgado, somente as transcrições constarão do trabalho. Na divulgação dos resultados desse estudo, seu nome não será citado.

Ressarcimento e indenização:

A participação como voluntário nesta pesquisa não prevê qualquer ônus financeiro ao participante, de modo que não haverá nenhum tipo de ressarcimento. Os custos com materiais são de responsabilidade do pesquisador e o local da entrevista será definido pelo participante, de modo que não haja para ele o custo com deslocamento. O participante terá a garantia ao direito à indenização diante de eventuais danos decorrentes da pesquisa quando comprovados nos termos da legislação vigente.

Contato:

Em caso de dúvidas sobre a pesquisa, você poderá entrar em contato com os pesquisadores: Melissa Cristina Forato Souza, na Comissão de Pós-graduação da Faculdade de Ciências Médicas, à rua Tessália Vieira de Camargo, 126, Cidade Universitária, Campinas/SP. Telefone (19) 99610-4839 e e-mail: melissaf@unicamp.br ou Prof. Dr. Marcos Aurélio Barbsi, no Labeurb, localizado à rua Caio Graco Prado, 70 - Cidade Universitária - Campinas/SP. Telefone (19) 3521-7900 e email: mbarbsi@terra.com.br.

Rubrica do pesquisador: _____

Rubrica do participante: _____

TCE - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO
 Pesquisa: Os sentidos de avaliação da pós-graduação brasileira e o dilema dos secretários de programa
 Responsável: Melissa Cristina Forato Souza
 Número do CAAE: (24499029.A.0000.8142)

Em caso de denúncias ou reclamações sobre sua participação e sobre questões éticas do estudo, você poderá entrar em contato com a secretaria do Comitê de Ética em Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais (CEP-CHS) da UNICAMP das 08h30 às 11h30 e das 13h00 às 17h00 na Rua Bertrand Russell, 801, Bloco C, 2º piso, sala 05, CEP 13083-865, Campinas – SP; telefone (19) 3521-8936 ou (19) 3521-7187; e-mail: cep-chs@reitoria.unicamp.br.

O Comitê de Ética em Pesquisa (CEP)

O papel do CEP é avaliar e acompanhar os aspectos éticos de todas as pesquisas envolvendo seres humanos. A Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), tem por objetivo desenvolver a regulamentação sobre proteção dos seres humanos envolvidos nas pesquisas. Desempenha um papel coordenador da rede de Comitês de Ética em Pesquisa (CEPs) das instituições, além de assumir a função de órgão consultor na área de ética em pesquisas

Consentimento livre e esclarecido:

Após ter recebido esclarecimentos sobre a natureza da pesquisa, seus objetivos, métodos, benefícios previstos, potenciais riscos e o incômodo que esta possa acarretar, aceito participar:

Nome do(a) participante: _____
 _____ Data: ____/____/____.

(Assinatura do participante ou nome e assinatura do seu RESPONSÁVEL LEGAL)

Responsabilidade do Pesquisador:

Asseguro ter cumprido as exigências da resolução 510/2016 CNS/MS e complementares na elaboração do protocolo e na obtenção deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido. Asseguro, também, ter explicado e fornecido uma via deste documento ao participante. Informo que o estudo foi aprovado pelo CEP perante o qual o projeto foi apresentado. Comprometo-me a utilizar o material e os dados obtidos nesta pesquisa exclusivamente para as finalidades previstas neste documento ou conforme o consentimento dado pelo participante.

_____ Data: ____/____/____.
 (Assinatura do pesquisador)

Rubrica do pesquisador: _____ Rubrica do participante: _____

APÊNDICE C - ROTEIRO DAS ENTREVISTAS

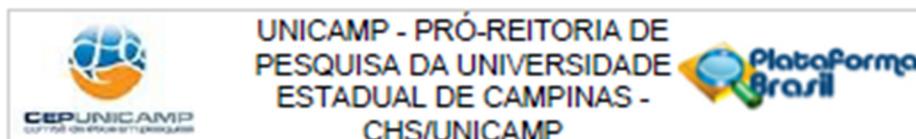
ROTEIRO PARA ENTREVISTA

Nome do secretário:	
Nome do Programa de Pós-graduação:	
Tempo na função de secretário de Pós-graduação:	

1. Como é o seu trabalho de secretariar um curso de pós-graduação?
2. O que você pensa de trabalhar com a Plataforma Sucupira? Qual a sua opinião sobre este instrumento de avaliação?
3. Você recebeu alguma orientação sobre como operar com a Plataforma?
4. Você recebeu ou recebe algum tipo de treinamento quanto ao seu trabalho de secretário?
5. O seu trabalho como secretário é citado ou incluído em algum campo da Plataforma?
6. O que você pensa sobre esse mecanismo da Capes de avaliação da pós-graduação brasileira?
7. Para você, o que é um curso de pós-graduação de excelência?

ANEXOS

ANEXO A- PARECER DE APROVAÇÃO DO CEP



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: SENTIDOS DA AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA E O DIZER DOS SECRETÁRIOS DE PROGRAMA

Pesquisador: MELISSA CRISTINA FORATO SOUZA

Área Temática:

Versão: 1

CAAE: 24499019.4.0000.8142

Instituição Proponente: Instituto de Estudos da Linguagem

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

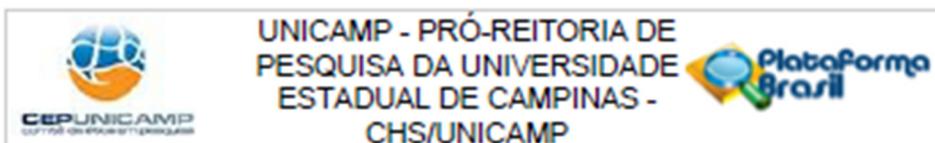
Número do Parecer: 3.670.594

Apresentação do Projeto:

Introdução:

No Brasil, os cursos de pós-graduação stricto sensu são autorizados, regulamentados e periodicamente avaliados pela Capes. A Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) segundo ela mesma é uma "fundação pertencente ao Ministério da Educação (MEC) que desempenha papel fundamental na expansão e consolidação da pós-graduação stricto sensu (mestrado e doutorado)". Suas atividades, entre outras, vão desde a avaliação da pós-graduação stricto sensu, passando pelo acesso e divulgação da produção científica e pelos investimentos na formação de recursos de alto nível no país e exterior. Sabe-se que os resultados das avaliações quadriennais 1 realizadas pela Capes refletem na distribuição dos valores de custeio para os próprios programas de mestrado e doutorado, de forma que a boa pontuação interessa não somente por si mesma, como comprovação da qualidade dos serviços, mas também pela contrapartida financeira. Assim, não é possível falar do sistema de avaliação da pós-graduação brasileira sem falarmos da Plataforma Sucupira. Trata-se de uma "importante ferramenta para coletar informações, realizar análises e avaliações e ser a base de referência do Sistema Nacional de Pós-Graduação (SNPG)2". Por meio dela, os coordenadores e secretários de programa enviam para a Capes informações referentes ao curso, tais como quantos e quais são seus docentes, seus

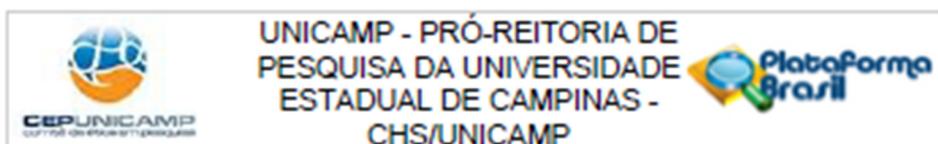
Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.
 Bairro: Cidade Universitária "Zelmaro Vixz" CEP: 13.083-868
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-8836 E-mail: cepcha@unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.670.594

alunos, seus projetos de pesquisa e seus trabalhos publicados, entre outras informações relevantes para o processo de avaliação, de acordo com seu Documento de Área³. Na literatura acadêmica encontramos inúmeros trabalhos que se debruçaram sobre a questão dos mecanismos de avaliação da pós-graduação brasileira. A pesquisa realizada com os descritores "capes AND avaliação AND pós-graduação" retornou 1670 resultados⁴. Isso demonstra a relevância do tema e a complexidade do seu estudo. Contudo, dentre os artigos elencados, não encontramos trabalho que se propusesse a refletir o tema com base na Análise de Discurso, que é o que nos propomos a fazer nesta pesquisa. 1 As avaliações da Capes passaram a ser quadriennais a partir de 2013, até então eram trienais. O primeiro quadriênio encerrou-se em 2016. O quadriênio atual encerrará em 2020, com envio dos relatórios, avaliação e divulgação dos resultados previstos para 2021. 2 http://www.capes.gov.br/tutorial-sucupira/introducao_APlataformaSucupira.html 3 CAPEB - COORDENAÇÃO DE APERFEIÇOAMENTO DE PESSOAL DE NÍVEL SUPERIOR. Avaliação Quadrienal. Documentos de Área. Brasília: CAPEB. Disponível em <http://avaliacaoquadrienal.capes.gov.br/documentos-dearea> Acessado em 21/09/2019 4 Pesquisa realizada em Setembro/2019 no Portal de Periódicos da Capes (<http://www-periodicos-capes.gov.br.ez88.periodicos.capes.gov.br/>) 7 Em trabalho no qual discute a temática das avaliações no contexto escolar, Guassuna (2004) afirma que "a educação desempenha um papel estratégico no quadro do projeto neoliberal" (p.46). A Educação neoliberalista gere-se pela filosofia dos negócios, de tal modo que Educação deixa de ser um direito social e passa a ser regulada como mercadoria (idem). Nesse contexto, a autora destaca o papel da avaliação na Educação moldada pelo neoliberalismo: como esse sistema se baseia na ideologia meritocrática e da competição, a avaliação é um de seus maiores pilares. Com ela, torna-se possível a comparação, medição, estabelecimento de rankings e demais formas de competição. No contexto da pós-graduação brasileira, muitos são os trabalhos que apontam os efeitos nocivos desta prática competitiva no trabalho docente⁵ - o chamado "publique ou pereça"⁶. Contudo, outros sujeitos poderiam também ser afetados por esse funcionamento mercadológico da Educação, como os alunos e os funcionários? Esta pesquisa buscará refletir sobre essa pergunta e sobre os sentidos que carregam as possíveis respostas. Buscaremos investigar os sentidos da ciência pelo dizer daqueles que não fazem ciência, embora estejam tão próximos e tão afetados por ela. 1.1 - Fundamentação teórica: A perspectiva teórica na qual se insere essa pesquisa é a da Análise de Discurso, de linha francesa, cujo principal autor é Michel Pêcheux. No Brasil, o destaque se dá ao trabalho de Eni Orlandi. Dentro da história dos estudos da linguagem, a Análise de Discurso é bastante jovem. Surge na França, na década de 60, marcada pelo contexto epistemológico no qual se entrecruzam o Materialismo Histórico (renovado por Althusser), a

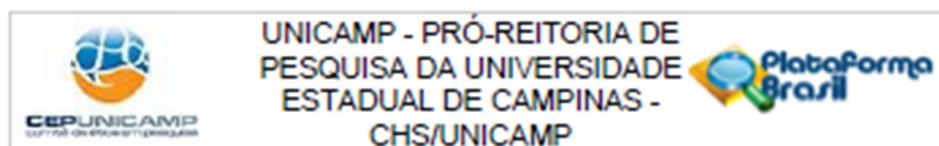
Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.
 Bairro: Cidade Universitária "Zelmaro Viça" CEP: 13.083-868
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-6836 E-mail: cepcha@unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.670.594

Linguística e a Psicanálise (na releitura de Lacan do trabalho de Freud). São dessas três bases teóricas que a Análise do Discurso constitui seu princípio norteador: de que a linguagem não é transparente. Assim, nessa perspectiva teórica, o texto se constitui por uma unidade de análise afetada pelas condições de produção, ele é a materialização do discurso e, de ac 8 discurso é efeito de sentidos entre locutores" (ORLANDI, 2017, p.42). "É no discurso que se pode apreender a relação entre linguagem e Ideologia, tendo a noção de sujeito como mediadora: não há discurso sem sujeito nem sujeito sem Ideologia. O efeito ideológico elementar é o que institui o sujeito (sempre já-is)" (ORLANDI, 1994, p.55). Dessa forma, o sentido não é inerente à palavra, mas fruto da formação discursiva na qual se insere e sempre afetado pelas condições de produção. Em sentido estrito, podemos entender que as condições de produção dizem respeito ao contexto de formulação do texto, ou seja, seu locutor, o ambiente no qual é produzido, o tempo. Porém, não se limita a isso. Quando falamos em condições de produção, englobamos também seu sentido mais amplo, social e historicamente construído. Como exemplo podemos citar a situação de fala de um professor em sala de aula. Estritamente, analisamos o ambiente escolar em questão, sua localização no tempo e no espaço. Em sentido mais amplo, teríamos de olhar a construção histórica da figura de professor dentro daquela cultura específica, seu papel em relação ao papel de aluno, entre outros fatores. Considerar as condições de produção de um texto consiste em "ultrapassar os elementos internos ao texto propriamente dito" (INDURSKI, 2006, p.66). Em outras palavras, as condições de produção de um texto são de natureza sócio-histórica (idem, p. 69). Quanto às formações discursivas, podemos entendê-las como "aquilo que numa formação ideológica dada - ou seja, a partir de uma posição dada em uma conjuntura sócio-histórica dada - determina o que pode e o que deve ser dito" (ORLANDI, 2015, p.41). As formações discursivas são a representação das formações ideológicas no discurso (idem). Assim, a Análise de Discurso busca fazer o caminho inverso da construção do sentido para chegar a ele: uma vez que formações ideológicas se materializam em formações discursivas que, por sua vez, constroem os sentidos em relação às condições de produção do sujeito, o trabalho do analista é identificar pelas formações discursivas quais seriam as formações ideológicas a que o sujeito é assujeitado e que produzem nele o sentido. Orlandi (1994, p.58), definindo do trabalho do analista de discurso destaca que a melhor maneira de se fazer isso é dizendo "que ele realiza um programa de compreensão do significar na medida em que, pela noção de discurso, podemos atingir os efeitos que se produzem na construção de diferentes gestos de leitura". Contudo, compreender a construção dos sentidos não depende somente de olhar para o que é dito: o dizer mantém sempre uma relação com o não-dizer. Para Orlandi (2015), o não-dito precisa fazer parte da análise. Nesse sentido, a autora

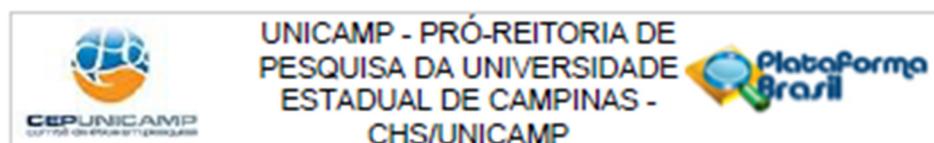
Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.
 Bairro: Cidade Universitária "Zelmaro Viçoz" CEP: 13.083-868
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-6236 E-mail: cepcha@unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.670.564

aponta duas diferentes formas de não-dizer: o pressuposto (implícito) e o subentendido. O primeiro é diretamente relacionado ao dito, já o segundo depende do contexto⁷. Indo mais além na questão do não-dito, Oriandi (2007), retrata dois tipos de silêncio. O primeiro deles, que ela chamou de silêncio fundante, ou silêncio fundador, é a fonte primeira do sentido (pág. 58), ou seja, sem ele, nada pode significar, sendo o silêncio a própria condição do sentido. Assim, o "silêncio do sentido torna presente não só a iminência do não-dito que se pode dizer mas o indizível da presença: do sujeito e do sentido" (pág. 70). Para Oriandi (idem), ainda, a linguagem é uma incessante passagem das palavras ao silêncio e do silêncio às palavras, de forma que, para a autora, é o silêncio quem garante a polissemia: "o sentido é múltiplo porque o silêncio é constitutivo" (pág. 70). A segunda forma de silêncio proposta por Oriandi diz respeito ao silenciamento, que ela chama de "uma política do silêncio" (pág. 72). Essa política do silêncio – segundo a qual "ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, mas indesejáveis" (pág. 73) subdivide-se em silêncio constitutivo e silêncio local. É pelo primeiro subtipo, o silêncio constitutivo, que se exclui os sentidos que se quer evitar, ou seja, "se diz x para não (deixar) de dizer y" (idem), uma vez que toda denominação apaga necessariamente outros sentidos possíveis, o que mostra que o dizer e o silenciamento são inseparáveis" (ibidem). Já o segundo subtipo, o silêncio local, é a mais visível das políticas do silêncio, a censura, ou seja "a interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas" (pág. 76). Para Oriandi (1984, p.16) "a incompletude é a condição da linguagem" e "se ao falar sempre afastamos sentidos não desejados, para compreender um discurso devemos perguntar sistematicamente o que ele cala" (2007, p. 152). Trazendo para nosso escopo de trabalho, podemos notar que a Plataforma Dicipra é uma tecnologia que está em constante aprimoramento desde a sua criação. De acordo com a Análise de Discurso, isso implica constante ressignificação dos seus sentidos, a cada novo movimento de formulação e circulação⁸, sendo esse último o que "sustenta a formulação dos dizeres no digital" (DIAS, 2018 p.33). Sobre isso, a autora acrescenta ainda que "dependendo 7 No exemplo da autora: "se digo 'Deixe de fumar', o pressuposto é que eu fumava antes (...) Mas o motivo, por exemplo, fica como subentendido" (Oriandi, 2015 p.80). 8 Em Oriandi (2012, p.9) temos que "os processos de produção do discurso implicam três movimentos igualmente relevantes: 1- Sua constituição, a partir da memória do dizer, fazendo intervir o contexto histórico-ideológico mais amplo; 2- Sua formulação, em condições de produção e circunstâncias de enunciação específicas e 3- Sua circulação, que se dá em certa conjuntura e segundo certas condições". 10 da maneira como circula e das condições de circulação de um objeto simbólico, ele vai produzir certos sentidos e não outros", bem como "o meio em que certos dizeres vão circular é

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.
 Bairro: Cidade Universitária "Zelmar Vix" CEP: 13.083-868
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-6235 E-mail: cepcha@unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.670.594

também determinante da sua formulação" (idem, p.185). Como dito anteriormente, o trabalho com a Plataforma Gucupira é, em grande parte dos casos, dividido entre secretário e coordenador de programa. Essa divisão, contudo, é bastante subjetiva: há programas em que o secretário atua de forma mais contundente que o coordenador, e há também a situação inversa. Dessa forma, é possível que observemos diferentes formações discursivas atuando conjuntamente e fornecendo sentidos distintos aos dados da Plataforma. Importante registrar que, embora ambos sujeitos atuem na Plataforma, o acesso a ela para inserção de dados acontece por meio do Portal do Coordenador do Programa, "tomando invisível o trabalho e a respectiva responsabilidade dos profissionais do secretariado", no dizer de GOAREZ (2018). Essa perspectiva da "invisibilidade" do secretário de programa nos leva a pensar sobre o silêncio local⁹, que "é a mais visível das políticas do silêncio", tendo como exemplo a censura e sua "interdição da inscrição do sujeito em formações discursivas determinadas" (Orlandi, 2007 p.76). Esta seria também uma das questões a serem discutidas nesta pesquisa. Queremos entender como se materializam os sentidos de ciência, avaliação e de pós-graduação, em meio às relações de trabalho.

Hipótese:

Quanto ao objetivo de reflexão sobre a avaliação dos programas de pós-graduação, nossa hipótese inicial é a de encontrarmos um sistema que coloca à margem os trabalhadores em ciência que não estão em sala de aula, como se eles não fizessem parte do processo de construção da ciência, por ocuparem posições técnicas ou administrativas. Essa hipótese formulamos com base nas pesquisas acadêmicas encontradas, dentre as quais pouquíssimas consideram a atuação secretário – ou ainda de outro trabalhador que não esteja compreendido no par professor-aluno - dentro deste contexto educacional e de produção de conhecimento. De qualquer modo, os sentidos não são possíveis de serem previstos. Em Análise de Discurso, acreditamos no acontecimento discursivo que faz de cada falar algo único.

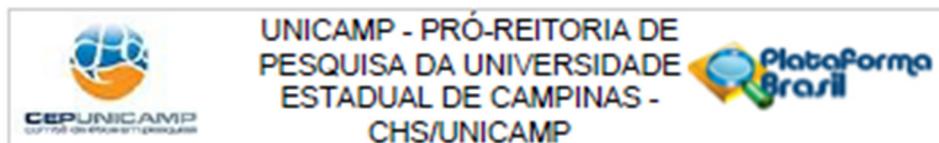
LOCAL DE REALIZAÇÃO DA PESQUISA:

A pesquisa será realizada dentro da Universidade Estadual de Campinas - UNICAMP.

POPULAÇÃO A SER ESTUDADA

Os sujeitos entrevistados serão secretários de programas de pós-graduação da Universidade Estadual de Campinas, independentemente de quaisquer fatores como faixa etária, sexo, raça,

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.
 Bairro: Cidade Universitária "Zefreino Vaz" CEP: 13.083-888
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-6836 E-mail: cepcha@unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.670.594

sua análise não são coisas separadas ou independentes entre si: "em grande medida, o corpus resulta de uma construção do próprio analista" (idem). Tendo assim estabelecido o corpus do trabalho - "recortes" das entrevistas - passaremos para a análise propriamente dita, que será realizada de acordo com as três etapas de que trata Orlandi (2015, p.76): começando pela passagem da superfície linguística para o discurso ("desfazendo a ilusão de que aquilo que foi dito só poderia tê-lo daquela maneira") indo, sem seguida, do objeto discursivo para a formação discursiva (lançando mão das paráfrases, sinonímias, etc) para, enfim, irmos do processo discursivo para a formação ideológica. Interessa-nos, enquanto analistas, os processos de constituição dos sujeitos e dos sentidos (idem, p.89).

Critério de inclusão:

Os sujeitos entrevistados serão os secretários de programas de pós-graduação que atuam na Universidade Estadual de Campinas, selecionados independentemente de faixa etária, sexo, raça, classe social, escolaridade ou qualquer outra característica pessoal, bastando apenas que o participante esteja de acordo em colaborar respondendo as perguntas e, para isso, assine o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Critério de exclusão:

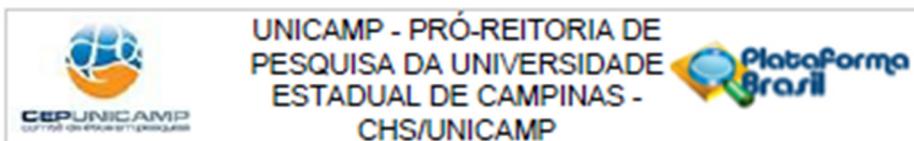
Contudo, coloca-se como critério de exclusão o tempo de atuação como secretário de pós-graduação: não serão entrevistados aqueles que estejam na função há menos de 1 ano. A exigência desse tempo mínimo ocorre em razão do formato do calendário escolar: comumente, a cada 1 ano, os procedimentos administrativos se repetem, de modo que o secretário que tenha atuado por tempo menor que este provavelmente não terá ainda vivenciado toda a rotina administrativa do programa de pós-graduação. Acreditando que esse desconhecimento do todo pode vir a ser um fator de impasse dentro do processo de entrevistas, optamos por excluir da pesquisa os secretários com menos de um ano de atuação na função.

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo geral:

O objetivo principal da pesquisa é refletir sobre a avaliação dos programas de pós-graduação realizada pela Capes, pelo olhar de quem operacionaliza grande parte deste processo, os secretários de programas. Queremos entender como se materializam os sentidos de ciência,

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.
 Bairro: Cidade Universitária "Zelândia Vaz" CEP: 13.083-868
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-6235 E-mail: cepcha@unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.670.594

avaliação e de pós-graduação, tecidos pelas relações de trabalho.

Objetivos específicos:

Num segundo momento, a pesquisa procurará também refletir sobre as relações de trabalho no ambiente acadêmico e sobre o papel dos sujeitos indiretamente envolvidos com Educação, ou seja, sujeitos que não pertencem ao par professor-aluno, porém, atuam diariamente no meio Educacional e no fazer da Ciência.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Segundo a pesquisadora "não há riscos previsíveis na execução deste projeto. É possível também que este estudo não traga quaisquer outros benefícios diretos aos secretários que serão entrevistados, além de proporcionar um momento de escuta e reflexão sobre a sua própria prática e a possibilidade de se colocar como sujeito-autor. Porém, os resultados obtidos poderão colaborar para a reflexão sobre o processo de avaliação da pós-graduação brasileira e sobre o papel dos sujeitos indiretamente envolvidos na Educação."

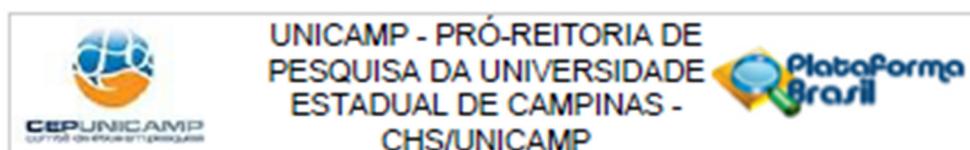
Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Este protocolo se refere ao Projeto de Pesquisa "SENTIDOS DA AVALIAÇÃO DA PÓS-GRADUAÇÃO BRASILEIRA E O DIZER DOS SECRETÁRIOS DE PROGRAMA" cuja pesquisadora responsável é Melissa Cristina Forato Souza com a colaboração do pesquisador participante Marcos Aurélio Barbal. A pesquisa foi enquadrada na Grande área 8 – Linguística, letras e Artes e embasará a pesquisa de mestrado da pesquisadora. A Instituição Proponente é o Laboratório de Estudos Avançados em Jornalismo (LABJORN), vinculado ao Instituto de Estudos da Linguagem (IEL) da Unicamp. Segundo as Informações Básicas do Projeto, a pesquisa será desenvolvida com recursos próprios (R\$110,00). O cronograma para coleta de dados apresentado compreende o período de 01/11/2019 a 30/11/2019.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

- 1 - Folha de Rosto Para Pesquisa Envolvendo Seres Humanos: devidamente preenchida e assinada;
- 2 - Projeto de Pesquisa: adequado;
- 3 - Orçamento financeiro e fontes de financiamento: adequado;
- 4 - Cronograma: adequado;
- 5 - Termo de Consentimento Livre e Esclarecido: adequado;
- 6 - Currículo do pesquisador principal e demais colaboradores: adequado;

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.
 Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz" CEP: 13.083-868
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-6235 E-mail: cepcha@unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.670.594

7 - Outros documentos que acompanham o Protocolo de Pesquisa: comprovante de vínculo, roteiro para entrevista e autorização da instituição.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

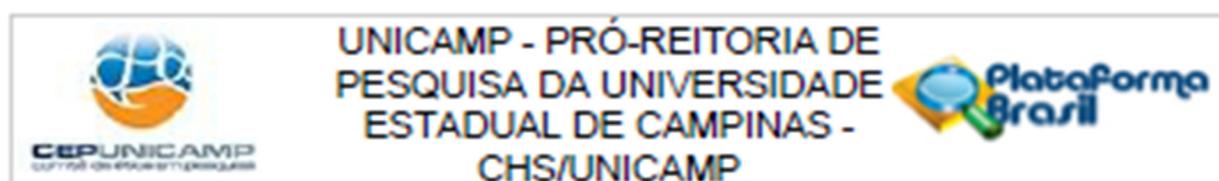
Este protocolo de pesquisa não apresenta óbices éticos. Contudo, antes do início da coleta de dados atender as indicações listadas abaixo para o TCLE:

1. Antes de entregar o TCLE aos participantes incluir o nome do orientador após o nome da pesquisadora responsável (antes do número do CAAE);
2. A página de número 1 necessita ser numerada e indicar o espaço para rubrica do pesquisador e do participante, conforme página 2 e 3;
3. Na seção responsabilidade do pesquisador suprimir a informação "pela CCNEP quando pertinente".

Considerações Finais a critério do CEP:

1. Vale lembrar que as pesquisas só podem ser iniciadas a partir da aprovação da pesquisa. Os cronogramas de geração/coleta de dados devem acompanhar os relatórios parcial e final de pesquisa;
2. Cabe enfatizar que, segundo a Resolução CND 510/16, Art.28 Inciso IV, o pesquisador é responsável por "(...) manter os dados da pesquisa em arquivo, físico ou digital, sob sua guarda e responsabilidade, por um período mínimo de 5 (cinco) anos após o término da pesquisa;
3. O participante da pesquisa tem a liberdade de recusar-se a participar ou de retirar seu consentimento em qualquer fase da pesquisa, sem penalização alguma e sem prejuízo ao seu cuidado (quando aplicável);
4. Eventuais modificações ou emendas ao protocolo devem ser apresentadas ao CEP de forma clara e sucinta, identificando a parte do protocolo a ser modificada e suas justificativas e aguardando a aprovação do CEP para continuidade da pesquisa;
5. Relatórios parciais e final devem ser apresentados ao CEP, inicialmente seis meses após a data deste parecer de aprovação e ao término do estudo;
6. Caso a pesquisa seja realizada ou dependa de dados a serem observados/coletados em uma instituição (ex. empresas, escolas, ONGs, entre outros), essa aprovação não dispensa a autorização dos responsáveis. Caso não conste no protocolo no momento desta aprovação, estas autorizações devem ser submetidas ao CEP em forma de notificação antes do início da pesquisa.

Endereço: Av. Bertand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.
 Bairro: Cidade Universitária "Zefreino Vaz" CEP: 13.083-868
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-6836 E-mail: cepcha@unicamp.br



Continuação do Parecer: 3.670.594

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_1447465.pdf	17/10/2019 14:22:28		Aceito
Folha de Rosto	folhaderostoIEL.pdf	17/10/2019 14:21:27	MELISSA CRISTINA FORATO SOUZA	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investidor	Projeto.pdf	03/10/2019 15:56:01	MELISSA CRISTINA FORATO SOUZA	Aceito
Outros	autorizacao.pdf	03/10/2019 15:55:21	MELISSA CRISTINA FORATO SOUZA	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	03/10/2019 15:53:37	MELISSA CRISTINA FORATO SOUZA	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

CAMPINAS, 30 de Outubro de 2019

Assinado por:
Sandra Fernandez Leite
(Coordenador(a))

Endereço: Av. Bertrand Russell, 801, 2º Piso, Bloco C, Sala 5, Campinas-SP, Brasil.
 Bairro: Cidade Universitária "Zeferino Vaz" CEP: 13.083-868
 UF: SP Município: CAMPINAS
 Telefone: (19)3521-6836 E-mail: cepcha@unicamp.br

ANEXO B - TRANSCRIÇÃO DAS ENTREVISTAS

Entrevista “Secretário A”

Tempo de atuação como secretário de Pós: 7 anos

Pesquisadora: Secretário A, como é o seu trabalho de secretariar um curso de pós-graduação? Como?

Secretário A: olha, eu acho que é um trabalho... é.... acredito que... extenso não seria a palavra, é.... como eu cuido de um curso muito grande, então são, são coisas repeti/ muito repetitivas que a gente tem que fazer várias vezes... mas é... assim, eu gosto do que eu faço, tenho uma certa organização, tenho uma certa rotina nas coisas que eu faço, mas acredito que é uma coisa... repetitiva e por ser um curso grande é um trabalho longo, assim... acho que é isso.

Pesquisadora: Entendi. E o que que você pensa sobre ter que trabalhar com a Sucupira?

Secretário A: É, na verdade, é... existe uma discussão meio que filosófica que quem deveria tratar com a Sucupira (som de inspiração, ininteligível) mas assim, nosso trabalho como secretário seria dar um suporte para as informações que são inseridas no sistema... não sei teoricamente se, se seria nossa obrigação inserir essas... atividades no sistema, porque teoricamente a gente usa a senha e CPF do coordenador do curso. Eu entendo que, assim, a tarefa de colocar no sistema poderia ser do coordenador do curso mas a tarefa do secretário seria dar um/uma base... para... inserção dessas informações, então, não sei se... (pausa) se é exatamente isso ou não mas o secretário deveria ter um acesso igual pra saber que informações deveria apresentar também porque, assim, “ah vamo deixar o coordenador fazer”, às vezes essas informação pode se distorcer (ininteligível) que o coordenador vai pedir pro secretário, se o secretário tiver, como o secretário tem a senha, ele sabe exatamente o que tem que colocar lá no sistema, então essas informações acho que ficam mais tranquilo, assim.

Pesquisadora: E qual a sua opinião sobre a Sucupira como instrumento de avaliação?

Secretário A: Da forma que é hoje, é... mais uma plata/uma plataforma de inserção de dados, de... é como se fosse uma coleta de dados... (pausa) a partir daquilo, o uso que é feito pra avaliação, você pode ter instrumentos bons e instrumentos ruins, mas isso é uma, eu vejo como uma.... Uma etapa posterior, o sistema Sucupira eu... eu vejo como um banco de dados, por exemplo, e uma questão de publicidade mesmo, porque como a Capes investe dinheiro na... nas.... Unidades de ensino pelo Brasil inteiro, é como se fosse uma prestação de contas do que tá sendo feito com dinheiro público que é investido, eu vejo dessa forma, é um banco de dados, um grande banco de dados pra você ver o que tá acontecendo (pausa) mesmo que essas informações, teoricamente, o coordenador que tem a responsabilidade de inserir, seja uma coisa... (pausa) não vou dizer confiável, mas uma coisa que eu posso escrever o que eu quiser lá (pausa) eu posso colocar um projeto, num preciso comprovar que esse projeto existe pra colocar lá (pausa), posso inserir qualquer coisa que eu quiser, mas é uma certa, dá uma certa transparência de onde que o dinheiro tá sendo utilizado, mas eu vejo o Sucupira mais como um banco/um grande banco de dados, o uso que eu vou fazer desse banco e como eu vou avaliar os cursos (ininteligível) nos dados que eu tenho já é outra questão.

Pesquisadora: Entendi. Você recebeu alguma orientação sobre como operar com a plataforma Sucupira?

Secretário A: orientação... da Capes, eu acho que nenhuma... é que assim, como eu trabalhava já antes da implantação do sistema Sucupira, eu vi uma grande vantagem em ter o sistema porque foi, é, foi uma melhora muito grande do sistema que existia antes, mas um treinamento oficial da Capes “não, vamos preencher desse jeito assim, assim” não teve nenhum, a gente meio que foi entrando no sistema e descobrindo os atalhos assim... até... a gente participa de alguns seminários durante, todo ano tem o seminário e... teoricamente, são, existem alguns cursos, mas é a gente que acaba dando muita informação pra quem tá

ministrando essas palestras... pelo *know-hall* que a gente tem de entrar e ficar fuçando e procurando as coisas.

Pesquisadora: Entendi. E quanto ao trabalho de secretário mesmo, não só com a Sucupira, você recebeu ou recebe algum tipo de treinamento?

Secretário A: também não, a gente tem uma certa autonomia, assim, de fazer as coisas mas assim, eu particularmente procuro saber porque que eu faço algumas coisas, quando eu entrei na secretaria foi “não, você tem que fazer isso, tem que fazer aquilo, a gente faz assim, mas, ao longo do tempo, a gente acaba tendo uma certa autonomia pra mudar alguns procedimentos... você tem a orientação de como é a regra geral, de, do objetivo que você tem que chegar, mas não exatamente o caminho assim, a gente, teori..., foi passado o caminho que já era feito mas você tem autonomia de poder mudar esse caminho... dependendo das especificidades do programa.

Pesquisadora: E voltando um pouquinho na Sucupira, o seu trabalho como secretário, ele é citado/incluído em algum momento na plataforma?

Secretário A: trabalho como secretário... de forma, assim, nominal que foi eu que fiz, não, mas assim, a gente vê algumas, inclusive na avaliação do programa veio uma nota dizendo que o/a plataforma estava... bem preenchida, conforme as... lógico que a gente sabe que é a gente que fez, então a gente vê aquilo como elogio, mas não tem citando “ah parabéns ao secretário que preencheu” (risos discretos) isso não existe (risos discretos).

Pesquisadora: O que você pensa sobre o mecanismo da Capes de avaliação da pós-graduação brasileira? Sobre o mecanismo “todo” da avaliação?

Secretário A: É... eu acho que tudo esbarra um pouco na questão financeira né... que existe o ranqueamento e... assim, eu acho que a questão da divisão financeira é mais uma questão política do que por mérito mesmo... porque o programa que eu trabalho, por exemplo, atingiu todas as metas, mas não foi, não foi... eleito como um programa de excelência por uma questão política... então

vamos dizer que tudo esbarraria no dinheiro... se, lógico, se tiver dinheiro pra todo mundo... facilitaria um pouco essa questão, mas é... assim, sempre tem a questão política por trás de quem está à frente da coisa... então a gente tem que entender um pouco esses detalhes que estão colocados como critérios de avaliação... lógico que existiriam outras formas muito melhores de você avaliar a pós-graduação mas esse método não é de todo ruim, ele tem umas falhas que a gente tem que consertar e algumas questões um pouco complicadas mas... não é de todo ruim.

Pesquisadora: Pra você, sua opinião, o que seria um curso de pós-graduação de excelência?

Secretário A: É então, aí volta na questão anterior né... (risos). Tudo envolve uma questão política da/de momento, por exemplo, atualmente, o programa de excelência é o programa que tem internacionalização, que os docentes produzem e publicam em x papers por ano, não sei se exatamente esses critérios que... vão... dizer se o programa é de excelência ou não mas, as vezes eu posso ter um programa que seja muito bom, forme um aluno muito bom e o... orientador não necessariamente pode publicar vinte papers por ano, ele pode publicar dois, por exemplo e não sei, ao invés de publicar um paper, ele publica um livro, não sei... então acho que... a avaliação deveria ser mais voltada à formação do aluno, ao... à... qualidade das teses e... visando o aluno. Professor, lógico, tem que ser contado, porque, teoricamente, se você tem um professor bom o (ininteligível) vai ser bom mas o peso que tem o professor deveria ser muito menor do que é hoje... você deveria focar muito mais na qualidade do aluno e não do professor, e hoje é o contrário... sim, mudou um pouco mas deveria mudar muito mais (inteligível) assim, o pessoal já começou a ver... essa questão de que você tem que olhar mais o egresso, olhar mais os alunos, mas isso não está muito bem estabelecido, assim, acho que a mudança deveria ser muito mais radical.

Entrevista “Secretário B”

Tempo de atuação como secretário de Pós: 5 anos

Pesquisadora: Secretário B, me conta, como é seu trabalho de secretariar um curso de pós?

Secretário B: É... não é um trabalho tão puxado mas tem suas complexibilidade né complexidade... Por que a gente lida tanto com os problemas, demanda de estudantes né, que, nesse sentido eu acho que para gente que também estuda acaba ajudando né, por exemplo, a entender melhor o sistema, a orientar, entender né... no que que a gente pode ajudar os alunos e tal... e a partir de docente né, que é sempre mais complicado né, porque a demanda, os tempos, os... as dinâmicas do docente é outra né, às vezes são questões de urgência, também são as vezes em curto prazo tem que resolver coisas mas eu gosto do trabalho principalmente por ser um estudante de pós e por estar em contato com a questão da pesquisa de ensino e pesquisa então mesmo que não seja na minha área, você consegue se interagir em alguns assuntos você tá sempre lidando com as questões não só da burocracia mas também da prática de ciência né... eu acho que isso é legal de se lidar com trabalhos, com dissertações, teses, acaba sendo proveitoso mesmo que não seja especificamente nossa área de formação mas estar em contato te deixar mais tempo ali próximo desse ambiente de estudo, de pesquisa então é que eu acho que é uma parte boa.

Pesquisadora: E quanto a plataforma Sucupira? O que você pensa sobre ter que trabalhar com ela?

Secretário B: É.. ah... essa é a parte mais puxada né, Toda (ininteligível) tem um determinado período do ano em que a gente se dedica quase que 100% a transportar lá para plataforma tudo que há de produção do programa. Eu entendo a dinâmica da plataforma, consigo, acho que, (**minuto 2.19**) imaginar né a funcionalidade dela, eu acho que tem ferramentas que são simples, que devem fazer, devem extrair, né, de forma, eu acho que mais quantitativa pro pessoal, dados que eles precisam... é... é complicado, é trabalhoso, cada ano que passa eu acho que a Capes também ela quer um maior refinamento, quer um o maior volume de dados mas daí não é só questão da plataforma, mas como eles entendem avaliação da área. Pra gente, tem as complicações que a gente faz um trabalho de... de... detetive, na verdade, né... existe uma questão que para tudo que (ininteligível)... de

peças que você vai colocar você tem que saber o CPF, então acaba aqui pra chegar nesse CPF a gente faz um trabalho de detetive gigante pra conseguir inserir as produções, eu acho que poderia ter um sistema de integração mais simples com o Lattes... mesmo que eles tentam, estão tentando aperfeiçoar mas ainda é... a gente tem um esforço grande para encontrar pessoas, tal... Então não sei como eles vão fazer isso ao longo dos anos mas eu acho que é um trabalho penoso, às vezes, volume de informações que a gente tem que inserir, principalmente em relativo à pessoas, né... E aí a gente depende muito da **(minuto 3:37)**contribuição/ da colaboração dos docentes e nem sempre a gente tem e, teoricamente, a plataforma não era nem para gente acessar né, o próprio login, a identificação é do coordenador, então seria uma demanda, um atributo, do cargo de coordenador de programa, não do secretário, então... porque a Capes confia no, né... no coordenador... você vê a relevância que tem a secretária... se ele errar a culpa é dele mas de resto é como o coordenador tivesse feito, é... uma demanda que talvez do jeito que foi pensada a plataforma, é... pra um coordenador de programa né, até porque ele deveria é... saber essas informações, sistematizar, caberia a cargo dele né de fazer isso mas, a gente sabe que, é... não só aqui mas todos os programas acredito, quase 100%, o volume bruto de informação quem insere é um secretário ou um profissional contratado, mas tem muitos institutos que tem um profissional só para isso então, uma época do ano, no IFCH tem um... porque também é uma... são um número razoável de programas também né, no IFCH, das ciências humanas então eles tem um profissional que cuida de todos imagina o que é assim, cara deve sofrer com ela (rs) porque a gente com só a gente já passa alguns meses aí, pra conseguir dar conta né...

Pesquisadora: E como instrumento de avaliação, como você vê a Sucupira?

Secretário B: Então... para mim a questão por exemplo não tá nem no... assim como eu entendo a questão de avaliação, de ciência, pra mim a ferramenta, a plataforma como ela foi pensada obviamente ela tende a um... vamos ver, a um entender de como que é, como você poderia avaliar, né... Por exemplo, um determinado... sei lá, uma determinada área do conhecimento, praticamente é... E aí não é problema da plataforma, eu acho que começa com o que é/ com a Capes

como instrumento de regulador e de avaliação entende do que é a produção científica, então, a gente sabe que, para nossas áreas de Ciências... é... da Saúde né, é... Ciências Médicas, a avaliação se dá praticamente, estri/ em termos de produção acadêmica de periódico né, então programas como o programa que eu trabalho que é a (nome do programa) o peso maior em termos métricos e quantitativos de produção e qualis de produção de periódico, então, se realmente avalia, se realmente... é... se isso dá conta de entender os problemas e as/e as contribuições do que é o programa de pós eu não sei, eu sinceramente, ao meu... ou finalmente, pessoalmente, acho que é um método, um jeito, de avaliar que... não avalia né, e na verdade você tem um problema que você pauta praticamente toda a funcionalidade de um programa, ou de uma área do conhecimento em... é... focado na comunicação em termos de publicação, então, hoje um aluno, sei lá, todas as métricas tem que estar publicado, tal, entendo a divulgação e a comunicação entre os pares né, de você expor seu trabalho uma vez que... agora a gente sabe que as revistas também tem particularidades, não é simplesmente você enviar um trabalho tá, então, por exemplo, eu acho que, no geral têm áreas que são mais favorecidas, têm áreas que têm uma maior facilidade de/de/de comunicar trabalhos até por/por jeito, por, o próprio método né, da/do que é essa área, por exemplo na saúde e você publica muito porque você ou desenvolve novas, não sei... farmacos ou novas técnicas, ou... a gente que sabe de ciências humanas é... primeiro que... muitas áreas não têm revistas de grande impacto nacional então não tem uma variedade tão grande de revistas, então acho que focar no quesito publicação né... eu acho que é a plataforma, ela é voltada um pouco para isso né, pelo menos do jeito que eles utilizam os dados que a gente insere e creio que é praticamente o webqualis né até o webqualis que é cria da Capes, a ferramenta ela... é e o que nos toma trabalho realmente é a inserção de publicação e quanto mais, melhor, a gente sabe que quanto menos escapar e mais a gente conseguir colocar de trabalho, de publicação, isso é o mais importante pra eles né, então, eu não, eu não acho que a plataforma, ferramenta, que eu acho que eles criaram para dar conta de avaliar um número gigante, hoje a Capes também carece de profissionais, isso é... ele ... em qualquer encontro né... é dito isso porque quem a gente sabe como é que tá... é... como é que essas instituições estão/estão trabalhando agora, então, assim, você tem um/regula toda pós-graduação no Brasil no ensino superior então às vezes eu imagino que aquela plataforma ferramenta para extrair tabela, eu creio, não sei

como eles avaliam, como eles pegam mas imagino que seja um... várias... monte de tabela com dados quantitativos alguma coisa qualitativa assim não vai vai ser muito diferente do que o seu trabalho fazendo que você tem de avaliar mas qualitativa imagine pelo tempo... pela... objetividade da coisa eu acho que ferramenta deve ser para simplificar, pra tentar sistematizar o maior número de dados em termos numéricos, eu acho, de produção, pra eles poderem avaliar... Então, sei lá, se/como é que você avalia uma ciência apenas no/focando nos produtos gerados né, em termos de publicação né, porque tem outras, vamos dizer, outros resultados né, do/do fazer ciência mas, pra ir, pra Capes, eu acho que, até por/devem ser cobrados pra isso né...

Pesquisadora: E quando você começou a trabalhar na Secretaria do (nome do programa), você soube que você ia trabalhar preenchendo a plataforma Sucupira, você recebeu algum tipo de orientação, treinamento, workshop, alguma coisa que te ensinasse a trabalhar com essa ferramenta?

Secretário B: Não.. na verdade eu entrei no mês de maio né, geralmente o calendário pro preenchimento... é óbvio, a plataforma fica disponível o ano inteiro mas culturalmente até por questões de calendário mesmo é muito comum que os docen/que as publicações saiam no meio do ano ou no final do ano, né, sai um volume maior, então, realmente, no ano que eu entrei, em 2015, ainda houve uma... como o quadriênio encerrava em 2016, naquele ano abriram a plataforma pra corrigir dados dos anos anteriores, então logo no meu primeiro ano, também, ficou aberto pra gente corrigir dados inseridos relativos a 2013/2014, então quase que eu.... na verdade a gente fez, naquele ano a gente fez três anos, né, e era a primeira vez que eu tava... é... usando a plataforma e não tive nenhum treinamento, apenas a orientação de colegas né, levantando dúvidas e sendo orientado quanto às dúvidas mas a universidade em si não faz parte de um projeto, um programa de treinamento específico voltado pra a gente ou pro profissional que vai fazer isso. Poderia ter, obviamente, alguém, dentre a integração, quando você, talvez ingressa no trabalho, que tivesse um... talvez um dia dessa conta, ou dois, de mostrar a plataforma, de fazer alguns ensaios, tal... isso a gente vai aprendendo com a prática eu acho que, lógico, os colegas que já são mais experientes sempre ajuda então tirando dúvida mas não tive nenhum treinamento formal

Pesquisadora: E com relação às outras atividades de secretaria? Existiu algum tipo de treinamento?

Secretário B: Pra algumas sim, pra outras/pras outras acho que só... é... justamente com a prática e para algumas específicas sim, eu acho que, ahh, a universidade faz algum tipo de treinamento, geralmente pra uso de sistemas né, então, quando atualiza algum sistema, seja da diretoria acadêmica, ou sistemas de/integrados, de...de... financeiro e de outras/de outros setores a gente já recebeu alguns treinamentos formais, mas, creio que o gro/a maior parte das tarefas são desenvolvidas no dia a dia.

Pesquisadora: O seu trabalho, como secretário, ele é incluído em algum momento, em algum espaço, na plataforma Sucupira?

Secretário B: Hum.. não... meu nome creio que nem consta lá, acho que ninguém sabe, se for só olhar a plataforma o “Secretário B” não existe, não há nenhum campo, não há nada que possa me identificar ou... me ligar a alguma atividade ou a algum dado que foi preenchido ou...uma... por isso é até uma coisa... não sei se antiético mas, talvez não tenha muita lógica, a gente fazer com o login de um terceiro né... login do coordenador, porque a gente tá né... qualquer coisa se...se... se... se insere alguma coisa que pode ser incorreta ou antiético, quem vai responder é o coordenador, pro secretário, praticamente ele/pras plataforma ele não existe, não tem como identificar nenhum secretário, ele é um profissional que... não é invisível em termos da plataforma é como se num... num existisse, é como se o coordenador tivesse... é uma ferramenta voltada para coordenadores de programa, não... o secretário num... num tá desenhado nenhum momento ali na plataforma.

Pesquisadora: O que você pensa sobre o mecanismo de avaliação da Capes, de uma forma geral, não somente em relação à plataforma?

Secretário B: Nossa, tem bastante coisa, é que eu to pouco inspirado viu, mas... (risos) É...isso porque, até... são coisas que... num... também, acaba sendo um objeto de estudo né, História e Filosofia da Ciência e tal... isso tem a ver com o

que a ciência representa né, o que que pode ser entendido do que é o fazer ciência, eu acho que eu bato muito nessa tecla né, do que é fazer ciência... porque, eu acho que a Capes, como instituição né, governamental, como instituição já/de/de regulamentadora da pós-graduação no ensino superior, é... segue, não sei, direções que... levam, exclusivamente, em termos aqui pelo menos do que eu conheço, do nosso trabalho, estritamente quantitativo, métricas em cima de produções e aqui teria que discutir até o que que é um fator de impacto de uma revista, como é feito, isso se você ler alguns artigos sobre... é uma questão subjetiva o que é um fator de impacto, o que que é... como se aquilo ali fosse realmente responder o que tá/o que tá sendo feito né, no/no/no/na área de conhecimento, então, eu acho que a Capes... aí tem questões de... até de funcionamento estrutural da instituição Capes, porque... obviamente lida com recursos, com verbas, isso tem que ser distribuído de certa maneira... você tem, acredito, cada vez mais programas de pós-graduação, crescendo né, sendo criados, não sei agora nos próximos anos mas acredito que o volume aumentou e você tem que ter algum/algum jeito de/de avaliar, de lidar, de distribuir essa verba, distribuir... é...então, eu, eu, sinceramente, eu conheço mais a fundo até por fato da gente trabalhar aqui como que é feita a análise da Capes, a avaliação da Capes nos termos da Medicina I, II e III., né... dessa... na minha própria área de conhecimento eu não sei como é feito na área de Educação, tal, acredito que a ferra/que/que o preenchimento da plataforma, embora tenha o mesmo layout, tenha pesos diferentes pro/pros dados que são inseridos, então... mas pensando na Medicina que... é...eu acho que a Capes não avalia de fato, né... ou pelo menos num... num tenta resolver os problemas que tem né na/ na área assim, porque, você focar só no fim, é muito difícil, avaliar de fato que que tá acontecendo lá no início, ou no desenvolver, né... acho que o/a avaliação da Capes é fim, é avaliação fim, do que se extrai de/de produção de um grupo de pesquisadores, assim... dificilmente ela tem conhecimento sobre o desenvolver do programa... ou né... coisas mais rotineiras... até mesmo questões assim de/de desenvolvimento de linha de pesquisa, isso tudo a gente informa lá mas, não sei se daria conta também de uma instituição, do jeito que é montado, não sei se... acho que é mais... as coisas teriam que ser assim mais subjetivas assim, é... lida com um assunto muito, pra mim, sensível... avaliação da ciência, um... eu não sei se, eu não sei sinceramente nas nossas áreas de humanas como é que é, mas visto o exemplo da Medicina, eu... bato que é só fo/... é... isso é questão de discurso às vezes, de

orgulho... né... um... (ininteligível) encontros nacional, muitos... é comum você ver coordenador, já vi mais de uma vez, dizendo “olha, nós somos a área do conhecimento com mais produções em termos de impacto, tal” então... isso tem um... tem um/uma outra consequência né, que também, se você usa essa mesma métrica pra distribuição de recursos, distribuição de oportunidades, obviamente, tem uma área do conhecimento que tá mais favorecida, que vai conseguir entrar, tende, pensando nesse sentido, de se desenvolver melhor, né, não sei se a relação de fato acontece, mas... então acho que, por exemplo, que a gente conhece mais, que é da Medicina é uma avaliação de fim, de produção, do fim do caminho, assim, é o que se extrai em termos de... de produção de periódico, não sei se...

Pesquisadora: Última pergunta: pra você, Secretário B, o que que é um curso de pós-graduação de excelência? Pra você, o que seria uma pós-graduação que mereceria o 7?

Secretário B: O 7... Pois é né, de acordo com a Capes é... eles são bem específico nisso, né... tem que ter tantos pontos, até a produção do docente é bem... eu acho que um programa ideal, porque aí, tem essa questão da nota, acho que devem ter programas ideais aí, distribuídos em várias notas né... acho que o programa tem que tá inserido ali, primeiro no contexto, seja social, ou geográfico, da/do do local assim, o tipo de produção, o tipo de instituição que ele tá vinculado... então vai mudar muito de/de local pra local né... eu acho que tem que tá inserido ali na... né... nas demandas, nos problemas, e também nas oportunidades que tem, é... ao redor... eu acho que o programa tem que dar resposta, o... o tipo de ciência que tá sendo feito ali tem que tá integrado com/ com a realidade ali, das pessoas, assim... isso não é que você vá fazer só pesquisa aplicada, só pesquisa prática e tal... mas eu acho que, não sei é difícil, é uma pergunta difícil, acho que, realmente, eu não... teria que... pensar assim, que que... e listar algumas coisas assim, pra... eu não focaria no/ por exemplo, no/no resultado de produções né... eu acho que/acho que a proposta do programa tem que ser uma coisa muito bem clara, assim, muito bem... é... fácil de entender né... qual que é a proposta nos termos do documento lá da do/do do que a gente preenche, mas a proposta em termos de/de programa, programático, assim, que que esse programa de pós-graduação intenta atuar dessa maneira, tal... e aí eu acho que ser/tem que ser um bom/um bom

programa, uma boa proposta, tem que cumprir, se fazer cumprir e... eu acho que tem que ser plural, acho que quanto mais plural em termos de corpo docente, de... é... de tudo assim, pluralidade, seja de gênero, de... de... de idades, de tipo de pesquisador, eu acho que tudo, pluralidade, eu acho que... pra ciência é fundamental você ter... é... diversidade, é, eu acho que um programa plural, diverso e que/que seja inserido ali na... na realidade social, né... geográfica, dum/dum contexto ali, território e... ter uma boa, uma boa proposta programática né... num sei se... é, teria que... é uma pergunta difícil até, que... eu sei que num é casado com o que a Capes eu acho que entende como ideal, melhor, que são/isso é uma coisa das notas né, a gente tá falando de tudo isso porque... o tanto de produção que você gera vai te/também, te deixar ranqueado numa certa posição e/prá tudo né, mais uma vez em termos de recurso, de oportunidades, de estrutura né... humm... não sei como/não sei se resolve, acho que a Capes já tem mudado bastante a/acho que antes também era diferente, eu não sei o caminho que vá seguir, mas... eu não pautaria por aí, né... porque eu acho que deve ter programas ótimos que são... é... avaliados com notas inferiores né, inclusive, o tempo de programa também eu acho que ajuda ele a se/a se aperfeiçoar né... eu acho que é difícil um programa com 10...5 anos, atingir né, níveis assim de... eu acho que assim, em termos de qualidade é... gerais, assim o/a vida longa do programa eu acho que também é... beneficia esse programa a... (inteligível) é.. é... acho que o tempo de programa é bem importante pra se aperfeiçoar, pra entender as... do que se/o que se errou no caminho, do que é válido do que não é... então eu acho que programas novos, por exemplo, tem uma dificuldade enorme de se manter onde... de/de progredir em termos de... das métricas da Capes e aí você acaba que aborta assim, uma coisa no meio do caminho né, como tem muitos programas de humanas onde/ou no nordeste por exemplo, programas novos de universidade também recentes né, então tem/teve algumas universidades federais criadas nos últimos dez anos é óbvio que elas não/com certeza algumas vão ter mas é muito comum que essas universidades não tenham programas assim tão... estabelecidos né e é ali que eu acho que a Capes deveria ter programas de fomento voltadas pro/prá programas jovens, vamos dizer, mas, com o jeito da avaliação pautada nisso é... tudo bem, você tem 4 anos pra não ser avaliado e depois você já tem uma primeira avaliação... então, dependendo de todo contexto, seja político, social e mesmo... ah... científico de uma/de uma região, de uma instituição, dificilmente em quatro anos o programa vá/vá vá se desenvolver

tão bem ou... vai precisar de mais tempo e eu acho que a Capes, atuando dessa maneira de avaliar produções e métricas, acaba que... pode prejudicar coisas que... vamos dizer... é... teriam futuro interessante mas, muitas vezes, por questões práticas né, de tudo, de orçamento e até político, estrutural, você deve interromper diversos programas né, e aí... eu acho que é bom programas... como eu disse, docentes jovens, junto com os mais experientes, eu acho que a prioridade/não sei se a Capes... como que ela lida com isso...principalmente os programas mais jovens, eu acho que, acabam saindo perdendo nessa, eu acho que tem que se esforçar muito pra atingir uma métrica que é muito difícil... no caso do Brasil, que é muito grande, né... tem muita coisa/é muita/tem muitos "brasis", né... então é diferente avaliar um programa aqui do sudeste/isto eles sabem porque isso os dados podem mostrar pra eles... eu acho que tem que ter avaliação, mais de uma avaliação, avaliação e avaliações... e avaliação é sempre uma coisa que... a gente sabe, a gente passa a vida inteira e será que a gente foi avaliado, do que... sempre que a gente teve... produção de conhecimento, será que as avaliações que nos deram... né.. não sei... que nos fizeram... é...fixar conhecimento, ou... então avaliação é sempre problemático né... muitos... talvez... muitas áreas não merecem nem ter avaliação né... não em termos de merecimento, mas... num se no que que a avaliação pode dar resposta, essa é a verdade... humm... eu acho que tem que saber as perguntas pra saber que resposta você quer né, eu acho que a pergunta que a Capes faz é uma, talvez ela busque/tenha uma resposta que é "olha, o que que esses programas estão criando", agora, talvez outras perguntas deveriam ser feitas, mas... não sei como que a gente faz pra ... acho que cada área que se empenhe aí de...é... de brigar né, porque, são muitas perguntas que devem ser feitas né, não se se eles fazem, acho que tem uma principal, que é "o que que esses programas estão produzindo?" Acho que é/acaba aí a avaliação, pra mim, genericamente falando né, acho que a pergunta principal da Capes é essa, aí você vai ter uma resposta, acho que aí a plataforma também pode ser usada pra adquirir essa resposta específica né... são poucas perguntas, né, se você pensar nas fichas de avaliações, tudo... as perguntas são poucas assim né... e agora, pro ano que vem, ainda teve mudança, então são (ininteligível) são vai...é... vinte itens, nem isso, quinze né... com três eixos temáticos ali, com... cada área distribui o peso de um jeito mas acho que a pergunta não é/são perguntas simples e diretas que a Capes faz e não sei se dá

conta do... do universo que é um... grupo de pesquisadores ou uma área de conhecimento, acho que... num sei nem se/se daria... se faz sentido, assim, não sei.

Entrevista “Secretário C”

Tempo de atuação como secretário de Pós: 22 anos

Pesquisadora: Secretário C, descreve pra mim, como é seu trabalho de secretariar um curso de pós? Como é?

Secretário C: Risos

Pesquisadora: No seu modo de ver...

Secretário C: Como é... secretariar...

Pesquisadora: É, como é fazer isso?

Secretário C: Como que eu posso responder isso?...

Pesquisadora: Como você vê...

Secretário C: ahhh... eu vejo que é um pouco burocrático, um pouco não, bastante... tem muitas atividades com prazos curtos, várias atividades no mesmo período... e... o que melhora um pouco aí é algumas coisas que tá informatizado... mas mesmo assim não deixa de ser trabalhoso... Respondi, será? (risos).

Pesquisadora: Claro. Mas se quiser acrescentar, fica à vontade qualquer hora.

Secretário C: Tá...

Pesquisadora: Ahh... O que você pensa sobre trabalhar com a Sucupira?

Secretário C: (Risos) É o terror, né?

Pesquisadora: Qual a sua opinião sobre a Sucupira como instrumento de avaliação?

Secretário C: Avaliação onde?

Pesquisadora: É ela que serve pra avaliar o programa, né?

Secretário C: Ah, sim...

Pesquisadora: Como que você vê a Sucupira com relação a isso e como que é, pra você, trabalhar com a Sucupira?

Secretário C: Então, eu sou dum tempo que o... a... Sucu/num era Sucupira né? Era o antigo Coleta DataCapes, que era instalado no computador, que o pessoal da pró-reitora vinha, da pós, instalava, e você só usava naquele computador...e... daí, não tinha como outras pessoas usarem ao mesmo tempo, porque tinha que fazer/exportar o arquivo e usar em outro computador... porque num era online. Então... isso era um pouco ruim, né? Mas os termos de pegar os dados são os mes/ parecidos de agora, que é online, a plataforma online, a diferença é que agora você tem que ter o CPF pra... tudo né? Você vai fazer tem que ser com o CPF da pessoa e antes não precisava é como é online... em termos assim, de...preenchimento, você tem que ter armazenando os dados pra poder completar né, porque se você não tiver os dados armazenado a hora que você vai inserir, aí fica um pouco ruim... e... uma coisa que melhorou aí... da plataforma que é online fica melhor pra você apenas usar com acesso à internet e... e que daí o preenchimento era contínuo.

Pesquisadora: Oi? Desculpa, não entendi.

Secretário C: Preenchimento contínuo...

Pesquisadora: Ah, entendi.

Secretário C: Porque antes, quando você fazia a “interface” do SIPEX, você não podia fazer contínuo, perdia todos os dados... Então você esperava o prazo da SIPEX liberar, aí você só tinha uns três meses, que é o prazo que eles dão hoje... e agora como a gente não usa mais SIPEX, então você pode ir preenchendo aí, ficou legal, mas... qual a outra que você perguntou? É do... em relação ao conceito? Não sei fazer essa avaliação, Melissa...

Pesquisadora: Você não tem uma opinião a respeito, sobre a Sucupira como ferramenta de avaliação?

Secretário C: (Sinal de não com a cabeça)

Pesquisadora: Não? Beleza. Outra pergunta: você recebeu alguma orientação sobre como operar a plataforma Sucupira? Porque você... Você falou pra mim que você pegou outra ferramenta né...

Secretário C: Lá de trás. né...

Pesquisadora: E aí quando passou a Sucupira?

Secretário C: Quando passou online, né?

Pesquisadora: É...

Secretário C: Online... Ah num me lembro não... Não, teve uma vez num Encontro de Pós que eu fui mas acho que é de Porto de Galinhas... eles mostrou o que a gente já sabia... (risos) então não aprendi nada de novo... e uma vez a (nome de ex-colega de trabalho) que deu aqui... uma aulinha aí pra gente mas também... que era da (nome do programa) né...

Pesquisadora: Ah, tá...

Secretário C: Ela mostrou o que ela sabia lá mas também não era novidade, então, eu acho que foi na raça mesmo, não me lembro de ninguém que.../ensinar nada não, pelo menos não lembro.

Pesquisadora: E com relação à secretaria, mesmo? Você lembra de, nesse período todo, ter recebido algum tipo de treinamento?

Secretário C: Você tá falando do trabalho, diário? (risos)

Pesquisadora: Isso...

Secretário C: “Mai” quê, fia!

(Ambos riem)

Secretário C: Olha Melissa... deixa eu pensar, lá trás... quando eu cheguei, na Pós... quem tava cuidando da Pós era... eu lembro que a parte de defesa era a (nome da ex-funcionária), só que também o programa só tinha duas áreas de concentração, né, era um ovinho né...

Pesquisadora: Pequeninho...

Secretário C: Num tinha um Departamento né, era só uma pós... eu lembro que ela me ensinou essa parte de defesa... e... (outro nome) era ATD, mas ela não ensinava essas coisas ... pegou, hein, Melissa? Eu lembro das defesas, agora, matrícula... num lembro se alguém me ensinou coisa de matrícula... ingresso de aluno... não lembro porque faz tempo...

Pesquisadora: Mas alguma coisa mais formal, não teve?

Secretário C: Não, formal nunca teve.

Pesquisadora: Não?

Secretário C: Nunca teve nada formal.

Pesquisadora: Agora vou te fazer uma pergunta um pouquinho mais específica: dentro do.../da plataforma, da Sucupira, quando você envia o relatório, o seu trabalho de secretaria, ele tá contemplado em algum campo da plataforma? É falado sobre o que a secretaria faz em algum momento no relatório?

Secretário C: No relatório... Hummm... não.

Pesquisadora: Nenhum?

Secretário C: Não.

Pesquisadora: Aqui... você já me disse lá em cima que num iria/num saberia responder, mas o que você pensa sobre o modo como a Capes avalia a Pós-graduação? Você está há tanto tempo na Pós, né... O que você pensa sobre a forma como é feita a avaliação hoje?

Secretário C: Então... eu a.../é...

Pesquisadora: Ou de como foi até hoje... Como você vê isso?

Secretário C: Então, quando... Assim, eu penso que/num sei se essa é a resposta né/ quando você (risos) é, então, não, sei a pergunta mas não sei se foge né, da pergunta... é... vejo que um pouco o preenchimento fica muito detalhado, de vários assuntos, daquilo que eles querem avaliar, não sei, posso ta errada... vamos supor um exemplo: como o curso caiu de/pra nota quatro, é... a resposta que eu vi na reunião, com os orientadores, é que o programa caiu de nota na Capes por causa da produção dos orientadores, que os artigos publicados tava muito abaixo lá da/pontuação do quadriênio, e por isso que o curso caiu de nota. Mas envolve outras coisas que você preenche que... num... eu não tenho muito claro se teria que preencher mesmo ou não, que é aqueles dados de IC... ficar cadastrando aqueles projetos de professor que envolve verba... todos aqueles detalhes de defesa de

tese, então... se o programa cai de nota por causa de um item, então não sei como que segue a avaliação de outras coisas...

Pesquisadora: Ah, entendi...

Secretário C: Entendeu? Assim, você fica correndo atrás de carga horária, número de alunos de IC, você preenche lá no cadastro do docente... esses detalhinhos, né? Tem que cadastrar o projeto de IC individual que o meu não tem guarda-chuva... talvez um ou outro mas a maioria é projeto individual... aí você cadastra mais o projeto do professor que tem dinheiro, tem verba, mas num sei o que que isso pode impactar num...

Pesquisadora: Entendi. Tipo: você coloca uma série de informações...

Secretário C: É...

Pesquisadora: E aí depois a conclusão é que: “ah, caiu de nota por conta de uma...

Secretário C: de um item...

Pesquisadora: “E tudo aquele resto de...”

Secretário C: É, então... É

Pesquisadora: Entendi... “Pra que que serviu, né?” Entendi.

Secretário C: Você entendeu? Eu num... num tenho assim uma coisa clara...

Pesquisadora: Entendi. E...

Secretário C: O que pode levar, assim, um programa cair de nota é só a produção do orientador? E se tiver uma.../um índice baixo de defesas, se isso também cai a nota? Não sei...

Pesquisadora: Você acha que deveria?

Secretário C: Não... num sei... num tem um lugar que diz.

Pesquisadora: Hum... Entendi.

Secretário C: Pelo menos eu não conheço, né...

Pesquisadora: E agora, assim, de uma forma mais/bem abrangente: a função da avaliação é medir se o curso é bom ou não... né, assim...

Secretário C: Sim...

Pesquisadora: O que que é pra você, pra você, um curso de pós-graduação de excelência? O nota sete... O que que/como ele é ou deveria ser, na sua opinião?

Secretário C: Boa pergunta... (risos) Bom... pra mim, o que seria... Ah só vejo mais ou menos o que o pessoal faz aí, por exemplo, como eu tô do lado da secretaria da (Nome de um curso nota 7), então eu vejo que a produção dos orientadores é bem acima, talvez, do que o exigido, eu acredito. E que eles... é... também acho que tem uma alta produção com aluno do programa, num sei se envolve... é... altos fator de impacto de revista, das publicações desses orientadores... num sei... acho que também ... num sei... projetos financiados... com verba... mais ou menos isso, num tenho assim... nunca parei pra pensar o que seria um curso... nota sete... (risos) Verdade, das excelências... (risos). Eu imagino aí que começa pela produção, de alto nível, não é qualquer... quatrocentos pontos não... (risos)

Pesquisadora: Produção de alto nível...

Secretário C: É... eu começo a pensar por aí... Deve ter mais coisas, mas... ao pé da letra não sei te dizer...

Pesquisadora: Mas na sua opinião? Independente do que a Capes acredita como... seja excelência? Que que você acha que deveria ser?

Secretário C: Não... Eu num acho, eu num sei...

Pesquisadora: Não?

Secretário C: Num sei por que, como meu curso lutou muito pra chegar no cinco (risos) e caiu pra/caiu pra trás, então fia... num tenho nem ideia... chegou ser quase um seis né... um seis não oficial...

Pesquisadora: Sério?

Secretário C: Chegou ser quase... quase um seis... num sei que que aconteceu lá e voltou pra trás, ficou no cinco.

Entrevista “Secretário D”

Tempo de atuação como secretário de Pós: 8 anos

Pesquisadora: (não cabe)

Secretário D: (não cabe)

Pesquisadora: O que você pensa, ou, no caso, pensou, de/quanto à/ em relação a ter que trabalhar com a Sucupira? Como você vê essa questão do secretário com a Sucupira e qual a sua opinião dela como instrumento de avaliação?

Secretário D: Olha, eu tenho um contato... Hoje a gente chama de Sucupira né, mas, eu já tenho tempo de casa suficiente pra dizer “na minha época...” (risos), a gente tinha um programa que era mais simples, ele era... local, né, era no computador, era um aplicativo instalado no computador onde você

alimentava com os dados do programa. Então eu enxergo, hoje, o Sucupira como essa evolução do que era conhecido como Coleta Capes, mas é um instrumento onde ... se usa pra ter uma visão do programa por alguém que não tem afinidade com ele, pra conseguir fazer a avaliação. Então, ele é um instrumento bom porque ele é o raio x de tudo que a gente faz. Mas... a gente enquanto administrativo... por muito tempo eu num... eu não entendia a finalidade do porquê preencher isso, porque eu que tenho que preencher isso... Então aquelas questões que a gente fica em dúvida quando a gente assumiu, o que é responsabilidade da secretaria e o que é responsabilidade do coordenador, né... mas... aí eu me perdi aí no que eu tava falando...

Pesquisadora: Tranquilo...

Secretário D: O Sucupira enquanto instrumento né?

Pesquisadora: Hurrum. De avaliação...

Secretário D: De avaliação... Hoje ele é bem mais robusto. Então você tem muito mais dados e o que a Capes quer fazer é enxergar também a interlocução com outros programas ou com outras atuações, então eles não querem ver só o programa, mas um programa com o resto que ele consegue se envolver, então, a interação entre programas, a interação entre pessoas, os produtos que são obtidos, né... principalmente os artigos, os financiamentos, o quanto isso você consegue fazer uma rede, fazer um mapeamento. Eu acho que o Sucupira hoje ele tá muito desenhado para fazer essa leitura. É... Quando eu fazia/quando eu preenchia ele...tem muitas coisas que a gente... às vezes não dá muita importância na hora do preenchimento, né... você fala “ah, carga horária...”

(interrupção por terceiro)

Secretário D: É...

Pesquisadora: Onde é que tava, né?

Secretário D: Não, eu, eu... eu... é... Meu Deus... Mas eu tava falando do... da... da interlocução entre os programas, dessa visão um pouco mais

afastada, um pouco mais panorâmica né... da/dos resultados que são obtidos pelos cursos e... Ah, não! De quando você dá atenção para algum tipo de dado, então assim, quando a gente/por a gente ter uma diversidade boa de programas aqui e de áreas de avaliação, a gente começa a enxergar um pouco os impactos em cada área, então tem... tem informações que às vezes a gente não julga relevante, de coletar ou de relatar, mas que pra avaliação do curso é algo que é muito importante. Então, assim, o que me ajudou a criar um pouco mais dessa visão, enquanto Capes instituição de avaliação e enquanto secretaria, que é quem operacionaliza esses/essa obtenção de dados. A gente tem... o Encontro de Pós na área da Saúde, que... ajuda, porque, quando a gente participa, a gente entende a finalidade daquilo ou então, qual que é a visão institucional da Capes pros dados que ela quer ler, então vem muito daquela premissa do Prof. (nome do docente), na época que ele era coordenador, antes da (outra docente), que eu tava aqui, que ele falava assim que o... documento da Capes, que subsidia a avaliação, é a Bíblia que a gente tem que ter e seguir, pra regulamentação, são os mandamentos... Se você está dentro daquilo que se espera, ou então, demonstra teus resultados da forma como a Capes interpreta como relevantes, é dali onde você vai ter uma boa avaliação. E daí, tem... é... várias coisas que a gente pecou no passado, de... de informações incompletas ou de não ter o cuidado adequado em levantar o dado é que resultaram na queda de nota de alguns programas. E eu participei muito disso. E a gente teve diligência da Capes, onde vieram lá consultores pra... entender o funcionamento e daí, eu participei dessas reuniões também, foi uma diligência na (nome do programa) no caso... E foi muito importante porque daí eu entendi, de fato, o peso que se dá, quando culpa a secretaria né... do quanto a gente tem impacto na/nesse levantamento de dados e... na cumplicidade com o coordenador de programa. Não sei se eu respondi de forma completa, mas...

Pesquisadora: Com certeza... Ahhh... Quando você começou, né, trabalhar com a plataforma, você recebeu algum tipo de treinamento? Alguém te ensinou a mexer com ela?

Secretário D: Olha... é... não teve nada. Nada... A gente aprendeu na unha, mesmo. Não lembro da gente ter tido um treinamento. Ela era nova... é...

tinha um manual dela, mas... num... treinamento específico, que a Capes forneceu... Nada do tipo.

Pesquisadora: E quanto ao seu trabalho como secretário? Você já teve a oportunidade de fazer algum tipo de treinamento nesse sentido, pra aprimorar a sua atividade de secretaria?

(...)

Secretário D: Quando eu entrei... eu não sabia o que era um ofício. Disseram pra mim “olha você vai ter que fazer um ofício” e eu não sabia o que era um ofício. Então, eu senti muita falta dessa introdução, desse aprendizado. Mas a Universidade/eu passei por um período que foi muito favorável, que é/ela teve vários cursos, várias/vários treinamentos onde eu pude aperfeiçoar minha atividade. Então teve... curso de técnicas de secretaria, teve cursos de... ferramenta de... computacional, Excel... é... Tem agora o Inglês, então... eu passei por alguns de formação né, de... gestão de processos... Tudo isso foi me dando, é... competências suficientes para desenvolver meu trabalho de uma forma melhor. E depois que eu assumi, é... a função de assistente técnico, eu fiz alguns pra melhorar a questão da gestão de pessoas, então nesse... por essa ótica, a Universidade me deu condições de melhorar o meu trabalho, me deu ferramentas, mas não no tempo devido, né... Foi uma coisa que foi acontecendo, eu fui aproveitando as oportunidades e crescendo, mas... do ingresso, um preparo pra assumir as atividades, não... Mesmo porque eu tenho uma trajetória que eu acho que é singular aqui dentro, eu num vim com a ideia de assumir nenhum programa, eu entrei com a ideia de suprir uma demanda que era... genérica, dentro da secretaria e a partir disso eu fui agregando mais atividades até assumir, de fato, um programa. Então eu tive um /uma construção pra chegar, eu passei por... por várias atividades, inclusive de atendimento, de entendimento de processo e daí isso me deu base pra quando assumir um programa, eu desse conta de fato de fazer aquilo. Então isso foi um diferencial pra mim também, que eu acho que foi positivo... Agora... o Coleta, a primeira vez que eu fui preencher ele eu tive ajuda também porque eu secretariava um programa que tinha caído de nota e daí eles quiseram dar uma atenção, a faculdade quis dar uma atenção, então, eu tive um suporte e daí, depois, eu evoluí,

peguei um outro programa, quando o Sucupira foi implementado de fato eu num mexi nela de primeira, então outras pessoas fizeram isso, porque eu assumi a/o posto de/de chefia, então, é assim, eu te/eu te/ ess/esses...essas variáveis muito favoráveis, porque daí, quando eu precisei mexer de fato, eu tinha pessoas que já sabiam fazer aquilo pra me mostrar a melhor forma, então, assim, eu não tive que construir o processo... é... por um lado é bom né... porque daí eu já aprendo com quem já sofreu com a ferramenta mas eu mesmo não tive que desenvolver essa parte.

(...)

Pesquisadora: O seu trabalho como secretário, ele é mencionado, ou foi, em algum momento, na plataforma?

Secretário D: Não... Sucupira?

Pesquisadora: É... Ou Coleta Capes, seja como for...

Secretário D: Não, não... em nenhum momento há destaque pra isso... É sempre uma avaliação em cima do corpo docente, do corpo discente e as produções. Se a gente for ver, essa parte adm/até mesmo se você for considerar a plataforma como instrumento de coleta de dados, o acesso não é... administrativo, é do coordenador. Então, assim, a gente não existe nem como pano de fundo... efetivamente, nós não somos as pessoas vistas em qualquer etapa do processo. Eu acho muito democrático quando a gente enquanto faculdade participa do Encontro de Pós porque a gente tem essa visão de que você tem que valorizar a pessoa que desenvolve aquela atividade porque de fato é a pessoa que vai acompanhar o programa de forma mais permanente, os coordenadores mudam, mas a gente é a...a... o esteio, pelo menos com a visão administrativa suficiente para opinar sobre alguns processos e dizer "olha, isso aqui... já..."/a gente tem a memória mas... é... enquanto Capes, como instru/como...

Pesquisadora: Na plataforma...

Secretário D: Agora, a gente enquanto administrativo dentro da plataforma, a gente não existe, a gente não tem nem um acesso paralelo né...

alguns sistemas, eu já vi isso, existe a figura do secretário e ele faz até um certo passo, daí o coordenador entra e valida aquilo, submete... agora, pra Capes e na plataforma Sucupira...(pausa) também, não existe essa figura... (pausa). Então a gente é nada.

Pesquisadora: Entendi. Ah...

Secretário D: Pesado falar isso, né? Que não é nada... mas é... é que a gente não tem a valorização, a gente tem a/uma valorização interna, né... Dependendo do coordenador, também, não são todos que têm essa...

Pesquisadora: Você acha que teria como mudar isso, dependendo do coordenador? Olha eu inserindo pergunta que não existia...

Secretário D: Como assim? Você fala criar um perfil de acesso?

Pesquisadora: Não... não... Eu to querendo dizer, a ferramenta do jeito que ela é, do jeito que a Capes fez, é... o coordenador conseguiria inserir o secretário hoje?

Secretário D: Não... da forma como a ferramenta é posta, não. Não existe um/não existe nem uma figura de um coordenador associado, um vice coordenador, pra ter um acesso secundário... O acesso é único e exclusivo de uma pessoa, hoje. Talvez seja uma evolução né, na hora que enxergarem que/porque isso acontece em várias esferas né, cada vez mais a gente diz que as pessoas têm que assumir as responsabilidades pelas informações que lhes competem, mas... ainda a gente tem muito suporte, né? Então... suporte é a gente, nessa ótica, então... precisa. A Universidade já fez isso, a gente já tem muitos perfis que a gente enxerga, né, dentro da Universida/dos sistemas institucionais que são né... é... valorizando isso e designando quem de fato cabe, né... mas pra ótica d/... na esfera federal eu não vejo nada ainda disso, em nenhum lugar.

Pesquisadora: Entendi. E assim, bem... sua opinião mesmo, independente do/do/do que a Capes acredita como avaliação, o que que você pensa sobre a avaliação da Capes hoje, o modelo de avaliação, que visão que você tem disso?

Secretário D: Olha... (pausa). O modelo... a... a gente não pode esquecer que apesar de a gente estar numa área de saúde, a gente tem várias, várias... várias áreas de avaliação dentro da Capes, só aqui dentro da faculdade... então, assim, esse modelo, a Capes já, já vem sinalizando que ela vai mudar porque, pelo volume que tem de informações e de dados no Brasil, ela não consegue administrar com/com a mesma visão que ela tinha de dez anos...então, o Coleta, antes, era mais simples, então as informações que a gente forneciam eram... menos e em cima daquilo eles conseguiam fazer uma boa avaliação porque/por conta do número de programas. A Capes tem recebido em torno, é... é... na casa de mil propostas de cursos novos e isso demanda muito dela porque quem faz essa avaliação são professores que estão lá, é... *ad hoc* né, então a gente tem que ter essa visão também, que a Capes enquanto instituição, ela depende muito de assessores né, a estrutura dela é muito enxuta, então... ela não tem dado conta de fazer isso nos moldes como está hoje, então ela já parte pra um processo de revisão, quando ela diz que ela vai enxugar as produções que ela quer ver do programa, quando ela quer criar um fator H do programa, porque ela quer ver o programa com/apesar de todos os dados que o/a plataforma Sucupira fornece, ela quer enxugar isso pra ela sintetizar. Então, é de onde ela começa a enxugar o/os campos da "Proposta", que hoje acho que são onze ou treze, ela quer reduzir pra cinco, pra facilitar a leitura dos avaliadores, então o modelo ele já vai mudar, agora, junto...

Pesquisadora: Mas o que o Secretário D pensa disso?

Secretário D: Olha... em/o/a/ é aquela coisa... o impacto efetivo na nossa atividade não vai mudar muito, né... o impacto que eu vejo é... um pouco mais político e que foge da avaliação, que é a parte financeira, que/que o impacto disso eu acho mais relevante que a própria avaliação... É... A Capes tem mudado o Qualis, tem causado controvérsia, toda mudança é difícil, mas eu não vejo com maus olhos, não... Eu acho que é uma coisa boa. Principalmente se você muda a forma de coletar o dado, né? Porque... você chega num ponto que se você num/é aquela história, igual o professor (nome do docente) falava, da Bíblia, você tem que seguir que aquilo é teu norte, tua referência... só que a partir do momento que você consegue pegar a sua referência e manipular ela pra mostrar o dado que te

interessa pra chegar no resultado que as pessoas esperam, aquele não é mais um instrumento bom... de avaliação... Então... eu vejo com bons olhos porque a Capes começa a perceber que o instrumento que ela usa há muito tempo, que tá bem consolidado, ele começa a não refletir a realidade... Então, quando você cria essa consciência você tem como se mexer... Então, por essa ótica, é uma coisa boa a Capes mudar a forma de avaliação. Agora, do quanto o que a gente faz no Sucupira vai ter impacto efetivo nessa nova avaliação eu não... não sei medir ainda, porque, de fato, se você entra na plataforma, não tem tanta novidade, aliás, aumentaram os campos, né... agora você tem Egresso, Pós-Doc, então... num... num evolui num sentido positivo.

Pesquisadora: Parece uma contradição, né?

Secretário D: Isso... Na verdade, qual que é a ótica da Capes, agora? “Não, quero enxergar a formação desses alunos, onde eles estão inseridos, e o impacto das produções que eles tiveram durante o curso”, então, a visão delas não é da...da... dá entender que não é tanto no hoje, mas no que você fez ontem e que tá causando impacto hoje... É de onde você começa a olhar pro resultado que o programa aplica na sociedade e nos trabalhos que ele/que o curso produziu a... longo prazo.

Pesquisadora: Entendi. E a última pergunta: o que que é, pro Secretário D, um programa de pós-graduação de excelência?

Secretário D: Um programa de pós-graduação de excelência?

Pesquisadora: É... Porque a Capes tem né, a...

Secretário D: Tem a visão dela...

Pesquisadora: Ela tem uma classificação e aí, excelência pra ela é o seis e o sete....

Secretário D: Isso...

Pesquisadora: Né? Mas... o que que...

Secretário D: O seis e o sete, se a gente for ver, no fim, tudo é uma régua, né? As pessoas que estão mais na ponta, com os maiores índices que ela valoriza, são seis e sete... mas não quer dizer que aquilo é bom. A gente teve um/um coordenador de programa que ele falou isso “a gente quer fazer o que é bom, ou a gente quer fazer o que a Capes... avalia bem?” Porque... tem diferença, né? O que a gente vai entregar pra sociedade pode não ser suficiente pra Capes, mas a gente enxerga como algo positivo, então... um programa que você desenvolve muitos protocolos, você revisa processos, mas que isso não tem um impacto de produção tão grande quanto os programas seis e sete normalmente tem... então, assim, é uma produção qualificada mas, com viés mais técnico, vamos colocar assim... E isso não é tão valorizado, mas... tem essa/essa diferença, essa divergência mesmo. Pra mim, um programa... (pausa) É... de qualidade, excelência é um programa que consegue receber um aluno e dentro da construção do curso formar uma pessoa e devolver pra sociedade muito melhor do que ela entrou... Capaz... de crescer, de formar novas pessoas, e de melhorar a... a própria economia do país, né? Seja gerando tecnologia, ou desenvolvendo um trabalho de excelência... então isso pra mim é um programa bom, um programa que deveria ser bem avaliado. É que, as métricas que são usadas não querem dizer isso exatamente, né... Existem alguns programas dentro aqui da faculdade que eu penso que são programas de excelência porque eles fazem isso muito bem, que a gente tem que lembrar que a proposta de um curso de mestrado acadêmico e de doutorado, o de mestrado é pra formar uma pessoa que seja capaz de dar aula, esse/essa é a expectativa, e o doutorado é uma pessoa que faça algo de ciência, forme um cientista, e que seja capaz de orientar outras pessoas a também desenvolver ciência, de uma forma simplista. Então... um... curso de mestrado que consegue mostrar pra pessoa e qualificar ela pra formar novas pessoas, isso pra mim é um programa de excelência, e a gente tem programas que... não tem esse viés, de qualificar a pessoa, de ensinar... porque você tem programas que são tidos como de excelência, mas que o aluno sai sem ter condições de fazer parte de uma composição de banca e avaliar com qualidade um projeto, de um aluno, ou, às vezes, ele num tem condição de (pausa) apoiar alguém no desenvolvimento de um próprio projeto ou mesmo de submeter um projeto por conta própria, pra financiamento, porque ele não tem a... a autonomia de escrever um projeto, de avaliar um projeto, então isso pra mim é uma pessoa que não foi formada

adequadamente. Quando... a gente ia/o bom de ter tempo de casa é que você começa a ver situações e daí te.../você começa a ter algumas referências, né? É... Você tá formando um doutor... Então, quando uma banca aprova o trabalho daquele doutor... ah... quando você vai avaliar a atuação daquela banca, quando o aluno questiona, em alguma instância da Universidade, você tem que lembrar que... a gente tá zelando não só pelo nome da Universidade, mas pela qualidade daquele aluno que tá saindo... Então um programa de excelência é esse, é o que forma bem... Às vezes o aluno não tem um artigo... que é uma exigência que o programa muitas vezes impõe pra concluir o curso, mas ele tá muito bem estruturado enquanto pessoa pra formar outras pessoas, às vezes, o artigo, pra ele, naquele momento, foi secundário, mas a qualificação dele foi muito boa.

Entrevista “Secretário E”

Tempo de atuação como secretário de Pós: 4 anos

Pesquisadora: Secretário E, como é o seu trabalho de secretariar um curso de pós-graduação?

Secretário E: Como é?

Pesquisadora: Como é?

Secretário E: É um trabalho amplo, né... A gente tem que trabalhar com diversas... etapas, diversos processos, é bem variado... eu acho que é bem/bem estimulante também, né, porque a gente lida com... vários assuntos, é, acho que num/num tem uma monotonia ao longo do ano. A gente cuida de todo o processo, desde a matrícula, até a defesa e homologação do aluno, é um processo que dura vários anos também, né... então a gente tem a oportunidade de conhecer bem o aluno, né... se o aluno quiser ser conhecido, também, né? (risos). A gente tem perfis diferentes de alunos, né, então é um trabalho interessante.

Pesquisadora: E o que que você acha... é... de ter que trabalhar com a Sucupira?

Secretário E: Bom... é... eu acho que é assim, é.. bem trabalhoso e exige uma grande responsabilidade da informação que tá sendo... informada ali né, porque a gente tá criando dados oficiais pro governo né, então... eu acho que a gente tem que ter essa dimensão que é um dado est/um dado oficial que depois vai produzir estatísticas pra pós-graduação né e também pra própria avaliação do programa né, então... mas é... bom, eu tenho observações a serem feitas em relação a... à... como se dá o trabalho de alimentar os dados, né... eu não sei se é isso que você quer ouvir...

Pesquisadora: Pode falar...

Secretário E: bom, você sabe que eu tenho críticas em relação à maneira como o trabalho é desenvolvido né, a gente tem muito trabalho, no sentido de ter que buscar CPF de autores, de banca, de... docentes/bom de docentes tudo bem né, mas a gente tem um trabalho muito grande (pausa) e... isso não fica evidenciado em nenhum lugar, né... às vezes lá, num artigo, que é uma linhazinha, às vezes nem é considerado, a gente, sei lá, fica, se debruçando sobre aquilo e... eu percebo que tem movimentos pra tornar esse trabalho mais fácil, mais automatizado, digamos assim, com vinculações com OrcID, ou com a própria plataforma Lattes, né... só que eu acho que a gente tem muito trabalho nesse sentido assim, e talvez, não é um trabalho tão valorizado, a parte do secretário, né... ele é... é... “invisibilizado”, digamos assim.

Pesquisadora: E como instrumento de avaliação, o que que você pensa da plataforma Sucupira?

Secretário E: Bom... é... a gente tem que ver que tem duas, duas facetas, né? Uma mais quantitativa que é em relação à/ao qualis dos/da produção acadêmica, né, as estatísticas mesmo, número de alunos, tempo de titulação, é uma... é uma faceta mais quantitativa, mas tem também a parte qualitativa, e aqui na FCM a gente tem tratado disso, é... meio que separado: os docentes produzem essa parte mais qualitativa e a gente fica mais com a produção dos dados brutos mesmo, né, então... né, meio que uma/talvez uma alienação do trabalho (risos), digamos assim, eu acho que é importante né, afinal de contas a gente tem que

relatar de alguma forma o que vem sendo feito no programa, né... pra subsidiar uma... uma avaliação, né, mas é... é difícil também, tem questões políticas envolvidas né...

Pesquisadora: Entendi. E quando você começou a atuar na secretaria da (nome do programa), você soube que você ia ter que trabalhar com a plataforma, recebeu algum tipo de preparo, instrução, treinamento, alguém te ensinou a trabalhar com a plataforma? Como que foi isso?

Secretário E: Não. Não. Com a plataforma, não. Assim como qualquer outra atividade aqui, a gente aprende fazendo, né? E... com... com... qualquer tipo de problema que tenha/que esteja envolvido com isso, problemas de... erro, ou de num/num saber usar muito bem a plataforma, mas isso a gente vai com o tempo se adaptando, né... Ao longo desses anos ela sofreu algumas alterações que tornaram o trabalho mais fácil, mais... efetivo, digamos assim, né... mas no começo, eu/eu sofri muito pra/prá poder aprender (risos), primeiro porque a gente não tem é.../são... como eu falei sobre a alienação do trabalho, né... a gente não... não entende pra que que aquilo serve, acho que se a gente entendesse primeiro pra que que serve, pra depois como se faz, e aí da importância e... do trabalho, seria um pouco mais efetivo, assim... mas num... realmente, não tive nenhum tipo de... de orientação, eu comecei fazendo já, porque eu entrei em novembro e os relatórios começam a ser montados em dezembro/janeiro pra serem entregues em fevereiro ou março, né, então eu já comecei nesse processo, trabalhando com uma informação que eu não tinha vivenciado, que era, no caso, a secretária anterior, né, que tinha, participado das defesas, já conhecia os alunos, né aí eu fiz meio que às cegas, né (risos) Pro segundo relatório foi mais fácil, porque eu já tinha feito o primeiro né., mas... até entender...

Pesquisadora: Entendi. E quanto às outras atividades suas de secretário, você tem ou teve algum tipo de treinamento pra isso?

Secretário E: A gente tem treinamentos específicos, às vezes, uma nova plataforma né... só que muitas vezes eu acho que esse treinamento não é suficiente pra dar conta de toda a complexidade do trabalho, muitas vezes, né, e... é como eu

falei, a gente aprende mesmo fazendo, né... e pelo menos a gente tem oportunidade de propor melhorias no processo, ao longo do tempo, ainda que num/ num se revelem muito imediatamente, a gente consegue ter esse diálogo, né, com outras instâncias da universidade... com a plataforma Sucupira é mais difícil, porque é mais/é outra escala né, é outra esfera, federal né, então...

Pesquisadora: Entendi. E... me conta uma coisa: o seu trabalho, enquanto secretário, ele consta, ele aparece, ele é mencionado em algum momento na plataforma Sucupira?

Secretário E: Não e... se você vê bem eu acho que nem meu nome aparece em nenhum lugar... como no catálogo de pós-graduação aparece, "secretário". Mas não, na Sucupira... você falando agora eu... pensando/e também pensando eu acho que provavelmente não aparece, e... talvez outras pessoas informem o mesmo mas a gente usa o CPF do coordenador, então a gente (pausa) é... trabalha com a senha de uma outra pessoa, também né... então... Eu não sei nem se vai poder falar isso aí (risos) na sua pesquisa (risos), mas imagino que seja também/que isso também aconteça em todas secretarias, do Brasil inteiro... Realmente não... a gente é... completamente invisível dentro da plataforma.

Pesquisadora: Entendi. E agora assim, o que que o Secretário E pensa, na sua opinião, sobre o mecanismo atual da Capes de avaliação da pós-graduação brasileira? Que opinião você tem a respeito disso, da forma como é feito hoje?

Secretário E: Hurrum... Bom... é... a gente... tem percebido um esforço da Capes em, como eu falei anteriormente, em tornar esse processo um pouco mais qualitativo, trazer outras informações relacionadas a formação do discente, a importância do trabalho do pós-graduando, né, eu acho que isso é muito importante... o Qualis foi reformulado agora, de uma maneira que... fosse uma avaliação que revelasse um pouco mais da diversidade da pós-graduação no Brasil, né... a gente tem áreas, é... muito diferentes na pós-graduação, de humanidades, de ciências exatas, e... isso exige uma avaliação, um olhar, um entendimento diferenciado também, né... Eu percebo um esforço ainda e eu percebo que eles estão tentando ajustar mecanismos de avaliação, eu eu acho isso importante...

mas... é... como qualquer processo de avaliação, ele nunca vai... vai revelar a diversidade... do/da pós-graduação brasileira né, como em outros processos também, né... mas eu/eu vejo mudanças e vejo mudanças pra melhor... nesse período assim, ainda que a gente num participe do processo, (risos), a gente assiste isso e tem percebido que... que tem sido/tem sido pra melhor, pelo menos é o que a gente... Também com o contato com outras áreas, Geografia, por exemplo, a gente tem percebido isso...

Pesquisadora: Entendi. Última pergunta: pra você, sua opinião, o que seria um curso de pós-graduação de excelência?

Secretário E: Um curso de pós-graduação de excelência?

Pesquisadora: Isso. Um curso que mereceria o sete da Capes.

Secretário E: Nossa, eu acho que um/é um curso que consegue ter um projeto claro, né... ele é/ele é/ele é um curso que tem... uma consciência da importância social dele, também, da importância acadêmica e... eu entendo ele como um pacto: são docentes trabalhando em conjunto... é um/num são docentes trabalhando com suas linhas de pesquisa em separado, trabalhando... cada um pensando do seu laboratório, na sua carreira, no seu grupo de pesquisa, mas é/é um programa que ele consegue produzir ciência, no sentido de transformar a sociedade... então são mudanças que... não ficam, assim, por exemplo, pode falar aí, mas eu acho meu curso um pouco endógeno, né... ele é um pouco voltado pra si... se ele tivesse um projeto mais de... eu/eu percebo isso também na avaliação agora, com a/com a coordenação, né, que eles estão... a partir dessas mudanças que a Capes vem trazendo, é... produzir sentidos diferentes pro curso, mesmo em relação à... à Educação básica, eles estão tentando trazer alunos do ensino médio, pra discutir (nome da área de estudo do programa), assim como a (nome de outro programa de pós-graduação da FCM) fez, é... Fazer estágios com outras faculdades... Pra além da Unicamp, que tem curso de (nome do curso de graduação de área correlata ao PPG), a PUC, por exemplo, a São Francisco... eles tem é... feito cursos de verão, que é uma maneira de você/é... criar uma formação em (nome da área de estudo do programa) básica, pra alunos de outras universidades do

Brasil todo...Então eu acho que, nesse sentido, né, a avaliação deveria considerar também essas atividades, também né, de formação, não só dos alunos, mas também pra/prá sociedade... E também os produtos da pesquisa né... patentes ou medicamentos novos, né... acho que é interessante isso, né.

Pesquisadora: Entendi. Você quer falar mais alguma coisa?

Secretário E: Não, eu acho que é/eu acho que é interessante essa pesquisa que você está fazendo, porque eu/ eu realmente nunca tinha ouvido nenhuma iniciativa em ouvir os secretários e... e dar voz né... aos sujeitos... (risos).